

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

SHEILA KATIANE STAUDT

**O RIO DE JANEIRO
EM *ESAÚ E JACÓ*, DE MACHADO DE ASSIS**

**PORTO ALEGRE
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURA BRASILEIRA
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, IMAGINÁRIO E HISTÓRIA**

SHEILA KATIANE STAUDT

ORIENTADORA: PROF^a. DRA. GÍNIA MARIA DE OLIVEIRA GOMES

**O RIO DE JANEIRO
EM *ESAÚ E JACÓ*, DE MACHADO DE ASSIS**

Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2009**

Aos meus pais, que pouco sabem o que o presente trabalho significa, mas muito entendem o que é lutar pela vida, contra o câncer, ao mesmo tempo...

AGRADECIMENTOS

A Deus pela orientação espiritual principalmente na finalização deste estudo, pelas bênçãos e cura de meus pais.

À minha orientadora e amiga Gínia pelo olhar sempre atento aos detalhes e minúcias mesmo do outro lado do Atlântico...

Ao inestimável auxílio das professoras Maria da Glória Bordini e Regina Zilberman antes, durante e depois da escrita deste trabalho.

À professora Ana Maria Lisboa de Mello por reiterar com convicção: “há muito ainda para ser dito sobre Machado de Assis”.

À professora Sueli Barros Cassal pela inesquecível iniciação a este romance durante a graduação.

Ao meu esposo Alex, companheiro querido de todas as horas, pela formatação do trabalho e pela compreensão, ainda que tardia, do suor dispensado ao longo desta travessia no instante de provar, também ele, deste cálice.

Aos amigos que compreenderam a minha ausência e distância nesses últimos meses, em especial, à Daniele e à Lia pelo carinho e amizade sincera.

À Capes pelo auxílio financeiro ao longo do mestrado acadêmico e por incentivar a pesquisa em todos os campos científicos.

Nem todos podem dizer que conhecem uma cidade inteira.
(Machado de Assis, *Esau e Jacó*)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a representação da cidade no romance *Esau e Jacó*, de Machado de Assis. O Rio de Janeiro foi palco de inúmeras transformações nos mais variados campos (no econômico, no político e no social) ao longo do século XIX. A fim de entender esse processo, bem como de perceber seus reflexos nos episódios narrados, percorremos as inúmeras alusões acerca do universo urbano tanto no plano físico (nas ruas, na cidade, nas gentes e na moda) quanto no plano extrafísico (na economia, na religião e nos hábitos das personagens). Realizamos também uma leitura de ordem metafórica do texto que nos permitiu vislumbrar alguns símbolos de modernidade e primitivismo velados pela maestria do bruxo do Cosme Velho, os quais são percebidos nos transportes, nas tabuletas e nos gêmeos. A partir da decodificação dos signos citadinos, conseguimos compreender aquela sociedade e as vicissitudes enfrentadas em tempos de modernização.

Palavras-chave: *Esau e Jacó*; cidade; modernidade e primitivismo; século XIX.

ABSTRACT

The main purpose of this work is to analyze the representation of the city inside the novel *Esau e Jacó*, by Machado de Assis. Rio de Janeiro city suffered lots of transformations in the most different fields political, economic and social during the 19th century. In order to become conscious about this process, as well as be aware of its reflections inside the novel, we searched the several mentions about the urban universe concerning the physical aspects (streets, the city as a whole, the people, and the fashion), and the extra-physical ones (economy, religion and characters' habits). Besides that, we introduced a metaphorical reading that made us realize some symbols of the modernity and primitivism in the capital hidden in the text by the geniality of the author, and they can be seen, in some way, in the means of transportation, on the signboards, and in the twins. Through the decodification of the urban signs, we could understand that society and the vicissitudes faced in times of modernization.

Keywords: *Esau e Jacó*; city; modernity and primitivism; 19th century.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
1 FORTUNA CRÍTICA	11
2 A FISIONOMIA URBANA	28
2.1 A cidade	29
2.2 As ruas	40
2.3 As gentes	52
2.4 A moda	56
3 A CIDADE PARA ALÉM DA MATÉRIA.....	62
3.1 Ascensão do capitalismo	63
3.2 Religião	71
3.3 Costumes.....	84
4 MODERNIDADE E PRIMITIVISMO NO RIO DE JANEIRO.....	95
4.1 Os transportes	97
4.2 As tabuletas	104
4.3 Os gêmeos e o universo político	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Machado de Assis ao mesmo tempo fascina e amedronta aqueles que tentam desvendar os enigmas existentes em seus textos. Escolher este escritor após tanta pesquisa de qualidade e estudos brilhantes terem sido publicados parece um desafio ainda maior. Lacunas, artimanhas, jogos, provocações, questionamentos são apenas alguns dos ingredientes que compõem a matéria-prima de seus escritos, tornando-os mais e mais instigantes a cada leitura. Tentados a mergulhar neste universo plural, iniciamos aqui nossa análise acerca de *Esau e Jacó*.

O consenso sobre a atualidade de sua obra nos leva a refletir sobre quão avançado estava o pensamento de Machado de Assis para o seu tempo e sobre o legado literário que a nós foi deixado por este gênio da literatura brasileira, também descoberto pelos olhares de estudiosos estrangeiros¹. Contista, romancista, poeta, cronista, dramaturgo, enfim, Machado ensaiou, através dos mais variados gêneros literários, entender a intrincada psicologia humana, valendo-se de certa veia irônica que perpassa sua obra. Ao atingir sua maturidade literária, o autor complexifica seu objeto de interesse, além de atingir uma competência estilística jamais alcançada até então.

Palco de suas histórias e crônicas, a cidade do Rio de Janeiro faz-se presente em sua obra ambientando tramas que tomaram o espaço das ruas, bairros, morros e arrabaldes cariocas nos oitocentos. Expectadora e berço, a capital serve de arena para os mais diferenciados episódios ficcionais criados por este escritor que se interessou pelo seu lugar de origem.

Neste estudo, pretendemos resgatar a capital carioca, assunto este apenas tangenciado nas análises sobre o autor. Sabemos que, além de atentar para o ser humano de maneira especial, Machado pensou sobre inúmeras questões como a música, a política, a religião, entre muitas outras, e, como aqui queremos demonstrar, também refletiu e ficcionalizou a cidade em que nasceu, viveu e morreu.

Tentar compreender de que forma o escritor vê o Rio e de que maneira tal lugar está representado em sua obra passa a ser o desafio deste trabalho, uma vez que a presença da

¹ John Gledson, Paul Dixon, Jean-Michel Massa, Murray Graeme MacNicoll, Alfred MacAdam, Clotilde Wilson, Howens Post, John C. Kinnear, Vicky Unruh, Pierre Hourcade, Alberto Bagby, John Hyde Schmitt, Charles Param, Dieter Woll, Doris Turner e Susan Sontag estão entre alguns dos pesquisadores estrangeiros que estudam os textos machadianos. Fonte: <www.usinadeletras.com.br>, ensaio de José Maria e Silva.

capital em seus textos deixa transparecer singularidades de uma cidade vista com a agudez de *olhos de coruja, olhos de gato bravo*² próprios de quem estava atento e, ao mesmo tempo, apontava as falhas do caminho.

Por meio de uma sintonia fina com o espaço que em torno de si se apresentava, Machado de Assis entendeu o estreito elo que une homem e cidade. No final de sua vida, o escritor fixou sua residência no Cosme Velho e dali fazia suas viagens às ruas do Rio, às praças, aos largos, às pessoas da sociedade, revivendo e recriando histórias do passado, enfim, flanando sobre aquele *locus* inspirador através “de fantasias, de fantasmas [...] reciclando, recolhendo, ruminando os materiais que seriam matérias para as cartas romanescas” (OLIVEIRA, 2008, p. 18).

Nossa investigação a respeito dos elementos citadinos parte do todo para o mais específico e está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles centra-se na fortuna crítica sobre *Esau e Jacó*, romance este ainda com pouca bibliografia crítica frente a textos como *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Faremos, portanto, um rastreamento dos estudos publicados até o momento, os quais contribuíram sobremaneira para a escrita desta dissertação. Através de um esboço desses textos críticos, pretendemos mostrar algumas das temáticas mais estudadas em relação a esse romance.

No capítulo intitulado “A fisionomia urbana”, analisaremos a cidade propriamente dita. Neste momento, procederemos à recomposição da fisionomia urbana do Rio de Janeiro, ao atentarmos às ruas pelas quais andavam as personagens, à multidão, às paisagens mencionadas, à moda do período, enfim, aos aspectos constitutivos deste complexo universo citadino que têm presença expressiva nesta narrativa.

Já no capítulo “A cidade para além da matéria”, tentaremos resgatar signos urbanos entendidos aqui como questões de ordem religiosa, o capitalismo em ascensão, bem como os hábitos e costumes das personagens na segunda metade do século XIX. Tais aspectos também fazem parte da vida em cidades e foram retratados por Machado que, com suas “lunetas emprestadas de Dante”, fotografou o *invisível*, como o seu narrador mesmo afirma.

E, por fim, em “Modernidade e primitivismo no Rio de Janeiro”, foi realizada uma leitura guiada, sobretudo, pelo viés metafórico. Buscamos aqui revelar traços da modernidade e do primitivismo presentes na capital oitocentista. Começaremos por tratar da questão dos transportes existentes nas últimas décadas no Rio de Janeiro e perceber como o

² Título de um romance do escritor timorense Luís Cardoso, publicado em 2002.

retrato desses meios de locomoção nos explicitam a convivência do atraso com o progresso. Em seguida, abordaremos a troca de tabuletas, metáfora deste momento histórico de transição. Finalmente, realizaremos uma releitura da discórdia dos gêmeos, esboçada com mais ênfase no campo político, que serve para acirrar o comportamento individualista característico da modernidade.

Como suporte teórico à nossa pesquisa sobre a questão da cidade propriamente dita, recorreremos a Marshall Berman, estudioso que reflete sobre a modernidade a partir dos textos de autores como Goethe, Baudelaire, Karl Marx, tentando compreender sua própria cidade: Nova York; a Richard Sennett, pesquisador que estabelece relações da cidade com o corpo humano desde a Grécia até os dias atuais; a Willi Bolle, que analisa e interpreta alguns textos de Walter Benjamin, trazendo seus resultados para uma megalópole do Terceiro Mundo: São Paulo; a Sandra Jatahy Pesavento, que investiga o imaginário citadino mesclando literatura e história, tendo como objeto de estudo as cidades de Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre; a Lewis Mumford, que realiza uma densa historiografia urbana mostrando como os seres humanos foram moldados pela vida nas cidades; a Angel Rama, que faz indagações sobre o passado para entender seu presente, partindo da cidade-signo para ler a cultura heterogênea da América Latina; além de a outros pesquisadores que analisaram o universo urbano nas mais variadas áreas do conhecimento.

Tendo em vista o contexto em que *Esau e Jacó* está inserido, que retrata acontecimentos e mudanças urbanas relevantes que provocaram alterações na vida das personagens, bem como na fisionomia da capital, acreditamos ser tal contexto um terreno fértil para investigarmos a problemática citadina, para a qual convergem as pesquisas recém mencionadas.

1 FORTUNA CRÍTICA

Convence-te de uma idéia, e morrerás por ela. (Machado de Assis, *Esau e Jacó*)

Esau e Jacó, publicado em 1904, o penúltimo romance de Machado de Assis, junto com o último, intitulado *Memorial de Aires*, de 1908, constituem as obras com menos estudos e análises se comparadas com as demais narrativas do autor³. Talvez algumas razões intrínsecas aos romances possam explicar, em alguma medida, o porquê de não serem tão estudados e, até mesmo, de serem menos conhecidos do que os anteriores. Alguns estudiosos⁴ afirmam serem tais textos bastante complexos, e que a sua composição teria culminado com o suprasumo do esforço do escritor em sua trajetória literária. Outros pesquisadores revelam que Machado teria camuflado nessas narrativas uma “receita” do seu fazer literário.

A carência de bibliografia em relação a esses textos, publicados já no século XX, levou-nos a realizar um levantamento acerca de estudos e críticas sobre o seu oitavo romance. Diferentes olhares, voltados a esta obra em particular, incitaram (e ainda incitam) diferentes leituras e descobertas de tendências no que diz respeito à interpretação e deciframento de *Esau e Jacó*. Instigante e farto material para infinitas leituras e análises, esse romance é tido pela crítica como um texto sempre atual, passível de inúmeras interpretações visto sua riqueza alegórica e metafórica⁵. Recorremos aos trabalhos de pesquisadores que refletem sobre o romance em questão, com o propósito de dar visibilidade, de alguma maneira, ao quadro de estudos já realizados até o momento.

Nesta apresentação sobre a fortuna crítica, optamos por agrupar os estudos afins, isto é, unir aqueles que possuem enfoques comuns acerca das principais temáticas trabalhadas no que concerne a esse romance. O lugar de destaque ocupado pela história e, por conseguinte, a ênfase dada às questões políticas não passam despercebidas, até mesmo aos leitores menos atentos da narrativa. Fato é que um dos principais focos de interesse nos estudos sobre *Esau e Jacó* está voltado para os acontecimentos histórico-políticos

³ Ver *Machado de Assis: homem lúdico*, de Wagner Martins Madeira, além de nossas pesquisas sobre a fortuna crítica de *Esau e Jacó* em ambientes virtuais, como o banco de dados da Capes e das bibliotecas das universidades de Porto Alegre e região metropolitana.

⁴ Conforme apontam as pesquisas de Murray Graeme McNicoll, John Gledson, Ubirajara Araújo Moreira, Sérgio Telles, entre outros.

⁵ De acordo com os estudos de Eugênio Gomes, Juracy Assmann Saraiva, Eunice Piazza Gai, Antonio Sanseverino, Wagner Madeira, Pedro Armando Magalhães, entre outros.

representados neste romance. Alguns dos pesquisadores que detêm a maior parte de suas análises neste tema são Luiz Costa Lima, José Carlos Garbuglio, John Gledson, Juracy Assmann Saraiva, Ivo Barbieri e Alcmeno Bastos.

Em sua seleção de ensaios *Dispersa demanda*, Luiz Costa Lima aborda a questão da música⁶ e da política. A partir da retomada de alguns contos, nos quais estão os germes para a escrita da narrativa, o pesquisador tenta mostrar que há, no romance, uma combinatória formada por “música, amor, esterilidade e política” (COSTA LIMA, 1981, p. 100), elementos estes que dão unidade ao texto.

Para Aires e Flora também é dispensada atenção especial em sua análise, afirmando que as duas pairam sobre a política. Tais personagens são díspares em relação às demais e apresentam outros pontos de contato entre si, como, por exemplo, o fato de ambas não se decidirem afetiva nem artisticamente, explica o estudioso.

De acordo com o estudo de Costa Lima, a partir das *Memórias*, de *Quincas Borba* e de *Dom Casmurro* abriram-se as portas para uma galeria de loucos. Já em *Esau e Jacó* dissipa-se a figura da loucura em favor do par alegórico dos gêmeos, que representavam a esterilidade na esfera política, ao mesmo tempo em que a música assumia papel de destaque servindo de base para uma reflexão entre política e arte:

A música, ao retirar-se do palco das representações e ao confundir-se com a esterilidade de Flora, ressalva ainda mais cruamente o destino a que, em sociedade semelhante, estaria sujeito o intelectual. As transformações de uma e outra, por conseguinte, trazem como constante a tematização da organização política da sociedade brasileira. (COSTA LIMA, 1981, p. 113)

A associação da música com o campo político no quarto romance da maturidade de Machado é concreta, segundo nos mostra o estudioso. Aires, Flora, os gêmeos são personagens áridas como nos avisava o narrador ao explicar a epígrafe emprestada de Dante. A esterilidade presente nos artistas – na pintora Flora, no escritor Aires, nos músicos Romão e Pestana – reflete, em alguma medida, “uma situação social que não apresenta condições para uma efetiva opção política” (COSTA LIMA, 1981, p. 111)⁷.

⁶ Costa Lima afirma que, em *Esau e Jacó*, a música adquire o realce aguardado desde as *Memórias póstumas* e deixa de ser um signo incompleto e fraturado, uma vez que Machado já havia posto em primeiro plano a questão da música em alguns de seus contos como, por exemplo, em “Trio em lá menor”, “Cantiga de esponsais” e “Um homem célebre”.

⁷ O estudioso também faz um cotejo da obra ficcional com o texto bíblico investigando as semelhanças e diferenças entre os filhos de Rebeca e Isaac e a trajetória dos protagonistas Pedro e Paulo, bem como as demais relações intertextuais existentes entre as duas narrativas. Por meio das artimanhas do narrador machadiano, o romance permite interpretações de cunho ora filosofante, ora psicológico o que remete à imagem do estilo em palimpsesto, favorecendo inúmeras e novas leituras (COSTA LIMA, 1981, p.104).

José Carlos Garbuglio, em “A linguagem política de Machado de Assis”, mostra a inserção e a consciência do escritor nos assuntos da esfera política. Através de episódios de *Esau e Jacó*, ele nos prova o quão atento estava o autor aos assuntos políticos do seu próprio tempo. Focalizando a questão da linguagem das personagens, o estudioso acredita que só a obra de arte é capaz de dar voz às contradições da alma humana tão exemplarmente elaborada na discórdia dos gêmeos Pedro e Paulo e na dupla opção partidária de Batista.

O pesquisador, ao analisar o caso de Batista, personagem ligada às questões políticas, reflete sobre a possibilidade de se falar numa linguagem do poder, que permite aos seus usuários tomar conhecimento das regras do jogo político apenas alternando, de tempos em tempos, seus coadjuvantes (GARBUGLIO, 1982, p. 475). As digressões sobre acontecimentos externos ao país, como no capítulo intitulado “Recuerdos”, revelam certas aproximações de fatos históricos que poderiam se repetir no Brasil, caso os mesmos modelos fossem copiados aqui pelos nossos representantes políticos. Ao deixar essas alusões no romance, Machado mostra o quanto percebia que tais artimanhas políticas visavam, sobretudo, à escalada ao poder e, conseqüentemente, quão enfraquecidas seriam as instituições governamentais regidas por indivíduos mais preocupados com o próprio interesse do que com o bem comum.

No quarto capítulo do livro *Machado de Assis: ficção e história*, John Gledson observa a diferença dessa narrativa em relação às demais, o que é, segundo ele, consequência em grande parte do enredo, de sua natureza e do seu *status*. A seu ver, ceticismo e relativismo são partes essenciais da sua mensagem. O estudioso assevera que as inúmeras referências sobre a história apontam para a importância desta temática, tornando-se difícil deixar de refletir sobre ela, bem como sobre a questão política por demais evidente, pois este é o romance machadiano com perspectiva histórica mais ampla (GLEDSON, 1986, p. 168). O pesquisador vai embrenhar seu estudo pelo viés alegórico, estabelecendo a relação “óbvia” de Pedro e Paulo com o Império e a República, respectivamente. Segundo Gledson, as razões dos irmãos na escolha de suas filiações políticas são triviais, pois o que ambos desejam é exercer o poder.

As semelhanças existentes entre os dois romances machadianos *Quincas Borba* e *Esau e Jacó* são explicitadas e retomadas por Gledson ao longo de sua análise; contudo, a simbologia presente no segundo torna-o muito mais complexo que o primeiro. O pesquisador realiza uma aproximação entre as personagens das duas narrativas: Camacho e Batista seriam

os típicos políticos malsucedidos, enquanto Palha e Santos, os financistas que obtiveram êxito em seus negócios.

De acordo com suas pesquisas, “*Esau e Jacó* nos mostra uma sociedade que, em alto grau, perdeu seu senso histórico e, assim, é incapaz de compreender o presente, ou de distinguir a superfície da substância” (GLEDSON, 1986, p. 190). Corroborando esse pensamento vem a personagem Custódio, apanhado de surpresa com o advento da república; e não está sozinho, pois o mesmo sentimento é partilhado por outras personagens da narrativa, aponta o crítico.

Em sua análise sobre as personagens do romance e suas participações no contexto histórico-político, ele apresenta uma mobilidade social que escapou do controle. Santos é o típico financista do Segundo Reinado, ao passo que Natividade e Flora representam dois momentos históricos distintos: o Segundo Reinado (nascimento de Natividade, provavelmente em 1840) e os primeiros anos da República (morte de Flora). A briga trivial dos gêmeos ainda assim possui contexto e orientação históricos, refletindo, em alguma medida, os acontecimentos dos primeiros quinze anos da República. Para Gledson, Aires é uma personagem complexa, sendo possível concordar com Eugênio Gomes ao afirmar que Aires é um *alter ego* de Machado; contudo, algumas ressalvas devem ser feitas, na opinião do crítico⁸.

A pesquisadora Juracy Assmann Saraiva em “Machado de Assis: o absenteísmo político do escritor e a realidade ficcional da república brasileira em *Esau e Jacó*” vem, na esteira dos estudos de Garbuglio, esclarecer a suposta falta de interesse por parte do escritor por assuntos ligados ao campo sociopolítico do seu próprio tempo. Ela vai de encontro a esta afirmação equivocada e acredita existirem dois modos de elucidar o problema: primeiro, realizar uma análise dos trabalhos críticos sobre Machado e, segundo, realizar uma análise das suas produções literárias. Após ter feito esse percurso, a estudiosa afirma ser impossível ignorar os acontecimentos históricos como um suporte no processo de construção desta obra em particular e observa que “as referências aos fatos históricos só adquirem sua real dimensão se interrelacionados [*sic*] ao sentido construído pelos episódios” (SARAIVA, 1989, p. 100). Dois casos são destacados com o propósito de elucidar a questão: a troca de tabuleta da confeitaria de Custódio e a troca de partidos por Batista.

⁸ O pesquisador também explora em seu estudo a questão da ironia e afirma que ela perpassa quase que a totalidade do romance. Além disso, ele aproxima Aires e Flora ao ponto de vista do próprio Machado de Assis e classifica as posições das duas personagens dentro da narrativa como sendo de cinismo, por parte de Aires, e de idealismo, por parte da jovem Flora.

Para a estudiosa, “a troca de tabuletas equivale à mudança dos regimes” (SARAIVA, 1989, p. 100) e mostra o predomínio dos interesses pessoais sobre os coletivos por parte das atitudes do padeiro, além de evidenciar a sua alienação dos assuntos políticos da nação. No caso de Batista, estar no poder, não importando de que lado for, é uma prioridade, assim como para muitos homens públicos, que aprenderiam a adaptar-se aos moldes republicanos a fim de se manterem no governo após o domínio das novas regras do jogo político.

Por fim, ao abordar a questão dos gêmeos separadamente, Saraiva afirma existir um paralelismo entre a apresentação dos fatos históricos e a trajetória destas personagens. As inúmeras divergências e conflitos entre os irmãos acentuam, de alguma forma, as semelhanças entre eles. Apesar de antagônicos em seus discursos, os irmãos almejam o poder (conforme apontou Gledson, como se observou anteriormente) e são representantes das contradições constituintes do ser humano (SARAIVA, 1989, p. 101). A seu ver, *Esau e Jacó* expõe o conflito da dualidade humana, tema sempre atual, que provoca indagações e debates sobre a natureza do homem⁹.

Ivo Barbieri, em seu texto “Machado e a história: um tempo de longa duração”, tenta mostrar que *Esau e Jacó* se insere no limiar entre ficção e história, merecendo, por esta razão, um estudo mais acurado. Segundo o pesquisador, os acontecimentos históricos registrados no texto não estão apenas postos como um pano de fundo para o enredo, mas “interagem no tempo narrativo como parte integrante do universo imaginário” (BARBIERI, 1995, p. 21).

Barbieri afirma que está retratada no romance uma parcela da sociedade que gira em torno do poder político, sustentado pelo dinheiro. As famílias Santos e Batista “representam um capítulo de transição em nossa história econômica e política” (BARBIERI, 1995, p. 23). Entretanto, será através da personagem Nóbrega que Machado vai expor as vaidades e ambições existentes naquele círculo social, atitudes favorecidas pelo encilhamento, episódio desencadeador de uma obsessão pelo acúmulo de dinheiro, esclarece o estudioso.

Também Alcmeno Bastos, em “O almoço do conselheiro: história e ficção no mesmo cardápio”, problematiza a questão da história e da estória tão evidentes no romance. Na esteira dos outros críticos, Bastos reitera a forte presença da primeira em comparação com

⁹ Saraiva afirma também que *Esau e Jacó* faz parte do conjunto de romances do autor que tem como característica o caráter alegórico e que, talvez, por esta razão alguns críticos não tenham encontrado a representação do real nesta narrativa.

os demais romances do escritor e tenta demonstrar que os fatos históricos não atuam como um simples pano de fundo dentro da narrativa, mas estão ali exibidos de maneira intencional e indispensável para “apresentar os *grandes homens* envolvidos na ação histórica e os *pequenos homens* envolvidos na ação miúda e cinzenta do cotidiano como atores do mesmo drama” (BASTOS, 1998, p. 145).

Para tanto, o crítico analisa o discurso do narrador e personagem Aires e conclui que a dubiedade¹⁰ presente nos dois planos do texto, o do enunciado e da enunciação, devido à dúvida instaurada pelos narradores de primeira e terceira pessoas que se intercalam ao longo da narrativa, corrobora para uma divisão da matéria ficcional do romance em dois planos: o da história e o da estória, que quando aproximados um do outro, chega-se à melhor forma para se compreender o sentido do texto (BASTOS, 1998, p. 144). A condição de personagem assumida pelo conselheiro outorga-lhe o direito, enquanto ser ficcional, de igualar os fatos históricos e os não-históricos através da relativização presente em seu discurso. Por meio de diversas passagens da narrativa, Bastos demonstra esse caráter claramente relativista (BASTOS, 1998, p. 139) de Aires ao discutir, principalmente, os episódios ligados ao campo político.

O caráter simbólico e mítico deste romance intrigou alguns estudiosos que se aventuraram por este caminho e buscaram compreender o sentido do texto através da simbologia nele contida. Eugênio Gomes e Ivan Teixeira são alguns dos pesquisadores que seguiram tal prisma investigativo.

Eugênio Gomes tenta mostrar que o romance *Esau e Jacó* é o último da tetralogia machadiana que se inicia com *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, segue com *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*, apontando, a todo instante, o elo entre esses textos. Em “O testamento estético de Machado de Assis”, o crítico elucida, à luz de Schopenhauer, que as quatro narrativas são concebidas por “um simbolismo de caráter metafísico” (GOMES, 2008, p. 79) e afirma que, desde a escrita das *Memórias*, este escritor passou, de maneira confessa, a pensar por metáforas e imagens. Dessa forma, aponta a presença constante do elemento mítico no processo de construção das personagens e da trama, enumerando as passagens e as atitudes associadas a metáforas míticas inseridas nessas narrativas.

¹⁰ Bastos chama a atenção, em seu texto, para o dualismo presente tanto na matéria ficcional (a oposição Pedro x Paulo; o dilema de Custódio; o desdobramento de Flora em duas), como na matéria de extração histórica (oposição liberais x conservadores; oposição ideológica Império x República; Baile da Ilha Fiscal x Primeiro Baile da República) (BASTOS, 1998, p.143-144).

No romance, Flora e Natividade são aproximadas com figuras míticas pertencentes à natureza, posto que o pensamento grego não fazia distinção entre natureza e natureza humana. Segundo o estudioso, “Aires resumiu, enfim, a transformação política de 15 de novembro numa metáfora mítica, de que o mar é o arquétipo” (GOMES, 2008, p. 86). Além disso, o episódio da tabuleta é igualmente simbólico no que diz respeito ao sentido mitológico adquirido pelos cartazes e letreiros no mundo moderno.

O mito oracular prevalece na leitura do capítulo primeiro, intitulado “Coisas futuras”, pois os elementos descritos naquela cena dialogam com a citação de Ésquilo sobre a consulta; o morro do Castelo remete à montanha, que está vinculada ao destino humano. Os mitos religioso (análise pelo viés mítico das referências bíblicas); temporal (submissão do tempo a diferentes representações ou símbolos ao longo da narrativa); fãustico (divisão interior de Flora, na escolha de um dos irmãos, ou de Natividade, que gerou essa dúvida); do Paraíso (mito este associado à busca inconsciente dos protagonistas por Flora), entre outros, estão presentes e retratados em *Esau e Jacó* na interpretação de Gomes¹¹.

Em sua *Apresentação de Machado de Assis*, Ivan Teixeira faz uma reflexão sobre os nomes das personagens de *Esau e Jacó* e afirma ser esta obra “um *mito*, quer dizer, uma narrativa que simboliza verdades filosóficas ou representa fenômenos da natureza” (TEIXEIRA, 1987, p. 137). No plano mítico, o texto funciona, sobretudo, como uma investigação do problema da dupla personalidade, devido à presença dos gêmeos como protagonistas do romance. Segundo ele, Flora é a alegoria da escolha que define o caráter das pessoas. Por outro lado, Natividade é o arquétipo da maternidade ou do renascimento.

O estudioso percebe a polifonia intrínseca ao romance devido à estrutura múltipla e paradoxal da narrativa. Com o objetivo de elucidar essa característica, ele reproduz o capítulo que dá início à trama, “Coisas futuras”, e chama a atenção para a multiplicidade de interpretações que dele podem surgir, sendo uma delas a correspondência metafísica entre culturas remotas – a cabocla, a cantiga do folclore brasileiro, o mundo pagão da Grécia antiga, as referências bíblicas etc.¹².

¹¹ O crítico percebe as personagens Aires e Brás Cubas como *alter ego* de Machado de Assis, pois ambos possuem o mesmo ponto de vista sobre a vida, embora sejam incompatíveis no que diz respeito à sua conduta moral (GOMES, 2008, p. 97). Sobre Flora, recai grande parte da análise deste estudo que, ao lado de Aires, seriam seres superiores em comparação com as demais personagens do romance.

¹² No mesmo estudo, o pesquisador ainda faz reflexões sobre o narrador, que, segundo ele, é um dos elementos renovadores dentro do texto, comprovando que Machado de Assis continuava a experimentar e inquietar-se com sua produção literária. Além disso, a questão política também é ressaltada e ilustrada através de um resumo do episódio das tabuletas de Custódio que deixa mostras de “como os motivos particulares sobrepujam os motivos públicos” (TEIXEIRA, 1987, p.148).

Os estudos de Eunice Piazza Gai e Antonio Marcos Sanseverino seguem uma interpretação alegórica. No capítulo “A alegoria e a dúvida” do livro *Sob o signo da incerteza: Montaigne, Cervantes e Machado de Assis*, Gai realiza uma leitura das personagens, que são analisadas sob essa perspectiva. A pesquisadora afirma ser esse romance “um grandioso e genial exercício cético-literário, caracterizado por dois movimentos internos concomitantes: a investigação e a dúvida” (GAI, 1997, p. 187).

De acordo com a estudiosa, os gêmeos são uma alegoria política e ideológica, além de representarem a semelhança na dualidade, fato este que vai de encontro à concepção mítica, que exprime dualidade na semelhança. Natividade, por sua vez, é a alegoria da maternidade, podendo ser lida em duas dimensões: ser a figura do amor materno e ser o arquétipo da mãe natureza. Já seu esposo, Santos, é a alegoria do capitalismo, uma vez que seus valores estão em sintonia com os do sistema capitalista da época. O conselheiro Aires é a alegoria da concepção cética de ver o mundo, pois a ausência de opiniões sobre as coisas, a sua prática investigatória registrada nas páginas do seu diário, seu caráter conciliador, entre outros atributos, revelam o ceticismo presente na sua personalidade.

Flora é a alegoria da dúvida, esta última entendida como concepção cética, ou seja, “que não pretende superar-se e constitui uma finalidade em si mesma” (GAI, 1997, p. 201). O adjetivo “inexplicável”, conferido à jovem pelo conselheiro, resume a questão da dúvida, à medida que a ideia de indefinição está no seu sentido denotativo. Além disso, há, na conformação física e espiritual de Flora, uma concepção poética da dúvida. Por fim, a pesquisadora conclui que “*Esaú e Jacó* é o romance da dúvida, um vasto e complexo exercício da arte de viver, que é igual à arte de duvidar” (GAI, 1997, p. 207), tendo em vista a figura representativa desta última personagem, que explicita as suas múltiplas faces.

O pesquisador Antonio Marcos Sanseverino, em sua tese, ao analisar os romances *Esaú e Jacó* e *Dom Casmurro* e alguns contos, observa duas estratégias narrativas opostas: o realismo e a alegoria. No capítulo “O princípio de corrosão em *Esaú e Jacó*” ele acredita que o romance objeto deste estudo “tem marcas alegóricas tanto no que diz respeito a cenas específicas quanto ao próprio processo de construção” (SANSEVERINO, 1999, p. 269). Muitas dessas marcas são apontadas e trabalhadas ao longo de sua leitura, como, por exemplo, a alegoria da epígrafe, do jogo de xadrez, dualidade de Pedro e Paulo (sendo esta a principal dentre as demais), de Flora, do irmão das almas, etc.

Sobre a interpretação alegórica de algumas personagens, o pesquisador alerta que não devemos olhar para os gêmeos de forma direta, pois eles “são como os olhos da Medusa”

(SANSEVERINO, 1999, p. 257), devido ao seu percurso tortuoso e sem rumo. A seu ver, o momento de mudança, que afeta todas as personagens, é determinante para a dificuldade de distinção entre os irmãos. Ao aproximar Flora de Álvares de Azevedo, a partir da imagem do *Fausto*, de Goethe, o estudioso acredita que a personagem alegoriza o ideal do amor romântico, servindo como uma crítica ao Romantismo, além de ser também alegoria da situação política vivida pelo país, uma vez que existe em Flora “o desejo de ser imperatriz, para ter o poder absoluto e determinar o que bem quisesse para si” (SANSEVERINO, 1999, p. 264). Por sua vez, o ex-pedinte Nóbrega é a alegoria do encilhamento.

A fragmentação da narrativa é outro aspecto evidenciado pelo estudioso, que corrobora o princípio de “corrosão de uma perspectiva generalizante, globalizada” (SANSEVERINO, 1999, p. 269) do texto, o que impede de vê-lo como uma estrutura fechada, permitindo assim muitas e variadas leituras. Segundo o pesquisador, “a alegoria não surge como fruto da angústia do ente frente ao vazio do mundo, mas de um narrador irônico, que usa do humor para impedir a sisudez da crise espiritual, filosófica ou religiosa” (SANSEVERINO, 1999, p. 273). Desse modo, o teórico compartilha do pensamento de Eugênio Gomes quando afirma estar em *Esau e Jacó* o testamento estético de Machado de Assis, posto que nele se encontra o confronto entre alegoria e realismo.

Tratando-se de atentar mais especificamente às personagens¹³ da trama, encontramos os textos de Augusto Meyer, Ildo Carbonera, Homero Vizeu Araújo e Henriqueta do Couto Prado Valladares. Augusto Meyer em *Machado de Assis* analisa a personagem Flora e assevera que, por vezes, a figura mais vaga pode ser a mais representativa em se tratando dos textos machadianos. A seu ver a jovem, “desenhada a esfuminho” (MEYER, 2005, p. 32), é o mito da hesitação, uma vez que não se decide por um dos irmãos e ao aguardar por um momento ideal que nunca vem, acaba morrendo de tanto esperar.

O estudioso entende que Flora é a corporificação do pensamento de Machado tornando-se a chave de sua obra perversa e perfeita. Algumas analogias entre a personagem e o escritor são enumeradas como a impossibilidade de escolha em ambos, pois ao efetivar uma escolha seria o mesmo que diminuir-se ou, até mesmo, mutilar-se. Tanto em Flora quanto no pensamento do próprio Machado, a dúvida é a razão de ser que surge de “uma neutralização por excesso de clarividência” (MEYER, 2005, p. 32).

¹³ Além desses estudiosos, alguns outros também refletiram sobre o papel de algumas personagens; são eles: Luiz Costa Lima, Alcmeno Bastos, entre outros.

Em *A emboscada Machadiana*, Carbonera entende Machado de Assis como um singular autor de personagens vulgares. A fim de reforçar esse pensamento, ele enfatiza o combate entre a magia e a genialidade do escritor contra a vulgaridade e a mediocridade das suas personagens. Tendo como objeto de análise os contos e três romances do escritor, o estudioso persegue alguns motivos característicos nas personagens de Machado como, por exemplo, a ambição, os sonhos, derrotas, esperanças, vulgaridade, tédio, mediocridade, entre outros.

Em *Esau e Jacó*, a história de Custódio e suas tabuletas, a de Batista e a do publicista mineiro (ao qual são dadas algumas poucas linhas) ilustram bem a mediocridade e a vulgaridade presentes no romance, esclarece o crítico. A ambição de Santos e Natividade, ao lado da vadiagem de Pedro e Paulo, contrastam com o “ar de ocasião” de Aires e “para cada momento de impetuosidade temos outro de fragilidade” (CARBONERA, 1993, p. 44), o que dá início ao chamado para a emboscada, segundo interpreta Carbonera. Esse pesquisador acredita que há uma fórmula na sua produção ficcional que consiste no chamado, na emboscada e na rasteira e que “as chaves para os enigmas machadianos escondem-se na ficção do próprio Autor [*sic*]” (CARBONERA, 1993, p. 10).

O estudo de Homero Vizeu Araújo – “*Esau e Jacó: os irmãos quase siameses e Flora*” – dá ênfase aos gêmeos, ao comportamento de cada um deles na trajetória da trama, suas contradições e semelhanças, bem como ao papel da jovem Flora entre Pedro e Paulo. O pesquisador afirma serem os protagonistas ociosos, vazios e que eles “só existem enquanto dupla, irmãos siameses” (ARAÚJO, 1999, p. 101). A partir dessa constatação, poderíamos ler as visões da moça, ao unir os irmãos na mesma pessoa, como uma tentativa de formar um ser completo. Todavia, o crítico reitera que a pouca substância dos protagonistas está antes na complementaridade do que nas divergências superficiais apresentadas por ambos ao longo do romance (ARAÚJO, 1999, p. 101).

Araújo ainda detém sua análise sobre a história que, segundo ele, encontra-se cifrada dentro da narrativa. Uma vez mais ele mostra a falta de profundidade presente nos irmãos por meio das opiniões e discursos antagônicos sobre política que cada um profere a respeito dos acontecimentos históricos que incidiram sobre a nação no final dos oitocentos. Através das análises de Roberto Schwarz e Flávio Loureiro Chaves, o estudioso mostra que o narrador Aires, torna-se um artefato perfeito para traduzir e examinar as atitudes das personagens sob um olhar irônico e distanciado no que se refere a assuntos do campo político e a seus reflexos para a economia do país.

No estudo intitulado “Encenações em *Esau e Jacó*: a grande noite de Flora”, Henriqueta Valladares afirma que esta personagem é quem recebe atenção especial, posto que é apresentada na narrativa através de uma série de epítetos – como a “inexplicável”, a “esquisitona”, a “obsessiva”, a “incurável” – e que se contrapõe aos padrões cobrados à mulher de sua época (VALLADARES, 2006, p. 246), tornando-se instigante material para pesquisa.

A estudiosa tenta desvendar a complexidade do “jogo jogado” [*sic*] por Flora, uma vez que acredita estar na incompletude da personagem a sua maior completude (VALLADARES, 2006, p. 246). A partir disso, a pesquisadora pretende acompanhar os desafios que se apresentam, principalmente, no referido capítulo, para narrador, leitor e personagem. Segundo ela, as quatro paredes do quarto de Flora, que servem de espaço para o dilema e insônia da moça, são logo substituídas, e, para fora dali, o leitor é transportado a instantes de reflexão sobre o drama do artista, sempre em busca da essência das coisas, trajetória esta árdua e complicada, como se apresenta a da personagem na trama.

Após analisar diversas passagens narrativas contracenadas por Flora, a estudiosa percebe que ela pode ser interpretada por diferentes ângulos, através de suas diversas *performances* no decorrer da história, como, por exemplo, ser um questionamento sobre a instituição do casamento, pois “é justamente o que aquela sociedade cobra de Flora, mas é o que ela nega” (VALLADARES, 2006, p. 241); ser também uma metáfora da leitura, que não é completa e nunca se fecha, havendo sempre muitos caminhos a serem percorridos e lacunas a serem preenchidas; como também ser uma “agente” provocadora de questionamentos a respeito da política nacional no final do século (VALLADARES, 2006, p. 245).

O complexo narrador de *Esau e Jacó* é, também, foco de estudos e análises que tentam captar, nas entrelinhas do seu discurso, o não-dito, revelador de sutilezas caprichosamente deixadas ao longo da narrativa. Entre os estudiosos que dedicam suas pesquisas ao narrador estão Valentim Facioli, Murray Graeme MacNicoll, Tania Viana Pereira e Pedro Armando Magalhães. Facioli analisa o conselheiro em “Aires: a consciência crítica do artista criador” e inicia afirmando que poucos críticos entenderam o papel do diplomata no romance, ressaltando o estudo de Eugênio Gomes; entretanto, discorda do entendimento deste quanto ao fato de ser Aires um *alter ego* do romancista.

O fato de ser Aires por vezes o narrador e outras vezes não ser ele quem narra dá origem a um duplo foco narrativo, bem como a um estranhamento que serão o cerne de todo o romance (FACIOLI, 1973, p. 194). Segundo este crítico, Aires pode ser lido em vários planos

devido a essa posição especial que ocupa dentro da narrativa, posto que ele é a consciência crítica do ato criador, uma vez que pode ver suas criaturas de dentro e de fora, refletindo sobre sua criação e refletido por ela. Para Facioli, o interesse maior do conselheiro concentra-se em duas personagens: Flora e Natividade, pois ambas se situam nos extremos da duplicidade. Natividade simboliza a obra de arte, já que gera o duplo (os gêmeos) e desvela a ambiguidade, enquanto Flora, subjetiva, é a obra de arte que poderia ter sido.

Em comparação com as demais personagens do texto, o pesquisador finaliza afirmando que “Aires é a única lucidez, a única consciência globalizadora de todo o romance”, na medida em que “é um *hipotético narrador* convivendo com a matéria *realmente narrada*” (FACIOLI, 1973, p. 199, grifo do autor). Apesar do distanciamento crítico assumido pelo conselheiro é possível perceber suas preferências entre as personagens no decorrer da narrativa. Facioli acredita ser Aires o próprio Machado de Assis diante de sua obra, enquanto artista consciente de seu fazer literário e intelectual, comprometido com o seu próprio tempo e com seu povo e “não simplesmente *alter-ego*, nem projeção do homem que Machado gostaria de ser. Isto seria apelar para uma subjetividade improvável” (FACIOLI, 1973, p. 199).

A escocesa Murray Graeme MacNicoll em “Narrative and style: *Esau e Jacó*” divide seu estudo em duas partes: a primeira trata das intervenções do narrador ao longo do texto, e a segunda percorre as técnicas estilísticas utilizadas na construção do romance. Um dos destaques da narrativa é a presença de um narrador onisciente e também participante da trama – o conselheiro Aires – que, como afirma a pesquisadora, serve frequentemente como um agente para o humor machadiano, deformando ou enlevando frases partilhadas pelo senso comum.

Constata MacNicoll que existem aproximadamente 150 intervenções feitas pelo narrador neste romance e que elas podem ser divididas em dez classificações abrangentes, sendo que a mais utilizada delas é a economia narrativa, permitindo que a história progrida sem o detalhamento e as descrições exaustivas tão típicas do pensamento realista-naturalista.

Sua análise quanto ao estilo e ao narrador permite-lhe concluir que, no seu oitavo romance, Machado de Assis atingiu uma maturidade de estilo e uma serenidade narrativa que tinham estado ausentes nos anos anteriores, deixando de lado a sua tão característica concentração na psicologia humana, para então pintar um panorama do Brasil dos últimos anos do século XIX (MACNICOLL, 1983, p. 209).

Na dissertação de Tania Viana Pereira, intitulada *O diário e a ficção (proposta para uma leitura de Esaú e Jacó e Memorial de Aires, de Machado de Assis)*, a pesquisadora também analisa o narrador dos dois últimos romances machadianos. Afinidades e diferenças são enumeradas sobre a voz narrativa de cada um deles como, por exemplo, a existência de uma ironia ferina e de uma riqueza maior de detalhes no romance dos gêmeos que no *Memorial de Aires* (PEREIRA, 1993, p. 67). Contudo, o jogo criado por Machado no que diz respeito ao arranjo ficcional de ambos os textos será o objeto primeiro de seu estudo, priorizando o diário ao romance.

Além de exemplificar a função de Aires em cada uma das narrativas, uma das grandes vantagens deste narrador comum na visão de Pereira é que

Aires – *pseudo-autor* das duas obras –, ocupando nelas uma posição ambivalente, é capaz de enxergar criticamente a realidade que o circunda, aproveitando-se de sua própria experiência de alguém que, com muita habilidade, agrada a todos sem nunca se comprometer com a clara defesa de algum ponto de vista. (PEREIRA, 1993, p. 110)

Esta diplomacia do conselheiro é o instrumento pelo qual as sutilezas dos interesses daquela sociedade oitocentista são desveladas. No caso de *Esaú e Jacó*, é através da ironia que o narrador vai expor o vazio das opiniões das personagens, mais preocupadas com questões particulares que com os graves acontecimentos da esfera política. É através do uso da retórica que Aires demonstra a carência de ideias e a falta de posicionamentos claros daquele grupo social. Neste caso, a família Santos é o maior alvo do narrador, de acordo com Pereira¹⁴.

Outro texto que contempla o narrador é o de Pedro Armando Magalhães intitulado “Vozes da narração em *Esaú e Jacó*”. Segundo ele, é a ambiguidade do narrador que faz com que a questão da duplicidade existente no romance torne a leitura tão complexa. Essa ambiguidade será então perseguida pelo estudioso em seu intuito de “destacar o questionamento do gênero romance histórico em *Esaú e Jacó*” (MAGALHÃES, 2006, p. 251), pois dentre todas as outras narrativas machadianas, esta é a que dá maior importância aos eventos históricos.

Através do rastreamento das inúmeras intervenções e comentários do narrador, de uma reflexão sobre a identidade do leitor e também da relação existente entre eles (esta permeada pela oralidade), o pesquisador atenta para o fato de que ora o narrador certifica,

¹⁴ A escolha dos nomes não é fortuita quando se trata de Machado de Assis, explica a pesquisadora, que classifica tal opção como irônica, posto que nenhum dos membros daquela família se aproxime de santos, sendo antes vaidosos e egoístas em suas atitudes.

assegura a veracidade do que conta, ora hesita em seu relato, revelando assim certa imprecisão, o que indica um compromisso com a verossimilhança do texto (MAGALHÃES, 2006, p. 262). Dessa forma, não se pode confiar inteiramente em alguém que é por vezes contraditório no trato com seu leitor e, portanto, apesar do texto destacar os eventos que marcaram a mudança de regime político no país, “não corresponde ao modelo do romance histórico tradicional” (MAGALHÃES, 2006, p. 268), no qual a confiabilidade no narrador torna-se imprescindível.

Alguns estudiosos perseguem linhas diferenciadas em seus trabalhos se comparados aos expostos até o momento, como é o caso dos pesquisadores Gilberto Pereira Passos e Wagner Martins Madeira. O primeiro analisa os dois últimos romances machadianos observando as alusões francesas recorrentes nas duas obras. Em seu livro *As sugestões do conselheiro: a França em Machado de Assis: Esaú e Jacó e Memorial de Aires*, Passos afirma que o conselheiro Aires é o elo entre as duas narrativas e que através dele serão discutidos alguns temas, dos quais destacamos: amor, política, tempo e vida à francesa.

Na temática do amor, a jovem Flora ganha destaque, por sua indecisão entre Pedro e Paulo. O amor de Natividade dividido entre os dois filhos dialoga com a poesia de Victor Hugo. A referência ao duplo está no sentimento das duas mulheres, bem como no poema do poeta francês intitulado *Les feuilles d'automne*.

Na esfera política, a citação francesa, no instante da doação dos dois mil-réis após a consulta de Natividade à pitonisa do Castelo, alude à tragédia de Racine sobre a desavença entre dois irmãos no campo político e que também desejavam a mesma mulher. O texto de Mérimée ou a ópera francesa de Bizet, ambos com o título *Carmen*, indicam o diálogo intertextual entre a narrativa brasileira e a francesa na digressão feita pelo conselheiro por ocasião da queda do império, na qual rememora sua passagem por Caracas na companhia de sua amante de nome “Carmen”.

No que diz respeito ao tempo, envelhecimento e morte, estes são aspectos presentes nos últimos dois romances machadianos. O jogo entre o futuro brasileiro e o passado francês faz parte do tempo presente da narração. Aires, por meio da memória, faz coincidir passado e presente no mesmo tempo histórico. Sua condição de diplomata aposentado outorga-lhe o direito de ir e vir do presente ao passado, remontando fatos e pessoas da mesma forma que faz Lamartine em seus versos melancólicos.

Hábitos e costumes franceses são exibidos pelas personagens de *Esau e Jacó*. Flora mostra o interesse pelo idioma francês, Nóbrega possui a mobília vinda da França; uma das carruagens da família Santos era o *coupé* – símbolo de requinte e elegância tipicamente francês; a época do encilhamento é associada com um texto de Voltaire – *Candide ou l’Optimisme*; enfim, a cultura francesa está presente nas atitudes e comportamento das personagens, fazendo parte da vida oitocentista.

Já Wagner Martins Madeira, em seu estudo *Machado de Assis: homem lúdico*, percebeu a questão do jogo presente ao longo da obra machadiana e, com mais detalhes, em *Esau e Jacó*. O autor começa mostrando o lúdico em alguns contos, poesias, peças, crônicas, romances e até nas correspondências, afirmando ser próprio da natureza humana a afeição pelos jogos. Para demonstrar com mais apuro o gosto de Machado pelo lúdico, o pesquisador detém-se na análise do romance dos gêmeos e inicia seu texto com referências de críticos sobre a presença desse tema na narrativa.

Madeira nomeia alguns tipos de jogos que estão diretamente relacionados com a forma narrativa característica do escritor em sua fase madura: a ironia. O pesquisador entende que é através da ironia que se percebe o lúdico no texto machadiano e passa a percorrê-la, apresentando as estratégias utilizadas pelo narrador em sua criação literária. As formas lúdicas analisadas pelo estudioso são o jogo da preterição, o jogo material, o jogo do duplo, o jogo das datas, o jogo do rebaixamento, o jogo metalinguístico, o jogo onomástico, e o jogo dos diagramas (que é subdividido em outros quatro diagramas: o rei/dama, Flora, o político e o religioso).

O jogo da preterição é apresentado por Madeira com o auxílio de Ismael Angelo Cintra, que explica ser a preterição uma espécie de traição do sujeito pelo próprio enunciado. Diversas passagens servem de exemplo a essa figura lúdica: “Não sou eu que o digo, Santos é que o pensou” (capítulo V); “Não escreveria este capítulo, se ele fosse propriamente das encomendas, mas não é” (capítulo LVII), entre outras.

As relações entre o capital e suas circunstâncias são denominadas pelo pesquisador de jogo material. O capítulo “Um Eldorado”, que evidencia a época do encilhamento; o episódio das tabuletas, que mostra a avareza do comerciante; a esmola de Natalidade a Nóbrega e a mesma atitude deste depois de alguns anos, entre outros, nos exemplificam esse jogo que, segundo o pesquisador, tem como principal representante a personagem Santos.

O jogo do duplo é um dos mais produtivos no romance, pois os gêmeos, suas contendas e fusões, as referências bíblicas a eles associadas; os capítulos com títulos dobrados; as frases com duplos adjetivos são alguns exemplos da diversidade desse jogo.

Tratando-se de Machado de Assis, as datas são importantes, assevera Madeira, pois elas podem conter informações extras que auxiliam, de alguma forma, na interpretação do texto. D. Cláudia, que “datava por ministérios” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 76); os gêmeos, que falavam do ano de seu nascimento; o enriquecimento de Santos, além de muitas outras que se encontram na narrativa.

De acordo com o estudioso, Machado reduz os valores elevados a situações banais, incorporando o estilo e os ideais estéticos da classe dominante para em seguida mostrar a canalhice (MADEIRA, 2001, p. 95); este é o que chama de jogo do rebaixamento. A epígrafe de Dante; a aproximação da cabocla Bárbara com a sacerdotisa Pítia; o uso indevido de citações são alguns exemplos desse aspecto lúdico.

O emprego de antropônimos e topônimos é característico do estilo machadiano e dá forma ao jogo onomástico, o qual aparece inúmeras vezes nesse texto, afirma Madeira. Os topônimos católicos encontrados nas ruas percorridas no retorno do Castelo parecem lembrar às irmãs Natividade e Perpétua da traição em consultar a vidente. No que tange à geografia da cidade, a onomástica religiosa ganha lugar de destaque. Em contrapartida, a ironia perpassa o nome do padeiro Custódio, preocupado demais com o custo de uma tabuleta.

As conversas com o leitor (recurso este frequente nos escritos da maturidade de Machado) são tomadas como parte do jogo metalinguístico analisado pelo crítico. Os três últimos capítulos do romance são permeados pelas interferências do narrador que conduz seu leitor até o final de sua história. Para ele, esse narrador é irônico e corrobora os efeitos do lúdico presentes nesse romance. Além disso, a sua volubilidade existe devido à volubilidade das personagens.

Por fim, o jogo dos diagramas tem vínculo direto com a metáfora do jogo de xadrez, explícita no décimo terceiro capítulo. Suas subdivisões tentam esclarecer, em alguma medida, o aspecto lúdico das peças que compõe esse complexo quebra-cabeça, explica Madeira¹⁵.

¹⁵ O estudioso conclui que este romance é “o panorama de um Brasil em que as instituições não funcionam adequadamente, pois tanto a religião quanto a política são práticas desajustadas, idéias fora do lugar, sincréticas e fisiológicas” (MADEIRA, 2001, p.124). Perceber a presença da transcendência que desvela a todo instante ícones místico-religiosos de toda a ordem é, para Madeira, a maior contribuição de seu estudo em termos de

Após essa apresentação dos estudos sobre *Esau e Jacó*, percebemos a recorrência de alguns temas que se tornam uma constante nessas leituras. Entre eles estão a questão histórico-política, as reflexões sobre o narrador-personagem Aires e a simbologia no romance. A presença evidente dos acontecimentos da história do Brasil faz com que muitos estudiosos se debrucem sobre tal assunto, observando a participação das personagens neles, em consequência da mudança política. Por outro lado, o duplo papel do conselheiro Aires, ora narrador, ora personagem da trama, dá margem a uma ambiguidade que, segundo os críticos, percorre todo o texto. Por fim, a característica simbólica da narrativa é outro tema abundante para pesquisa e faz do texto uma fonte quase que inesgotável de interpretações, o que o torna sempre atual e aberto a novas e variadas leituras.

2 A FISIONOMIA URBANA

Uma cidade é um corpo de pedra com um rosto. (Machado de Assis, “Tempo de crise”, Contos avulsos)

A temática urbana tem sido objeto de muitos estudiosos desde o século XIX, em virtude das inúmeras alterações sofridas pelo espaço público nos mais diferentes aspectos. Esse contínuo processo de modernização e consequente metamorfose das cidades não passa despercebido aos escritores, que observam as mudanças e transformações da urbe e, por conseguinte, as modificações na vida e costumes de seus habitantes.

Charles Dickens, Charles Baudelaire, Nikolai Gogol, Fiodor Dostoievski, entre outros eram fascinados pela cidade e, cada qual à sua maneira, tornaram-na quase que uma protagonista em suas obras, perpetuando, através da literatura, o complexo cenário urbano ao seu redor. Baudelaire, por exemplo, personifica Paris em sua poesia. Os tipos sociais, a agitação das pessoas, as reformas do barão Haussmann são alguns dos temas recorrentes em seus versos que traduzem, de certa forma, a capital francesa oitocentista. O estudioso Walter Benjamin analisa esta onipresença da cidade na obra do poeta francês e afirma que, por intermédio do olhar do estranhamento, seus poemas revelam as inúmeras mudanças que passam a redesenhar a fisionomia de Paris (BENJAMIN, 1985, p. 38-39).

A história é escrita pelos mais variados eventos e fatos que invadem cidades, países, continentes ao longo do tempo. Como afirma Pierre Sansot, “o espaço tem por missão dar significado ao tempo e à história” (SANSOT *apud* PESAVENTO, 2002, p. 17). Assim sendo, entendemos que toda alteração nas características de uma cidade acarreta também modificações no cotidiano dos que nela habitam, construindo, desse modo, a biografia daquele local.

A partir da leitura e estudo mais acurado de *Esaú e Jacó*, a cidade parece sobressair-se, ocupando um lugar de destaque. O conselheiro Aires é um *flâneur* às avessas, uma vez que transita pelas ruas da cidade, mas tem “horror à multidão” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 93). Em contrapartida, é ele quem observa a sociedade e coleciona as sensações urbanas, transcrevendo-as no seu *Memorial*. Os importantes eventos históricos das últimas décadas do século XIX ali ficcionalizados – como, por exemplo, a abolição da escravatura e a proclamação da república, bem como a intensa movimentação das

personagens pelas ruas, lojas, bairros – deixam à mostra signos urbanos e particularidades de um Rio de Janeiro submerso em transformações que, de certa maneira, expõem o processo de crescimento e desenvolvimento pelo qual passava a capital.

Com o objetivo de penetrar as entrelinhas desse universo citadino complexo e, ao mesmo tempo, instigante, tentaremos, neste capítulo, resgatar o Rio de Janeiro por meio dos rastros físicos contidos neste romance. Para tanto, buscaremos perceber a cidade em sua “materialidade imagética”¹⁶: mostrando as referências sobre as ruas; a capital, propriamente dita, com suas paisagens, cenários e construções; as pessoas que por ela transitam, bem como a moda em voga no período, pois acreditamos ser ela portadora de consideráveis significações para a compreensão da narrativa.

2.1 A cidade

O Rio de Janeiro é matéria de reflexão e contemplação ao olhar atento de Aires, bem como ao de diversas personagens que o observam sob ângulos diferenciados. As menções à cidade, propriamente dita, nos auxiliam a enxergá-la de uma maneira singular, como se conseguíssemos retroceder no tempo e viajar aos oitocentos, criando imagens virtuais das belezas ainda intocadas pelo progresso vindouro. Além do Rio, mais duas cidades são referidas e retratadas pelo nosso narrador, que não deixa de apontar suas funções e particularidades para a sociedade carioca do seu tempo¹⁷.

As alusões à cidade nos permitem entender qual o papel do espaço em *Esau e Jacó* e a utilidade de tais referências na compreensão do estreito elo que une o homem à urbe. Dentre os aspectos escolhidos para análise, estão a questão do arraigo; as mudanças na fisionomia da capital, retratadas por meio da memória ou por suposições acerca do seu futuro; os principais locais visitados e/ou mencionados pelas personagens; as referências a prédios históricos ou construções; a iluminação viária utilizada na época, bem como a atenção dispensada pelas personagens sobre alguns dos problemas urbanos.

¹⁶ Termo empregado por Sandra Jatahy Pesavento em seu livro *O imaginário da cidade*.

¹⁷ Essas duas cidades – Petrópolis e Maricá – serão também objeto de reflexão por apresentarem um interessante contraponto com o Rio de Janeiro.

O enraizamento parece ser uma característica intrínseca à espécie humana, que precisa fixar-se, criar vínculos e, sobretudo, conhecer o espaço que a circunda. Para Ibáñez, “la ciudad existe porque el hombre es un ser que se arraiga, que ve en lo urbano un marco raigal de primer orden” (IBÁÑEZ, 1993, p. 249). Na ocasião do retorno do conselheiro ao Rio de Janeiro, sua irmã Rita teimou em levá-lo a Andaraí, argumentando ser sua última parenta viva e que ele moraria melhor com ela que em presença de estranhos:

- Que estranhos? Não vou viver com ninguém. Viverei com o Catete, o Largo do Machado, a Praia de Botafogo e a do Flamengo, não falo das pessoas que lá moram, mas das ruas, das casas, dos chafarizes e das lojas. Há lá coisas esquisitas, mas sei eu se venho achar em Andaraí uma casa de pernas pro ar, por exemplo? Contentemo-nos do que sabemos. Lá os meus pés andam por si. Há ali coisas petrificadas e pessoas imortais, como aquele Custódio da confeitaria, lembra-se? (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 79)

A resposta dada à sua irmã demonstra certo apego ao local em que vivera no passado, bem como aos elementos citadinos que são próprios daquele lugar, a exemplo do padeiro Custódio e sua *Confeitaria do Império*. O conselheiro afirma que naquele pedaço da cidade seus “pés andam por si”, ou seja, não há local ou travessa que ele desconheça, sendo ele íntimo de cada esquina, beco ou praça que ali existam. A necessidade de referências permanentes ou conhecidas de outrora parecem ser o objetivo daquele ex-diplomata que viajou o mundo visitando tantos lugares novos e que, neste momento de sua vida, deseja um cenário familiar, que lhe transmita segurança e bem-estar. Os estudos de Kevin Lynch vão ao encontro desta procura do ser humano por um local conhecido: “a necessidade de reconhecer e padronizar nosso ambiente é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que essa imagem é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo” (LYNCH, 1997, p.04).

A lucidez de Aires, bem como a certeza do desenvolvimento vindouro, por vezes permeiam seu discurso, caracterizando-o como um homem à frente do seu tempo. Contudo, as modificações e o avanço urbano parecem não o seduzir em sua narrativa, pois ele prefere não estar vivo para presenciar quaisquer mudanças na fisionomia da cidade:

Enfim, o jantar acabou, e eles passaram ao salão. Aires, falando da enseada:
- Aqui está uma obra, que é mais velha que o tinteiro do Evaristo e a tabuleta do Custódio, e, não obstante, parece mais moça, não é verdade, D. Perpétua? A noite é clara e quente; podia ser escura e fria, e o efeito seria o mesmo. A enseada não difere de si. Talvez os homens venham algum dia a atulhá-la de terra e pedras para levantar casas em cima, um bairro novo, com um grande circo destinado a corrida de cavalos. Tudo é possível debaixo do sol e da lua. A nossa felicidade, barão, é que morreremos antes. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 119)

A natureza bela e intocada ganha a preferência do conselheiro, ao invés do desenvolvimento urbano da enseada de Botafogo, vista da casa de Santos e Natividade. Como exemplificado na passagem anterior, Aires demonstra seu apego ao passado ao mencionar a idade avançada daquela linda enseada, ao mesmo tempo em que cogita seu desaparecimento no futuro em virtude da velocidade das transformações urbanas. As divagações do diplomata parecem estar à frente de seu tempo, pois ele prevê a destruição daquele lindo local pelas atitudes materialistas que regem o ser humano. Talvez por ter presenciado muitas mudanças desse tipo durante suas viagens ao exterior, o diplomata cria hipóteses para o destino daquela rica paisagem, antevendo o lucro vindouro que dali poderia brotar.

Embora atento ao presente, a narrativa de Aires está permeada pela memória do passado. A rememoração de uma outra cidade, diferente do Rio em que vive agora, vivifica, em sua lembrança, imagens nostálgicas de um ambiente que contrasta com aquele que ali se apresenta:

Os olhos de Aires tinham uma faculdade particular, menos particular do que parece, porque outros a possuirão calados. Vinha a ser que eles não saíam da página, mas em verdade já lhe prestava menos atenção; o tempo, a gente, a vida, coisas passadas, surdiam a espia-lo por detrás do livro com que tinham vivido, e Aires ia tornando a ver um Rio de Janeiro que não era este, ou apenas o fazia lembrado. Nem cuides que eram só réus e juizes, era o passeio, a rua, a festa, velhos patuscos e mortos, rapazes frescos e agora enferrujados como ele. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 128)

Ao passar os olhos pelas páginas do código criminal na casa da gente Batista, a memória do conselheiro remonta a uma outra cidade, um outro Rio de Janeiro. A lembrança de Aires remete a tempos remotos, que ergueram no presente uma cidade distinta, não aquela que aos seus olhos se apresentava, mas sim um lugar diverso, com pessoas diferentes, que são revividas através da recordação – faculdade excepcional, capaz de fazer coexistir passado e presente num mesmo tempo histórico. Conforme os estudos de Walter Benjamin,

para o autóctone obter a imagem de sua cidade, são necessárias motivações diferentes, mais profundas. Motivações de quem, em vez de viajar para longe, viaja para o passado. Sempre o retrato urbano do autóctone terá afinidade com o livro de memórias, não é à toa que o escritor passou sua infância neste lugar. (BENJAMIN *apud* BOLLE, 2002, p. 316)

Assim, o conselheiro parece ser o guardião de uma memória social do Rio de Janeiro que passa a existir somente em sua lembrança. Não esqueçamos que Aires também é um escritor e está a redigir o seu *Memorial*, um diário de recordações que serviria “para matar o tempo da barca de Petrópolis” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 33), no qual rememorava

fatos e pessoas do passado, perpetuando em suas páginas acontecimentos já esquecidos ou apenas adormecidos de sua vida.

O retorno de Aires ao Rio de Janeiro após suas viagens diplomáticas pelo exterior e o olhar debruçado sobre sua cidade natal são reveladores do estado de conservação daquele lugar único e escolhido por ele para passar o resto de sua vida:

Já então este ex-ministro estava aposentado. Regressou ao Rio de Janeiro, depois de um último olhar às coisas vistas, para aqui viver o resto dos seus dias. [...] tinha particular amor à sua terra, e por ventura estava cansado de outras. [...]
Também a cidade não lhe pareceu que houvesse mudado muito. Achou algum movimento mais, alguma ópera menos, cabeças brancas, pessoas defuntas; mas a velha cidade era a mesma. A própria casa dele no Catete estava bem conservada. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 78)

Não obstante uma maior movimentação, a capital parece não ter alterado muito seu aspecto primeiro aos olhos atentos desse arguto observador. A velha cidade e sua casa na rua do Catete continuavam as mesmas, de modo que sua readaptação seria rápida e sem maiores problemas.

Em outro momento, as modificações urbanas aparecem na narração de Aires e são um tanto quanto desprezadas por ele, que prefere ver sua cidade tal qual ela era quando a deixou no passado. Em um dos passeios do conselheiro com os gêmeos, descreve-lhes algumas das mudanças percebidas na fisionomia da cidade, à maneira de um excelente contador de histórias que era:

Vinham de estar com Aires no teatro, uma noite, matando o tempo. [...] Foram dali a um restaurante. Aires disse-lhes que, antigamente, em rapaz, acabava a noite com amigos da mesma idade. Era o tempo de Offenbach e da opereta. Contou anedotas, disse as peças, descreveu as damas e os partidos, quase deu por si repetindo um trecho, música e palavras. Pedro e Paulo ouviam com atenção, mas não sentiam nada do que despertava os ecos da alma do diplomata. [...] Que lhes importava a notícia de um velho café da Rua Uruguaiana, trocado depois em teatro, agora em nada, uma gente que viveu e brilhou, passou e acabou antes que eles viessem ao mundo? (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 197-198)

As lembranças de tempos passados são uma constante no discurso do diplomata. O retrato de uma paisagem apenas adormecida e, então, esboçada por Aires, faz ressurgir uma velha cidade através da rememoração de lugares e hábitos já não pertencentes ao presente. Sabemos que, em nível coletivo, a memória permite conservar a consciência da própria identidade de um povo e de uma cidade através do tempo (IBÁÑEZ, 1993, p. 17). O entusiasmo com que narrava esses casos de sua mocidade aos irmãos despertava ainda mais a

memória do conselheiro e fazia-o remontar a uma outra época e, por conseguinte, a uma outra cidade. O tempo passado parecia tão fresco e claro em sua lembrança que reconstituía, no presente, signos citadinos já não existentes no Rio de Janeiro contemporâneo, que, entretanto, ainda teimavam em permanecer na sua recordação. Dessa forma, o conselheiro conserva a identidade da antiga capital e das pessoas que ali viveram, através da rememoração de lugares que viajam do passado ao presente, por intermédio da memória.

As reminiscências de uma antiga cidade, com seus velhos símbolos revisitados, parece não estar apenas viva na lembrança do diplomata, mas na de outras personagens da narrativa. A memória de Nóbrega, ex-pedinte das almas, é revigorada ao sentir-se curioso sobre os elementos urbanos antes tão familiares em suas andanças pela cidade:

Tinha cócegas de mirar as ruas e as pessoas, recordava as casas e as lojas, um barbeiro, os sobrados de grade de pau, onde apareciam tais e tais moças... [...] quis ver tudo a pé, devagar, parando, se fosse possível, e revivendo o extinto. [...] Aqui via a loja do barbeiro, e o barbeiro era outro. Dos sobrados de grade de pau debruçavam-se ainda moças, velhas e meninas e nenhuma era a mesma. Nóbrega foi-se animando e encarando. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 172)

Reviver o extinto era o objetivo daquele ex-pedinte que retorna à cidade e deseja rever os velhos locais por onde mendigava para a missa das almas. A memória avivava-se a cada novo estabelecimento que avistava naquele trajeto previamente estabelecido. Todavia, esse desencontro com pessoas do seu passado redobrou-lhe a energia nesse percurso, já que sabemos, pela sutileza de nosso narrador, a verdadeira origem de sua riqueza: ele subtraía as esmolas destinadas às almas em seu favorecimento particular.

Entretanto, esta mesma personagem parece esquecer os componentes urbanos antes tão íntimos seus, ao acompanhar o enterro da jovem Flora. No percurso de volta do cemitério, o empregado de Nóbrega enumera alguns objetos característicos da cidade, buscando dissipar a tristeza que se apoderara de seu coração: “O secretário, para o arrancar à tristeza, falava dos objetos da rua. – V. Ex^a. lembra-se do chafariz que havia aqui há anos? – Não, resmungava Nóbrega.” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 234). O referido marco fora esquecido por completo por Nóbrega, apesar das suas andanças por esses locais. Talvez por experimentar um sentimento de dor diante da perda de uma paixão, o ex-pedinte não recorde com exatidão daquele chafariz que fazia parte do semblante de outra época.

Ao personificar os objetos inanimados, o ex-pedinte Nóbrega parece querer, de alguma maneira, mesmo que discreta, aparecer e mostrar seu atual *status* de grandeza naquele momento imponente de sua vida:

Não confiaria de homem aquele passado, mas às paredes mudas, às grades velhas, às portas gretadas, aos lampiões antigos, se os havia ainda, tudo o que fosse discreto, a tudo quisera dar olhos, ouvidos e boca, uma boca que só ele escutasse, e que proclamasse a prosperidade daquele velho andador. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 173)

Como aconselhava o velho pai de Brás Cubas, “valer pela opinião dos outros” (MACHADO DE ASSIS, 2008, p. 662), mesmo que através de juízos provenientes de seres sem vida própria, parece ser válido a partir do momento em que entendemos a origem obscura da nobreza de Nóbrega. O desejo de ser aclamado por sua riqueza está tão presente em seu âmago que ele tem vontade de dar vida aos objetos ao seu redor para que estes o façam, uma vez que para homem nenhum teria coragem de confiar aquele segredo.

Por um instante, a cidade ganha vida própria e enxerga Nóbrega. O ex-pedinte é “reconhecido” apenas pelas casas em seu percurso solitário: “Só as casas, que eram as mesmas, pareciam reconhecê-lo, e algumas quase que lhe falavam. Não é poesia” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 172). A presença viva da urbe, a qual “olha” para Nóbrega, torna-se, ao mesmo tempo, testemunha das peripécias daquela personagem em particular e intensificadora da relação homem-cidade. Segundo os estudos de López, “*el ritmo de la ciudad [...] es el ritmo de las decisiones del hombre*” (LÓPEZ *apud* IBÁÑEZ, 1993, p. 16, grifos do autor), e, por essa razão, os elementos urbanos refletem o sentimento da personagem num instante de insegurança diante daquela emoção nova que sentia: pelo menos as casas “conheciam-no e tentavam falar-lhe”. A personificação das casas foi a solução encontrada durante aquele nostálgico passeio, sem os rostos familiares do tempo de mendicância.

Espaço importante da fisionomia da cidade é o morro do Castelo, mencionado já nas primeiras linhas de *Esau e Jacó*. Local de trânsito constante de pessoas e reduto de lendas sobre tesouros jesuíticos ali enterrados, que o cercavam de mistérios e superstições, ele era um dos marcos iniciais da cidade colonial. Foi destruído por completo em 1922, segundo as ideias “modernizadoras” de uma república que se queria, ao menos na aparência, ser civilizada e moderna e esquecer seu passado como colônia de Portugal.

Na narrativa, o morro também aparece como um local cercado de lendas e poderes sobrenaturais, associados a uma vidente que “era o assunto da cidade; atribuíam-lhe um poder infinito, uma série de milagres, sortes, achados, casamentos” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 19) e lá morava. O romance é aberto com a descrição das personagens Natividade e Perpétua subindo a ladeira do Castelo para consultarem a famosa cabocla:

Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castelo. Começaram a subir pelo lado da Rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés. [...] Natividade e Perpétua conheciam outras partes, além de Botafogo, mas o morro do Castelo, por mais que ouvissem falar dele e da cabocla que lá reinava em 1871, era-lhes tão estranho e remoto como o clube. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 13)

No final do século XIX, a grande parte dos habitantes do morro era de pessoas humildes e trabalhadores, de forma que raramente a elite carioca teria algum interesse naquele lugar. As duas personagens em questão jamais tinham ido até lá e, como afirma o narrador, muitas outras pessoas nunca lá subiriam. O estudioso John Gledson também se questiona sobre o porquê de ninguém ir ao Castelo e arrisca respondendo: “Porque era um lugar pobre, e pobre em parte porque era morro, e as pessoas preferiam morar nos bairros mais planos, e próximos à praia: Glória, Catete, Flamengo, Botafogo. Mas também porque todo mundo sabia que um dia o morro desapareceria” (GLEDSON, 2006, p. 350). Em *Esau e Jacó*, o morro do Castelo é por diversas vezes matéria de discussão devido à cabocla, habitante do lugar, que era reconhecida na cidade por sua capacidade de dizer o passado e prever o futuro.

Percebendo a importância desse morro, faremos uma digressão acerca do seu papel naquele contexto e das polêmicas sobre ele. Uma das principais alegações para a derrubada do morro do Castelo era o fato de que ele impedia a circulação dos ventos para o resto da cidade; assim, sua permanência facilitaria a proliferação de inúmeras doenças e pestes nocivas à saúde dos habitantes. Desde os tempos da colonização do país, viajantes e colonizadores reparavam na configuração do relevo da cidade do Rio de Janeiro. O consenso geral era sobre a numerosa quantidade de elevações montanhosas que a cidade possuía. O escritor Joaquim Manuel de Macedo, em seu livro *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, transcreve um diálogo entre o vice-rei Luiz de Vasconcelos e o mestre Valentim – arquiteto responsável por diversas obras na capital – a respeito de outro morro:

O vice-rei e o artista ficaram sós e foram seguindo. Ao chegarem de novo junto do monte das Mangueiras, que era um espigão do morro de Santa Teresa, Luiz de Vasconcelos parou e disse:
- Temos montes demais na cidade, mestre. Eis aqui um outeiro que podia bem desaparecer, sendo substituído por uma rua que facilitaria a comunicação do bairro que deixamos com a rua dos Barbonos e com aquela a que o marquês, meu feliz antecessor, legou o seu nome. (MACEDO, 2004, p. 95)

Embora não tenha tido o mesmo destino do morro do Castelo, o de Santa Teresa também recebeu, no século XVIII, cogitações a respeito de seu aplainamento. Essa característica montanhosa da cidade preocupou muito os urbanistas, principalmente, na virada

do século XIX para o século XX, em que medidas higienistas e sanitaristas tornaram-se condições *sine qua non* para habitar, de modo salutar, os centros do Rio de Janeiro.

Tratando-se de assuntos ligados à questão da segurança pública da capital, a agitação das pessoas diante do turbilhão de notícias desencontradas naquela memorável manhã da proclamação da república nos faz refletir sobre o quão desprotegida sentiu-se a população numa época de “revolução”. A sensação de estar vivendo em um local inseguro é confessada por um cocheiro ao conselheiro:

Falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um fugido, os demais presos. O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra. Aires olhava para o cocheiro, cuja palavra saía deliciosa de novidade. [...] O cocheiro contou que ouvira tudo a um homem que trouxera da Rua dos Inválidos e levava ao Largo da Glória, por sinal que estava assombrado, não podia falar, pedia-lhe que corresse, que lhe pagaria o dobro; e pagou.
 - Talvez fosse algum implicado no barulho, sugeriu Aires.
 - Também pode ser [...] A verdade é que ele pagou o dobro da viagem, e com razão, porque a cidade não está segura, e a gente corre grande risco levando pessoas de um lado para outro... (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 142-143)

A instabilidade geral parece penetrar aos poucos na população por meio de doses homeopáticas de informação ou de conhecimento acerca da verdade dos fatos presenciados na capital. A falta de locais seguros em uma época de transição política está retratada neste desabafo feito pelo cocheiro que necessita transportar pessoas de um lado para outro, mesmo em tempos de incertezas sobre o futuro do país. De acordo com os estudos de Wissenbach,

os episódios políticos dos inícios da República fizeram aflorar muito mais as relações conturbadas e ambíguas que se estabeleceram entre o poder e a multidão. [...] os flagrantes do cotidiano das classes populares vieram à luz sobretudo quando acontecimentos excepcionais quebravam bruscamente a rotina da cidade, quando emergiam os conflitos, as tensões e o descompasso no geral diluído no dia-a-dia; numa escala individual, delitos, prisões e julgamentos [...] tais como os que ocorreram no período da Primeira República. (WISSENBACH, 1998, p. 109)

Esse importante momento de transição política no país não teve a aprovação de todos os cidadãos da capital. Por essa razão, protestos e manifestações em prol e contra a república invadiram a cidade, tornando-a uma arena fecunda aos movimentos populares.

No que tange aos aspectos arquitetônicos da cidade, estes são revelados através de olhares atentos, desejosos de sua beleza e elegância. Alguns prédios requintados e luxuosos que se destacavam entre as demais construções do período atraem o olhar e a cobiça de algumas personagens do romance:

Ao passar pelo palácio Nova Friburgo, levantou os olhos para ele com o desejo do costume, uma cobiça de possuí-lo, sem prever os altos destinos que o palácio viria a ter na República; mas quem então previa nada? Quem prevê coisa nenhuma? Para Santos a questão era só possuí-lo, dar ali grandes festas únicas, celebradas nas gazetas, narradas na cidade entre amigos e inimigos, cheios de admiração, de rancor ou de inveja. Não pensava nas saudades que as matronas futuras contariam às suas netas, menos ainda nos livros de crônicas, escritos e impressos neste outro século. Santos não tinha a imaginação da posteridade. Via o presente e suas maravilhas. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 35-36)

O Palácio do Catete foi construído para ser a casa da família do Barão de Nova Friburgo na metrópole e, nesta época, ele ficou sendo conhecido como Palácio de Nova Friburgo. O edifício de linhas neoclássicas foi projetado em 1858, pelo arquiteto Carl Friedrich Gustav Waehneltdt, de origem prussiana. A construção terminou oficialmente em 1866. Santos, como um bom capitalista que era, já não se contentava com sua rica casa em Botafogo, almejava um palácio para promover festas que seriam comentadas entre amigos e inimigos:

A casa de Botafogo, posto que bela, não era um palácio, e depois, não estava tão exposta como aqui no Catete, passagem obrigada de toda a gente, que olharia para as grandes janelas, as grandes portas, as grandes águias no alto, de asas abertas. Quem viesse pelo lado do mar, veria as costas do palácio, os jardins e os lagos... Oh! gozo infinito! Santos imaginava os bronzes, mármore, luzes, flores, danças, carruagens, músicas, ceias... (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 36)

A localização privilegiada do Palácio do Catete parece ser um atrativo a mais para essa personagem. Apesar de ser um bairro de famílias nobres, Botafogo não tinha a visibilidade dos arredores do Catete, já que por ali passava, diariamente, grande parte da população carioca, devido à posição central em que fora construído.

Outra singularidade chama a atenção de uma das personagens da trama: a iluminação urbana da capital. Durante o Baile da Ilha Fiscal, a visão a respeito de uma cidade ainda iluminada por lampiões a gás é retratada sob o olhar de encantamento de Flora:

Flora não se aborreceu na ilha. Conjeturei mal, emendo-me a tempo. Podia aborrecer-se pelas razões que lá ficam, e ainda outras que poupei ao leitor apressado; mas, em verdade, passou bem a noite. A novidade da festa, a vizinhança do mar, os navios perdidos na sombra, a cidade defronte com os seus lampiões de gás, embaixo e em cima, na praia e nos outeiros, eis aí aspectos novos que a encantaram durante aquelas horas rápidas. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 113)

A bela cena que se formara com o efeito da iluminação nos deixa traços de um Rio de Janeiro nostálgico, que causava fascínio até mesmo aos próprios habitantes, quando

olhados de uma nova perspectiva, nesse caso, de dentro da Ilha Fiscal. Flora distraiu-se com as centenas de lampiões a gás que alumiam a irregular geografia da cidade com seus altos e baixos, tornando a feição desta ainda mais singular.

No que diz respeito ao campo da saúde, há sugestões, ao longo da narrativa, que nos fazem pensar sobre as condições precárias de higiene e limpeza em que se encontrava o Rio de Janeiro antes e após a proclamação da república:

aqui vai morta a velha Natividade. [...] Não morreu sem ter uma conferência particular com os dois filhos – tão particular, que nem o marido assistiu a ela. Também não instou por isso. [...] Porquanto, os médicos já a haviam desenganado. [...] ela morreu sem falta, poucas semanas depois daquela sessão da Câmara. Morreu de tifo. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 251)

A doença que vitima a mãe dos gêmeos – o tifo – dá indícios da situação insalubre em que se encontrava a capital. Mencionada uma única vez, poucas linhas antes de acabar a narrativa, a *causa mortis* de Natividade comprova a barbárie que convivia com os prematuros sinais civilizatórios de higienização e limpeza. A mesma personagem, anos antes, reclama das condições ruins da igreja escolhida pelo marido para rezarem para a alma de um falecido parente: “Natividade queixou-se da igreja, que lhe sujara o vestido. – Venho cheia de pulgas, continuou ela; por que não fomos a São Francisco de Paula ou à Glória, que estão mais perto, e são limpas?” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 26). A instituição religiosa não deixa de ser alvo de reclamações por parte de Natividade, que ressalta a falta de higiene lá encontrada, o que se constata pela referência às pulgas. Há neste desabafo, um registro de ambientes pouco saudáveis aos habitantes que, apresentavam uma infraestrutura inadequada, demandando, com urgência, reparos e cuidados sanitários, mas que, apesar de algumas providências já iniciadas, ainda permaneciam.

Através dos relatos de inúmeros viajantes que aqui estiveram no século XIX, podemos ter ideia das precárias condições de higiene e limpeza da capital. O olhar de *outsider* desses estrangeiros captava ainda mais as diferenças entre o Brasil e seu país de origem (em sua maioria vindos da Europa), onde as devidas providências em relação às questões de saúde pública já vinham sendo concretizadas, devido ao alto crescimento populacional nas cidades europeias. Delso Renault afirma que, somente após 1860, começam a ser realizadas as primeiras implementações do serviço de esgotos.

Uma das leituras possíveis de ser feita a partir do romance refere-se à relação cidade-mulher. Um escritor que destaca esta associação é Ítalo Calvino n’*As cidades*

invisíveis. Há um momento da narrativa machadiana em que as mulheres também são comparadas às cidades, de forma análoga ao que faz Marco Polo (personagem do romance italiano) ao nomeá-las com nomes femininos, transportando àquelas características do universo humano:

Aires voltava de Europa, aonde fora com promessa de ficar seis meses apenas. Enganou-se; gastou doze. [...] Ele fora a pretexto de águas, e, por mais que lhe recomendassem as do Brasil, não as quis experimentar. [...] D. Rita insinuou que ele ia para ver como estavam as moças que deixou, e concluiu:

– Hão de estar tão velhas, como você.

– Quem sabe se mais? O ofício delas é envelhecer, redarguiu o conselheiro.

Quis rir, mas não pôde ir além da ameaça. [...] As moças ele sabia muito bem que cediam ao tempo, como as cidades e as instituições, e ainda mais depressa que elas. Nem todas iriam logo cedo, a cumprir a sentença que atribui ao amor dos deuses a morte prematura das pessoas; mas viu algumas dessas, e agora lhe lembrou a meiga Flora, que lá se fora com as suas graças finas... (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 245-246)

Aires encontra uma afinidade entre as moças e as cidades no que diz respeito à finitude de ambas. No texto de Calvino, a partir da perenidade das cidades descritas por Marco Polo, Kublai passa a refletir “sobre a ordem invisível que governava a cidade, sobre as regras a que respondiam o seu surgir e formar-se e prosperar e adaptar-se às estações e definhando e cair em decadência” (CALVINO, 2006, p. 112). Tal ciclo percebido pelo Grande Khan, pode ser transportado à vida humana, que também é perecível no tempo, depois de cumprir todos os estágios de sua formação.

Também Petrópolis tem presença marcante em *Esau e Jacó*. Fundada em 16 de março de 1843 por um decreto de D. Pedro II, atuou como a principal passagem entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e, posteriormente, como um local de férias das famílias abastadas, sendo considerada um lugar neutro, livre dos conflitos políticos e das mudanças, e referida pelo narrador como a “cidade do repouso, do luxo e da galanteria” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 236):

Passado o riso, Natividade continuou:

– Petrópolis é a cidade da paz; é, como dizia outro dia o Conselheiro Aires, é a cidade neutra, é a cidade das nações. Se a capital do Estado fosse ali, não haveria deposição de governo. Petrópolis, – vejam vocês que o nome, apesar da origem, ficou e ficará, – é de todos. A estação dizem que vai ser encantadora... (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 203)

Repetindo as palavras do conselheiro, Natividade atribui características ímpares a essa cidade que não sofre influências dos fatos que afligiram a capital nas últimas décadas dos oitocentos. A estabilidade daquele local atrai as personagens que buscam calma em tempos

de crise. Um Éden é retratado através de proposições seguras embasadas numa fonte confiável: a personagem Aires. A temporada de férias levava a elite carioca a subir a serra e descansar em Petrópolis, afastando-se das agitações do Rio, tendo sido o refúgio recomendado pelos médicos às pessoas nas épocas das epidemias de cólera e febre amarela que ocorreram no século XIX (CHALHOUB, 1996, p. 61).

Maricá também é referida no romance e aparece como um lugar humilde, de pequenas proporções, de onde veio o banqueiro Santos e lá deixando alguns parentes e amigos. A aproximação do lugar com um abismo, devido às suas poucas oportunidades em comparação com a capital, revela a grande diferença entre ambas: “João de Melo retirou-se com a escrivanã, e dizem que uma grande paixão também. [...] Em vez disso, uma escrivanã e Maricá; era um abismo. Caiu nele; três dias depois saiu do Rio de Janeiro para não voltar” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 203). A desproporção entre as duas cidades é imensa, e as opções tão variadas em uma e quase inexistentes na outra fazem da palavra “abismo”, escolhida pelo narrador, a melhor maneira de distingui-las.

Entre os aspectos discutidos, importância foi dada à memória. Por meio dela, o conselheiro Aires vislumbra um outro Rio, anterior às transformações. Esse exercício de memória elabora uma ressignificação do presente através de um retorno ao passado. No livro *As cidades invisíveis*, Marco Polo reflete sobre a afinidade existente entre a memória e as cidades: “A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir” (CALVINO, 2006, p. 23). Notamos, assim, que a existência da cidade mantém um forte elo com a memória, uma vez que é através do exercício constante de repetição dos seus símbolos que ela passa a existir. O olhar do diplomata também está atento às alterações na sua fisionomia, o que ocorre com toda grande metrópole que se moderniza.

2.2 As ruas

O olhar para este singular elemento urbano – a rua – parece ser uma constante no que diz respeito às atitudes das personagens de *Esau e Jacó*. Estas e, principalmente, o nosso narrador despendem grande parte de sua atenção às vias de circulação, ora nomeando-as, ora tornando-as quase que personagens e integrantes fundamentais para a sequência da trama que ali se apresenta.

Espaço que permite o encontro e a movimentação na cidade, a rua torna-se o lugar por excelência de travessia, manifestação pública, comunhão étnica, enfim, ela é o local de convergência popular. Marshall Berman enfatiza que, no final do século XIX, a rua “emergiu como símbolo fundamental da vida moderna” (BERMAN, 2004, p. 356).

Pormenores sobre a localização precisa de um dado lugar encontram espaço na narrativa de Aires que, à moda de um verdadeiro contador de histórias nos moldes benjaminianos, possuindo as características ora do *trabalhador sedentário*, ora do *marinheiro mercante*¹⁸, detém o conhecimento acerca das nomenclaturas antiga e mais recente de caminhos e ruas do Rio de Janeiro:

No primeiro domingo, Santos pegou em si, e foi à casa do doutor Plácido, Rua do Senador Vergueiro, uma casa baixa, de três janelas, com muito terreno para o lado do mar. Creio que já não exista: datava do tempo em que a rua era o Caminho Velho, para diferenciar do Caminho Novo. Perdoa estas minúcias. A ação podia ir sem elas, mas eu quero que saibas que casa era, e que rua, e mais digo que ali havia uma espécie de clube, templo ou que quer que era espírita. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 40)

Tal qual um guia, Aires nos leva a conhecer recantos e curiosidades nessa travessia. Com uma riqueza de detalhes e uma precisão a respeito do local daquele centro espírita situado na atual Rua do Senador Vergueiro, ex-Caminho Velho, o conselheiro é guardião de um saber histórico sobre os trajetos urbanos que, como a própria cidade e, por fazer parte dela, também sofrem mutações que “contam uma história não-verbal pontilhada de imagens [...] que misturam, através do tempo, o cotidiano dos homens” (FERRARA *apud* PESAVENTO, 2002, p. 15).

Uma das ruas mais referidas e descritas nos textos brasileiros do século XIX foi, sem dúvida, a Rua do Ouvidor. Muitos escritores¹⁹ comparavam-na a um oásis parisiense que trazia lembranças da bela e sofisticada capital francesa com seus *magasins* e *boutiques* tão característicos. Essa rua era uma passarela da moda e um reduto da intelectualidade da época. Nada acontecia na capital que não se visse ou escutasse primeiro nela que, tratando-se de novidades, era o local por excelência para se divulgar e propagar notícias.

No livro *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manuel de Macedo, encontramos, com uma riqueza de detalhes, a história dessa rua, seus antigos nomes, sua

¹⁸ Conforme o texto “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1986.

¹⁹ Machado de Assis, Manuel Antônio de Almeida, José França Júnior, Joaquim Manuel de Macedo, entre outros.

fundação, o crescimento de seu prestígio na capital, enfim, relatos e fatos que lá ocorreram e foram perpetuados em seu texto. Inúmeros predicativos introduzem a sua biografia:

A Rua do Ouvidor, a mais passeada e concorrida, e mais leviana; indiscreta, bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro, fala, ocupa-se de tudo; [...] tão elegante, vaidosa, tafulona e rica no século atual, [...] seu espírito perdidamente absorvido pela garridice e pelo governo da moda. [...] A atual rainha da moda, da elegância e do luxo [...] bonita, vaidosa e pimpona atual *Rua do Ouvidor!* (MACEDO, 2005, p. 9-10)

Essas memórias iniciam com adjetivos das mais diversas naturezas, alguns positivos, outros negativos, uns muito exagerados, outros tênues; entretanto, o intuito principal desse escritor é retomar o passado daquela rua, não tão repleto de qualidades quanto as reconhecidas pela sua geração. Macedo busca, nas origens tortas da rua, sua simplicidade primitiva: “Fica, pois, historiado que ela nasceu de um desvio, e desvio da Rua *Direita*, ou do *caminho direito*, o que, a falar a verdade, não era de bom agouro” (MACEDO, 2005, p. 11, grifos do autor). Talvez tenha compreendido o escritor que um desvio da direita seria, por lógica, sua esquerda, o que não seria uma boa origem. Contudo, sua fama pode ter provado o oposto do seu surgimento ou ratificado sua raiz ruim, uma vez que dentre seus adjetivos estão a indiscrição, a futilidade, a leviandade, a intromissão, entre outros.

Macedo chega a personificar essa rua nessas memórias, sendo ela a heroína de sua obra, devido à sua presença marcante na vida das pessoas que viveram no século XIX e por seu papel de destaque para a própria cidade. Desse modo, percebemos a relevância da rua no período e sua importância para as pessoas que por ela passavam diariamente. A multiplicidade de características para um único local demonstra o seu prestígio que também encontrará espaço precioso nas obras machadianas.

Em *Esauí e Jacó*, Aires observa, muitas vezes, essa renomada rua revelando-nos, de alguma maneira, singularidades de uma grande cidade. Aspectos como o movimento de pessoas e a variedade de lojas atraem a sua atenção:

Esqueceu-me dizer que esta conversação era à porta de uma loja de fazendas e modas, Rua do Ouvidor. Aires ia na direção do Largo de S. Francisco de Paula e viu mãe e filha dentro, sentadas, a escolher um tecido. [...] Aires ficou a olhar para a rua, onde subiam e desciam mulheres de todas as classes, homens de todos os ofícios, sem contar as pessoas paradas de ambos os lados e no centro. Não havia burburinho grande, nem sossego puro, um meio-termo. [...] Flora trouxe novamente a rosa fresca e rubra da primeira hora. Não falaram mais de contradição, mas da rua, da gente e do dia. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 195)

A pesquisadora Pesavento, em seu livro *O espetáculo da rua*, reflete sobre o instante em que ela começa a não ser apenas um elemento de separação entre as casas, mas passa a definir-se como espaço público por oposição ao espaço privado: “a rua do mundo que se transforma sob o impacto do capitalismo se povoa de atores sociais específicos, alguns novos e outros nem tanto, mas que por ela transitam, numa *mélange* caótica: o povo, a multidão, a burguesia, o proletariado” (PESAVENTO, 1996, p. 9). Esse lugar de encontro na urbe é o tema de interesse na conversa entre o conselheiro e Flora, que passam a tratar “da rua, da gente e do dia” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 195), visto que ela é o local onde as diferenças se apaziguam, permitindo a coexistência dos opostos. A *mélange* humana que transitava pela agitada Rua do Ouvidor interrompe o diálogo entre as duas personagens e provoca instantes de reflexão em ambos, que trocam a matéria primeira de sua prosa para, então, discorrerem sobre aquele espetáculo à parte.

Lugar de aglomeração humana, refúgio, esconderijo, liberdade, mistura de todas as classes e gêneros, aquela rua é portadora de inúmeros atributos suscitados, muitas vezes, a partir da necessidade daquele que por ela transita. Fato é que “para Machado, a verdadeira artéria da cidade é a Rua do Ouvidor, onde parece conhecer cada loja, e onde as notícias, em forma de boato, correm de um extremo a outro da rua, e de lá para a cidade afora” (GLEDSON, 2006, p. 356). Ela também é objeto de interesse nas conversas dos compradores e clientes das casas de comércio lá situadas:

Estavam [D. Cláudia e Flora] justamente na loja de chapéus, Rua do Ouvidor [...] Flora tinha-se levantado, com o alvoroço que lhe deu a vista inesperada de Paulo. [...] A rua ajudava aquela absorção recíproca; as pessoas que iam ou vinham, damas ou cavalheiros, parassem ou não, serviam de ponto de partida a alguma digressão. As digressões entraram a dar as mãos ao silêncio, e os dois seguiam com os olhos espriados e a cabeça alta. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 134-135)

O encontro do jovem Paulo com as duas damas, que tinham saído atrás das encomendas, só foi possível devido ao prestígio da Rua do Ouvidor em particular, no que diz respeito ao assunto de compras, graças ao grande número de estabelecimentos comerciais que a tornaram referência nessa matéria. O burburinho constante facilitava a troca de novidades que cada um tinha para contar. Os passantes eram, por vezes, pretexto para alguma palestra nova entre os amigos que constantemente eram ajudados por aquele singular movimento do ir e vir de pessoas, tão característico de uma rua agitada como era a mesma na época.

Ao referir-se à época do encilhamento²⁰, o conselheiro esboça um retrato daquele momento de esperança nacional, descrevendo uma cena quase idílica do grande número de carruagens que circulavam:

A capital oferecia ainda aos recém-chegados um espetáculo magnífico. [...] Todos os papéis, aliás ações, saíam frescos e eternos do prelo. [...] Tudo andava nas ruas e praças, com estatutos, organizadores e listas. [...] O que parece ser verdade é que as nossas carruagens brotavam do chão. Às tardes, quando uma centena delas se ia enfileirar no Largo de S. Francisco de Paula, à espera das pessoas, era um gosto subir a Rua do Ouvidor, parar e contemplá-las. As parelhas arrancavam os olhos à gente; todas pareciam descer das rapsódias de Homero, posto fossem corcéis de paz. As carruagens também. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 170)

A subida até a notável Rua do Ouvidor tornava-se ainda mais prazerosa em virtude das belas filas de carruagens que ali se duplicavam sob o efeito positivo da economia vivido pelo país no período. A concorrência por esse tipo de locomoção, provocada pelo maior número de usuários, aponta para um tempo no qual a velocidade era privilegiada, com vistas a acompanhar uma época de grande agitação financeira, que demandava por rapidez e eficiência em todos os setores da sociedade.

A rua proporciona sentimentos variados a cada personagem. Algumas vezes, estar nela significa estar livre de toda e qualquer forma de aprisionamento e poder tomar conhecimento dos novos fatos. Ao final de uma palestra com Batista em S. Clemente, o diplomata sente-se livre e descreve esse sentimento quando sai da casa do amigo: “Enfim, só! Quando Aires se achou na rua, só, livre, solto, entregue a si mesmo, sem grilhões nem considerações, respirou largo. Fez um monólogo, que daí a pouco interrompeu por se lembrar de Flora.” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 131). Aqui, notamos esse signo da cidade como sendo um local de libertação daquelas amarras sociais que o prendiam e demandavam constantemente por sua presença. Até um monólogo foi composto apenas por achar-se livre, caminhando pela rua, onde pôde entregar-se a si mesmo, sem raciocinar sobre os problemas ou questões alheias.

²⁰ Um dos fatos econômicos que se tornou referência nos manuais de história do Brasil foi o encilhamento. Episódio ocorrido durante o governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891), também está representado nesta obra e tem seus reflexos por entre as ruas da capital com o aumento dos carros que trafegavam pela cidade. A nomenclatura tem origem na semelhança percebida com o esporte da corrida de cavalos no Jockey Club, onde aglomeravam-se apostadores palpitando sobre qual seria o cavalo mais veloz. O clima de confusão, de desordem, de febril jogatina que ali reinava fez com que, por injusta, mas correta comparação, assim fosse denominada a instável e claudicante política econômica da nascente república brasileira. Rui Barbosa – nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda – desejava substituir a antiga estrutura agrária baseada na exportação de café, promover a industrialização e incentivar o crescimento econômico; adotou, para tanto, uma política emissionista baseada em créditos livres aos investimentos industriais garantidos pelas emissões monetárias. No entanto, a especulação financeira desenfreada, a inflação e os boicotes através de empresas-fantasma e ações sem lastro desencadearam, em 1890, a Crise do Encilhamento.

As primeiras horas da república são retratadas como instantes de surpresa que acometeram a população em geral. Há uma espécie de “corrida pela informação” por parte do nosso narrador-personagem Aires pelas principais ruas da cidade em busca de alguma certeza sobre as atitudes estranhas observadas por ele no Passeio Público, naquela histórica manhã de 15 de novembro de 1889²¹:

Quando lhe acontecia o que ficou contado, era costume de Aires sair cedo, a espairecer. Nem sempre acertava. Desta vez foi ao Passeio Público. Chegou às sete horas e meia, entrou, subiu ao terraço e olhou para o mar. O mar estava crespo. [...] foi-se ao lago, ao arvoredo, e passeou à toa, revivendo homens e coisas, até que se sentou em um banco. Notou que a pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama. Estava de pé, falando entre si, e a outra que entrava ia pegando na conversação sem conhecer os interlocutores [...]. Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 142)

Também Aires parece ter sido surpreendido pelos acontecimentos históricos que tomavam a cena na capital do país. A rotina alterada do Passeio Público com seus clássicos olhares dispersos, a costumeira leitura das gazetas ou os habituais cochilos resultantes de noites maldormidas ausentavam-se naquela insólita manhã, dando lugar a pequenos círculos de pessoas em pé que aumentavam gradativamente com pares desconhecidos. O olhar arguto do conselheiro para a estranha movimentação ao seu redor o faz percorrer trajetos que o levam a informações concretas acerca da agitação vivida pelas pessoas naquela manhã incomum. As escolhas feitas pela personagem em seu itinerário marcam espaços importantes da cidade que, além de serem locais de prestígio, também representam lugares de manifestação popular e de encontro em ocasiões extraordinárias, como o Largo da Carioca e, finalmente, a famosa Rua do Ouvidor.

Outra particularidade dessa rua é a facilidade na obtenção de informações precisas sobre os mais variados assuntos. A exatidão a respeito de um acontecimento relevante fazia com que o destino de muitas pessoas fosse ela, para esclarecer possíveis dúvidas e mistérios

²¹ Os eventos históricos que incidiram sobre as últimas décadas do século XIX agitaram as ruas da capital. É nos diferentes percursos urbanos que as personagens passam a ter conhecimento dos fatos políticos que estavam por vir, já que como nos mostram os registros da história do Brasil, bem como as ricas menções contidas nessa narrativa, o povo foi o último a saber das importantes decisões na esfera política naquele período. Aristides Lobo assim definiu a queda do regime monárquico e a ascensão da República: “o povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada” (LOBO *apud* CARONE, 1969, p. 289).

com origem nas mais variadas fontes. Após dela regressar, tendo testemunhado alguns dos episódios iniciais da transição de governo, o banqueiro Santos chega à casa de Aires bastante aflito, narrando ao amigo os fatos que presenciara naquela rua, conhecida por ser a pioneira em matéria de tamanha grandeza:

Que, em meio de tão graves sucessos, Aires tivesse bastante pausa e clareza para imaginar tal descoberta no vizinho, só se pode explicar pela incredulidade com que recebera as notícias. [...] Só às duas horas da tarde, quando Santos lhe entrou em casa, acreditou na queda do império.

- É verdade, conselheiro, vi descer as tropas pela Rua do Ouvidor, ouvi as aclamações à república. As lojas estão fechadas, os bancos também, e o pior é se se não abrem mais, se vamos cair na desordem pública; é uma calamidade.

Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o regímen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 151)

A confiança de Santos sobre os importantes acontecimentos só tem legitimidade porque ele tinha visto, com seus próprios olhos, as tropas passarem pela Rua do Ouvidor. Ratificando essa crença que prioriza o sentido da visão em detrimento da audição, estão as palavras de François Hartog ao citar Heráclito: “os olhos são testemunhas mais seguras que os ouvidos” (HARTOG, 1999, p. 274). O pesquisador reitera ainda que é através dos olhos que adquirimos mais conhecimentos, e são eles que nos revelam mais diferenças. A partir disso, entendemos a posição do conselheiro que até então muito tinha escutado sobre a transição política, por intermédio de fontes que apenas haviam ouvido de outrem algo impreciso acerca da proclamação da república. Todavia, no instante em que o amigo Santos afirma que assistira a descida das tropas que por ela passaram, Aires passa a crer no ocorrido, tendo em vista o seu renome, pois era um lugar de referência quanto a assuntos relevantes para o destino da capital e do país como um todo, além do testemunho ocular de Santos sobre o fato.

A multidão também encontra espaço significativo no romance. O fascínio de alguns escritores por essas aglomerações leva-os a perpetuá-las no universo ficcional de suas obras. A exemplo disso, o poeta Baudelaire, percebendo o crescente contingente populacional de Paris, representou-o em seus poemas, deixando um legado histórico e literário, posto que retratou um período importante de alterações que ocorreram na Paris do século XIX.

No que concerne a *Esau e Jacó*, notamos a situação desconfortável vivida por Aires ao se deparar com a massa, o que ocorre em seus passeios pelo centro do Rio de Janeiro:

Chegaram ao Largo da Carioca, apearam-se e despediram-se; ela [Natividade] entrou pela Rua Gonçalves Dias, ele enfiou pela da Carioca. No

meio desta, Aires encontrou um magote de gente parada, logo depois andando em direção ao largo. Aires quis arrepiar caminho, não de medo, mas de horror. *Tinha horror à multidão.* [...] Entrou num corredor, à espera que o magote passasse. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 93, grifo nosso)

O desajuste à multidão é característico de muitas personagens, que não se adaptam às rápidas transformações da urbe, como é o caso do conselheiro, que prefere viver afastado da agitação do Rio de Janeiro. A figura do “esgrimista” criada por Baudelaire e retratada no poema “Soleil”, do livro *Les Fleurs du Mal*, figura esta que luta para sobreviver diante das adversidades da vida moderna, pode ser vista no comportamento fugidivo de Aires nessa passagem, uma vez que se esconde daquele emaranhado de pessoas, defendendo-se e esgueirando-se como pode.

Parece que o pensamento de Aires tende a voltar diversas vezes à sapiência antiga. Ao presenciar, no Largo da Carioca, uma manifestação incomum por parte dos populares, ele passa a refletir sobre o comportamento contraditório das pessoas que compõem a multidão:

Certo é que, saindo à praça, encontrou partes do magote que tornavam comentando a prisão e o ladrão. Não diziam ladrão, mas gatuno, fiando que era mais doce, e tanto bradavam há pouco contra a ação das praças, como riam agora das lóstimas do preso. [...] havia um fundo de justiça naquela manifestação dupla e contraditória; foi o que ele pensou. Depois, imaginou que a grita da multidão protestante era filha de um velho instinto de resistência à autoridade. Advertiu que o homem, uma vez criado, desobedeceu logo ao Criador, que aliás lhe dera um paraíso para viver; mas não há paraíso que valha o gosto da oposição. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 94- 95)

Nesse trecho, vemos que Aires reflete sobre as palavras do Gênesis, capítulo bíblico que narra a criação do homem, e será naquelas páginas do livro sagrado que irá encontrar uma provável explicação para o ato contraditório daqueles manifestantes que antes defendiam o ladrão e agora riam de sua desgraça. No entendimento do conselheiro, o sentimento da oposição parece ser intrínseco ao homem e está fundamentado em nossa origem primeira: ao negarmos o paraíso celestial desobedecendo as ordens de Deus. A partir desta reflexão, ele passa a aceitar o fato presenciado, uma vez que está na essência humana o gosto pelas contradições.

A lembrança de tempos passados retorna outra vez à memória do conselheiro, agora acionada por aquela singular movimentação de pessoas na inesquecível manhã da proclamação:

Ia a descer pela Rua Sete de Setembro, quando a lembrança da vozeria trouxe a de outra, maior e mais remota.

Essa outra vozeria maior e mais remota não caberia aqui, se não fosse a necessidade de explicar o gesto repentino com que Aires parou na calçada. Parou, tornou a si e continuou a andar com os olhos no chão e a alma em Caracas. [...] Estava em casa, de palestra com uma atriz da moda, pessoa chistosa e garrida. De repente, ouviram um clamor grande, vozes tumultuosas, vibrantes, crescentes...

- Que rumor é este, Cármen? perguntou ele entre duas carícias.

- Não se assuste, amigo meu; é o governo que cai.

- Mas eu ouço aclamações...

- Então é o governo que sobe. Não se assuste. Amanhã é tempo de ir cumprimentá-lo.

Aires deixou-se ir rio abaixo daquela memória velha, que lhe surdia agora do alarido de cinquenta ou sessenta pessoas. Essa espécie de lembranças tinha mais efeito nele que outras. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 95-96)

As duas manifestações populares e suas semelhanças fazem Aires viajar ao passado para reconstituir aquelas vozes tão características de eventos marcantes que tomam o espaço das ruas. O alarido de pessoas, em tempos de mudança política, parece ser um fato comum tanto em cidades brasileiras quanto europeias, bem como o agrupamento dos habitantes que exibirão ali suas apreciações ou descontentamentos a respeito da nova conjuntura política do país.

Apreensão e sentimento de insegurança tomaram conta das pessoas que transitavam pelas ruas acompanhando a sucessão dos eventos históricos ocorridos no *fin-de-siècle*²². O simples encontrar-se nelas, em casos como esse, gera certa confusão de sentimentos no ser humano:

Santos saiu; tinha o carro à espera, entrou e seguiu para Botafogo. [...] Quisera chegar a casa, por medo da rua, mas quisera também ficar na rua, por não saber que palavras nem que conselhos daria aos seus. O espaço do carro era pequeno e bastante para um homem; mas, enfim, não viveria ali a tarde inteira. Ao demais, a rua estava quieta. Via gente à porta das lojas. No Largo do Machado viu outra que ria, alguma calada, havia espanto, mas não havia propriamente susto. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 152)

A personagem Santos teme as ruas, ao mesmo tempo em que deseja ficar nelas para obter as últimas informações sobre a mudança de regime político, com o objetivo de tranquilizar os seus familiares que o aguardavam em casa, sentimento compreensível num momento de instabilidade política. A atenção voltada ao movimento, bem como ao comportamento das pessoas que passavam, é o principal objeto de interesse de Santos dentro do carro. Ele percebe que elas estão quietas e que havia algumas pessoas transitando por elas com diferentes expressões, umas iam sérias, outras espantadas, porém, não encontrou

²² Expressão retirada do livro *O imaginário da cidade*, de Sandra Jatahy Pesavento, que se refere às duas últimas décadas do século XIX.

demonstrações de susto em suas atitudes. A rua torna-se o foco de interesse das personagens naquele instante de transição política vivida pelo país. É neste lugar que as possíveis respostas poderão ser encontradas, sejam elas positivas ou negativas, por isso, ela é transmissora de sentimentos contraditórios às pessoas, ela incute, de uma só vez, medo e desejo a seus passantes, é ameaça e bálsamo para as demandas populares.

A agitação popular em momentos de crise política costuma ganhar as principais ruas das cidades. Ao encontro daquela atitude do banqueiro, vão as palavras do próprio narrador ao afirmar ser esse espaço um local caracterizado pela presença constante de manifestações e protestos da população, sobretudo provenientes do campo político, o que acontece com os gêmeos: “Em verdade, eles empregavam palavras menos nobres e mais enfáticas, e acabavam trocando as primeiras entre si. Na rua, onde o encontro de manifestações políticas era comum, e as notícias à porta dos jornais frequentes, tudo era ocasião de debate” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 193). Assim sendo, percebemos que o enfrentamento constante entre os contrários irmãos assume proporção elevada quando ambos estão na rua como se ali os assuntos daquela ordem encontrassem lugar propício e acirrassem ainda mais os ânimos antagônicos.

Em outro momento da narrativa, os gêmeos Pedro e Paulo andam pela cidade, agora, porém, com o propósito de esclarecer as notícias desencontradas trazidas pelo conselheiro Aires:

- Não sei; uns falam de manifestações ao Marechal Deodoro, outros de conspiração contra o Marechal Floriano. Há alguma coisa.
Natividade pediu aos filhos que se não metessem em barulhos; ambos prometeram e cumpriram. Ao ver o aspecto de algumas ruas, grupos, patrulhas, armas, duas metralhadoras, Itamarati iluminado, tiveram a curiosidade de saber o que houve e havia; vaga sugestão, que não durou dois minutos. Correram a meter-se em casa, e a dormir mal a noite. Na manhã seguinte os criados levaram os jornais com as notícias da véspera. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 231)

O aspecto de determinadas ruas atrai a atenção dos irmãos, uma vez que alguns grupos de pessoas, a presença de armas, bem como as luzes acesas na sede do governo significavam, por certo, algum fato ainda ignorado pela sociedade em geral. Apenas através do principal veículo de informação da época – o jornal – é que souberam dos acontecimentos da véspera, contudo, a primeira alternativa a fim de se informar sobre os fatos é a rua, dada sua importância na velocidade de propagação de notícias, além da exposição de eventos de qualquer natureza.

Esse importante momento de transição política no país não aconteceu sem causar impacto. Informações desencontradas ou fontes duvidosas emergem das ruas e permeiam o imaginário coletivo, impregnado pela surpresa geral e pelo desnorteio, lugares-comuns para os habitantes da capital na manhã da proclamação. A busca por esclarecimentos torna-se o interesse principal da população, como nos ilustram as cenas das personagens Santos e dos irmãos Pedro e Paulo.

Por outro lado, não apenas os episódios políticos revelam sutilezas das ruas. Um simples passeio a locais não tão frequentados em nosso cotidiano pode ser o mote para que nosso olhar perceba minúcias nos elementos que compõem aquele lugar. Na saída de uma missa em homenagem a um parente defunto, o casal Santos conversa sobre as precárias condições da igreja de S. Domingos que “não era vistosa, nem buscada, mas velhota, sem galas nem gente, metida ao canto de um pequeno largo, adequada à missa recôndita e anônima” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 22-23), bem como revelam características das ruas daquele lugar: “Santos trocou mãos à conversa, e falou das ruas mal calçadas, que faziam dar solavancos ao carro. Com certeza, quebravam-lhe as molas” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 26). O olhar da personagem Santos em relação ao calçamento irregular mostra a situação precária de algumas vias. Tais circunstâncias demandavam urgentes melhorias que, aos poucos, já vinham sendo providenciadas. Por outro lado, os nomes das ruas são significativos e demonstram, de certa forma, o seu estado de conservação. A Rua de Matacavalos, por exemplo, recorrente nos textos machadianos, era assim denominada devido ao grande número de barrancos que cansavam os animais durante suas travessias e, por vezes, quebravam-lhes as patas.

A questão da mendicância tem origem remota. Antigamente, ela “era reconhecida como cristãmente legítima, desde que o indivíduo não tivesse forças para trabalhar e manter a própria subsistência” (FRAGA FILHO, 1995, p. 39). No século XIX, muitas variações desse modo de sobrevivência nas cidades eram adotadas pelas pessoas como um escape da pobreza absoluta. Outro estudioso ressalta que “por ocasião do dia de finados, as igrejas do Rio de Janeiro recebiam grande quantidade de mendigos que ofereciam uma ave-maria e um padre-nosso para os parentes mortos das pessoas que lhes dessem esmolas” (MORAIS FILHO *apud* FRAGA FILHO, 1995, p. 281). Essa prática também se encontra representada no romance e era o ofício da personagem Nóbrega:

Chamava-se então Nóbrega; outrora não se chamava nada, era aquele simples andador das almas que encontrou Natividade e Perpétua na Rua de São José, esquina da Misericórdia. Não esqueceste que a recente mãe deitou

uma nota de dois mil-réis à bacia do andador. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 171)

Nos tempos de mendicância, a personagem nem nomeada é, pois se trata de mais um pedinte a rezar para os mortos em troca de dinheiro. Passa a receber a alcunha de Nóbrega apenas quando retorna à capital com fortuna, cocheiros e lacaios, ostentando a sua nova condição social, devedora da época que sobrevivia como esmoleiro, perambulando pelas ruas.

A intersecção das ruas pode representar, em alguma medida, a experiência humana e seus inúmeros encontros e desencontros ao longo de uma vida, bem como as relações que se estabelecem durante essa caminhada. A imagem da cidade como “encruzilhada” – referência direta aos cruzamentos – aponta para a interdependência entre o homem e a urbe, porque esta é, por excelência, o local de encontro do homem: seja com seu passado, com suas raízes histórico-sociais, com outros homens e, definitivamente, consigo mesmo (IBÁÑEZ, 1993, p. 34). O ex-pedinte das almas – Nóbrega – também mantém essa relação íntima com as ruas, pois outrora era nelas que vivia a esmolar para a “missa das almas” e fora através daqueles caminhos que encontrara a generosa Natividade com seus abençoados dois mil-réis. Elas parecem ser, assim, as únicas fontes portadoras de lembranças de seu passado em seu retorno glorioso à sua cidade natal:

[...] Nóbrega tinha medo de tornar ao bairro, onde andara a pedir para as primeiras almas. Um dia, porém, tais foram as saudades dele que pensou em afrontar o perigo e lá foi. [...] Lá se foi a pé; desceu pela Rua de S. José, dobrou a da Misericórdia, foi parar à Praia de Santa Luzia, tornou pela Rua de D. Manuel, enfiou de beco em beco. [...] O ex-andador sentia necessidade de ser conhecido das pedras, ouvir-se admirar delas, contar-lhes a vida, obrigá-las a comparar o modesto de outrora com o garrido de hoje. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 172)

Os trajetos escolhidos pela personagem remontam aos dias de penúria que vivera como um andarilho pedindo ajuda às almas, e é através daqueles percursos que ocorre o encontro do homem Nóbrega consigo mesmo, com seu passado e suas lembranças, convergindo com a imagem da “encruzilhada” trabalhada por Ibáñez. Com a feliz ausência de rostos conhecidos, o ex-esmoleiro procura as pedras das ruas pelas quais transitava no passado, com o objetivo de surpreendê-las, ao mesmo tempo em que lhes confidenciava sua boa-venturança no presente.

O ritual fúnebre também tem sua exibição nas ruas, atraindo o olhar curioso e respeitoso daqueles que avistam o cortejo. Nos oitocentos, “a morte representava uma manifestação social”, como explica Philippe Ariès (ARIÈS *apud* REIS, 1998, p. 104). Sendo assim, ela deveria reunir familiares, amigos, conhecidos e, até mesmo, desconhecidos. O dia

da morte de Flora coincidiu com o estado de sítio, determinado em virtude dos eventos políticos ocorridos na capital. As ruas estavam quietas e silenciosas, características essas que geram um momento de reflexão sobre a morte e as privações da liberdade humana:

Não há novidade nos enterros. Aquele teve a circunstância de percorrer as ruas em estado de sítio. Bem pensado, a morte não é outra coisa mais que uma cessação da liberdade de viver, cessação perpétua, ao passo que o decreto daquele dia valeu só por 72 horas. Ao cabo de 72 horas, todas as liberdades seriam restauradas, menos a de reviver. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 233)

A aura soturna que envolve esses dois tipos de acontecimentos – o estado de sítio e a morte – que ocorrem no mesmo dia, serve de reflexão ao nosso conselheiro acerca das semelhanças e disparidades existentes entre ambos. Segundo ele, a morte e o decreto seriam suspensões da liberdade humana, contudo, aquela era uma suspensão eterna da liberdade da vida, enquanto este teria a duração de apenas 72 horas por ordens do governo. A temática referente à morte encontrava-se entre as preocupações de homens e mulheres oitocentistas (REIS, 1998, p. 96) e faz-se presente nas elucubrações do conselheiro ao associar os dois fatos. O silenciamento devido ao respeito da população para com ambos os acontecimentos parece gerar uma comoção ainda maior, enlevando as propriedades de cada evento em particular.

Através das diversas alusões à rua percebemos a sua importância na fisionomia das cidades. Ela recebe lugar de destaque nesse romance, uma vez que os trajetos das personagens e os episódios históricos foram ali retratados. A Rua do Ouvidor é, sem dúvida, o coração do Rio de Janeiro do século XIX, pois é nela que a maior parte do comércio encontra-se fixada, além de ser local de referência à população em momentos de crise ou instabilidade. Como observamos, por ela desfilam sentimentos opostos como a aflição e o alívio; a mendicância; a morte; as disputas; as diversas opiniões e, claro, a multidão. Tudo isso origina, por sua vez, a pulsação urbana; pois as ruas são as artérias que levam o alimento que mantém e sustenta o grande corpo chamado cidade (SENNETT, 1997, p. 294).

2.3 As gentes

O trânsito de pessoas nos centros urbanos configura uma característica comum de grandes cidades. O enorme contingente humano que circula nas artérias da urbe e o vaivém

desordenado são o combustível que alimenta esse espaço plural, dando vida e movimento a este gigantesco ser que se assemelha a um organismo vivo em constante mutação.

O enfoque dado às pessoas que compõem esse todo aglomerado tem espaço nesse romance por meio das digressões das personagens sobre o comportamento humano na cidade, bem como pelo papel desempenhado por cada uma delas naquele ambiente. Algumas vezes, não é o conjunto numeroso de pessoas que serve de análise ao narrador, mas alguns atores específicos que dão forma ao todo e agem de maneiras distintas naquele singular *locus* urbano.

As famílias Santos e Batista, o comerciante Custódio, o ex-irmão das almas, o conselheiro Aires são as personagens que recebem maior destaque quando comparadas àquelas apenas referidas *en passant* na história. Entretanto, o restante das gentes pode ser perceptível se atentarmos para o que se passa ao redor desse núcleo, aumentando, assim, nosso poder de alcance sobre a fisionomia humana ali retratada.

Ao analisar a poesia de Baudelaire, Walter Benjamin destaca alguns atores sociais típicos e facilmente percebidos na capital francesa e imortalizados nos poemas baudelairianos, como, por exemplo, o *flâneur*, o trapeiro, o esgrimista, a prostituta, entre outros. Um universo eclético, composto de seres humanos que coabitam o mesmo espaço, é também exposto na narrativa machadiana de forma a delinear os atores sociais oitocentistas que contracenavam no Rio de Janeiro:

Já então havia na igreja meia dúzia de crianças maltrapilhas, e, fora, alguma gente às portas e no largo, esperando. O senhor, chegando à porta, relanceou os olhos, ainda que vagamente, e viu que era objeto de curiosidade. A senhora trazia os seus no chão. E os dois entraram no carro, com o mesmo gesto, o lacaio bateu a portinhola e partiram.

A gente local não falou de outra coisa naquele e nos dias seguintes. Sacristão e vizinhos lembravam o *coupé*, com orgulho. Era a missa do *coupé*. As outras missas vieram vindo, todas a pé, algumas de sapato roto, não raras descalças, capinhas velhas, morins estragados, missas de chita, ao domingo, missas de tamancos. Tudo voltou ao costume, mas a missa do *coupé* viveu na memória por muitos meses. Afinal não se falou mais nela; esqueceu como um baile. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 23)

As missas naquele lugar específico eram, rotineiramente, presenciadas por pessoas vestidas com modéstia e simplicidade. A admiração dos habitantes locais pela riqueza do casal Santos retrata a diferença entre o nível social dos moradores e o daquela visita inusitada. A excentricidade do casal foi tema para palestra entre aquelas humildes pessoas por muitos dias, visto que suas vestes, seu *coupé* e suas maneiras requintadas destoavam dos trajes e costumes dali característicos. O contraste social e as diferentes classes têm destaque nesse

singular encontro, ocorrência comum de grandes e heterogêneas cidades como era a capital brasileira.

Uma grande parte dos novos atores sociais são os imigrantes europeus, que vêm da Europa devido ao excesso de mão de obra com a chegada da industrialização, aliado ao crescimento demográfico excepcional ocorrido então naqueles países, principalmente após 1850. Em *Esauí e Jacó*, os imigrantes estrangeiros são habitantes e trabalhadores da cidade: “Nóbrega [...] atravessou a praça, passou a catedral e a igreja do Carmo, e chegou ao Carceler, onde entregou as botas a um italiano para que lhas engraxasse” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 176). A mesma personagem é apontada pelo narrador como tendo lacaio e cocheiro escoceses. A ocupação dos imigrantes nas cidades brasileiras está retratada na obra e refere-se a trabalhos como cocheiros, engraxates, lacaios etc., isto é, subempregos assumidos pelos expatriados que necessitavam sobreviver na nova terra que lhes foi legada, sendo também classificados como “sem profissão definida” (RENAULT, 1976, p. 120).

Essa mistura de raças, que merece destaque na narrativa, nos oferece um panorama da sociedade brasileira da época. A estudiosa Wissenbach assevera que, durante as últimas décadas do século XIX no Brasil,

em termos de fisionomia social das cidades, a conglomeração de populações advéncias vindas dos mais diferentes lugares aumentava a impressão de desordem cidadina, provocando uma espécie de mal-estar generalizado [...]. O temor social, que nas épocas anteriores à Abolição provinha da figura dos escravos, em suas rebeldias domésticas, suas revoltas coletivas [...], espraiava-se agora na direção de figuras multifacetadas de diferentes etnias e composições de mestiçagem que iam do branco estrangeiro ou nacional pobre, passando pelo mulato e chegando ao negro retinto, [...] invadindo cotidianamente as ruas, os mercados e as praças públicas. (WISSENBACH, 1998, p. 92)

Novos atores sociais começam, portanto, a atuar na capital *fin-de-siècle*. O mal-estar das pessoas que circulavam pela cidade e também faziam parte de sua fisionomia já não se refere apenas à presença escrava que compartilhava diariamente aquele espaço plural, mas aos novos constituintes dessa massa popular pluriétnica em sua origem como, por exemplo, os imigrantes estrangeiros.

A subida ao morro do Castelo, nas primeiras frases do romance, já deixa uma mostra do choque cultural vivido pelas irmãs Natividade e Perpétua – ícones da alta sociedade carioca – que se depararam com pessoas das mais variadas classes sociais naquela inusitada travessia:

A manhã trazia certo movimento; mulheres, homens, crianças que desciam ou subiam, lavadeiras e soldados, algum empregado, algum lojista, algum padre, todos olhavam espantados para elas, que aliás vestiam com grande simplicidade; mas há um donaire que se não perde, e não era vulgar naquelas alturas. [...] Uma crioula perguntou a um sargento: “Você quer ver que elas vão à cabocla?”. E ambos pararam a distância, tomados daquele invencível desejo de conhecer a vida alheia, que é muita vez toda a necessidade humana. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 13)

Da mesma forma que Edgar Allan Poe no seu conto “O homem da multidão”, o narrador enumera as diferentes profissões, adivinhando algumas, acertando outras, que desfilavam pela ladeira do Castelo. O aspecto singular daquele vaivém de pessoas é objeto de contemplação nos dois textos. No romance, os olhares entrecruzados lançados de lados opostos tinham, por assim dizer, uma origem comum: a curiosidade sobre a vida alheia. O desejo de saber apresentava-se tanto da parte das irmãs, que por ali peregrinavam para investigar o futuro dos gêmeos, quanto da parte dos transeuntes e habitantes do morro, que tentavam descobrir o destino daquelas damas ilustres que lá subiam vagarosamente. A necessidade de conhecer a realidade do outro é apontada pelo narrador como sendo própria da natureza humana e, por isso, compreensível nas personagens em questão. O narrador do conto de Poe também demonstra sua curiosidade no instante em que segue um daqueles passantes em especial, pelas artérias de Londres, contudo, a recíproca não é verdadeira: o homem na multidão nem sequer percebe sua presença. Portanto, a variedade populacional referida pelos ofícios dos transeuntes locais diversifica ainda mais esse contingente de homens e mulheres que davam forma àquele complexo universo citadino oitocentista.

Evento importante que contou com um elenco de pessoas seletas foi o Baile da Ilha Fiscal. Ao enumerar os convidados para o evento, o narrador aponta para os membros da alta sociedade e a expectativa provocada àqueles poucos escolhidos para testemunharem o último baile monárquico:

Não importa; a esquisitona foi ao baile da ilha Fiscal com a mãe e o pai. Assim também Natividade, o marido e Pedro, assim Aires, assim a demais gente convidada para a grande festa. Foi uma bela idéia do governo, leitor. Dentro e fora, do mar e de terra, era como um sonho veneziano; toda aquela sociedade viveu algumas horas suntuosas, novas para uns, saudosas para outros, e de futuro para todos. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 113)

A impressão causada às pessoas daquela festa gloriosa variava de acordo com suas próprias expectativas para o futuro. A elite carioca, que tomou parte dessa celebração encabeçada pelo governo, viveu horas mágicas e não deixou de divagar sobre o que estaria por vir após momentos tão encantadores, uma vez que “toda a gente voltou da ilha com o

baile na cabeça, muita sonhou com ele, alguma dormiu mal ou nada” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 115). O requinte daquele acontecimento, às vésperas de uma troca de regime político, não deixou de causar *frisson* aos que não participaram da festa. O assunto da cidade fora o tal baile, que permaneceu por algum tempo no imaginário popular, dando asas a pensamentos e desejos emanados das mais variadas classes sociais.

O pesquisador Renault traz a publicação de um jornal da época – *O Paiz* – que divulgou os preparativos da festa e o requinte da recepção deste memorável evento:

Dentro em poucas horas estará satisfeita a anciedade dos que, felizes, puderem conseguir entrada para o baile aos officiaes chilenos no palacio da guardamoria, onde a gentileza do governo imperial e o apurado gosto artistico do commendador Adolpho Hasselman se uniram para saudar condignamente a Republica do Chile na briosa officialidade do Almirante Cochrane [*sic*]. (RENAULT, 1976, p. 176)

O baile em homenagem aos oficiais da República do Chile foi objeto do desejo de muitos habitantes da cidade. Como nos esclarece o anúncio, poucos foram os felizardos que prestigiaram a pomposa festa destinada apenas aos membros da elite. Mesmo assim, toda a sociedade parece ter sorvido aqueles instantes inebriantes de *glamour* e ansiava por dádivas vindouras nascidas daquele acontecimento tanto ao país como ao seu povo.

A heterogeneidade, tanto econômica quanto social, é uma das marcas dessa narrativa que expõe os contrastes da cidade. A burguesia, trabalhadores, religiosos, imigrantes, enfim, as diferentes classes que compunham o Rio oitocentista revelam o todo urbano capaz de abarcar diferenças de raça, posição social, credos, enfim, a “*mélange*”²³ humana tão típica dos grandes centros. A presença dos estrangeiros trabalhando na capital, bem como dos membros da elite e do povo em geral, constitui essa massa multifacetada de atores sociais típicos que fazem parte fundamental na fisionomia das metrópoles.

2.4 A moda

Com o conseqüente crescimento dos centros urbanos e da ascensão do capitalismo, a cidade se tornou, por excelência, o palco do consumo, atraindo clientes e mercadorias ao seu interior. Os estudos de José Luis Romero nos mostram que se observou, a

²³ Expressão de Sandra Jatahy Pesavento em seu livro *O espetáculo da rua*.

partir de 1880, uma crescente disposição das cidades latino-americanas para imitar as formas de vida que predominavam nas metrópoles europeias, com o propósito de “desvanecer el pasado colonial para instaurar las formas de la vida moderna” (ROMERO, 2006, p. 248).

No caso específico do Rio de Janeiro, as tendências oriundas da Europa e, principalmente, de Paris foram rapidamente absorvidas pela elite carioca, que reproduziu usos e costumes franceses nos trópicos. Os trajes masculinos, os vestidos longos das damas e demais acessórios usados na cidade parisiense ditavam a moda na capital. Muitas vezes, essa transposição de costumes é ironizada por Machado de Assis, que chega a transformar suas personagens em vestimentas. De maneira similar faz Charles Baudelaire em seus poemas²⁴, ao perceber o efeito embriagante e inebriante da mercadoria sobre a multidão parisiense.

Para Walter Benjamin “a moda prescreve o ritual segundo o qual o fetiche mercadoria pretende ser venerado” (BENJAMIN, 1985, p. 36). Tanto em Paris quanto no Rio de Janeiro, os modismos imperavam sobre o comportamento humano, posto que as pessoas atendiam facilmente à manipulação do apelo atrativo do comércio capitalista em ascendência. Tratando-se da capital brasileira no período, ainda havia um outro fator motivador no que concerne à ferrenha adesão à moda: a mudança para um regime político que se propunha moderno e renovador, apagando as marcas arcaizantes do passado como colônia.

Segundo Benjamin, o que confere à multidão seu encanto é, na verdade, o fetiche da mercadoria: “a massificação dos fregueses – o que constitui propriamente o mercado e faz com que a mercadoria se torne mercadoria – aumenta o seu charme para a média dos compradores” (BENJAMIN, 1985, p. 83). Assim, as pessoas que transitam nas ruas são, ao mesmo tempo, compradores e mercadorias, estão lá para adquirir o seu objeto de desejo, mas acabam, por outro lado, tornando-se objetos do desejo de outrem. Segundo o pesquisador Renault, o comércio carioca possuía “em 1844, oitenta e cinco lojas de fazenda e dezenove de modas instaladas no centro da cidade. Um mundo de artigos importados da Europa, para uso de homens e mulheres [...]. A maioria desse comércio se acha na rua do Ouvidor. Nela está o comando da moda” (RENAULT, 1976, p. 164). A descrição das compras realizadas por D. Cláudia e sua filha Flora remetem a esse consumismo, que faz parte da rotina capitalista, pois a jovem dizia não necessitar de vestidos novos ou enfeites:

As duas saíram de casa, uma lépida, a outra melancólica, e lá foram a escolher uma quantidade de objetos de viagem e de uso pessoal. D. Cláudia pensava nos vestidos da primeira recepção e de visitas; também ideou o do

²⁴ Ver livro *Les Fleurs du Mal*, de Charles Baudelaire. Trecho do poema “Les bijoux”: [...] Elle n'avait gardé que ses bijoux sonores/ Dont le riche attirail lui donnait l'air vainqueur.

desembarque. Tinha ordem do marido para comprar algumas gravatas. Os chapéus, entretanto, foram o principal artigo da lista. Ao parecer de D. Cláudia, o chapéu da mulher é que dava a nota verdadeira do gosto, das maneiras e da cultura de uma sociedade. [...] Estavam justamente na loja de chapéus, Rua do Ouvidor, sentadas, os olhos fora e longe. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 133-134)

As novas tendências europeias eram seguidas e propagadas rapidamente entre a elite, muitas vezes, de maneira artificial e caricata. A Rua do Ouvidor era referência em se tratando de estilo e moda na época, abarcando dezenas de lojas e magazines que vendiam roupas e acessórios, para ambos os sexos, originários, sobretudo, da Europa. Alguns estudos nos mostram que

a moda não foi somente um palco de apreciação do espetáculo dos outros; desencadeou, ao mesmo tempo, um investimento de si, uma auto-observação estética sem nenhum precedente. A moda tem ligação com o prazer de ver, mas também com o prazer de ser visto, de exibir-se ao olhar do outro. [...] As variações incessantes da moda e o código da elegância convidam ao estudo de si mesmo, à adaptação a si das novidades, à preocupação com o próprio traje. (LIPOVETSKY, 1989, p. 39)

De acordo com esse comportamento estão muitas personagens machadianas, que seguiam piamente os ditames da moda oitocentista. A menção aos chapéus – que refletiam, na concepção de D. Cláudia, o bom gosto, as boas maneiras e a cultura de uma sociedade – dialoga com o conto “Capítulo dos chapéus”, do livro *Histórias sem data* (1884), de Machado de Assis. Nesse conto, anterior ao romance, que desde seu título deixa evidente a preocupação com esse objeto amplamente venerado no período, há a transformação dos homens que transitavam nesta mesma Rua do Ouvidor em chapéus, isto é, em mercadorias a serem consumidas pelos olhos de outras pessoas. Em *Esau e Jacó*, a personagem D. Cláudia crê que a mulher vale pelo chapéu que usa, ou seja, é a mercadoria que denota o bom ou mau costume daquela que o veste, tornando-a assim, simples objeto, com seu respectivo valor de mercado.

A metamorfose de personagens em mercadoria é, pois, uma constante nos textos machadianos²⁵. Flora foi cobiçada por outros rapazes além dos gêmeos, também aqueles possuíam seu valor de mercado:

Não, Flora não dava para namorados. [...] Mais de um rapaz consumiu o tempo em se fazer visto e atraído dela. Mais de uma gravata, mais de uma bengala, mais de uma luneta levaram-lhe as cores, os gestos e os vidros, sem obter outra coisa que a atenção cortês e acaso uma palavra sem valor.

²⁵ Além de *Esau e Jacó*, vide, por exemplo, o romance *Quincas Borba* e os contos “Capítulo dos chapéus”, “O espelho”, “O contrato”.

Flora só se lembrava dos gêmeos. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 163-164)

Os rapazes que disputavam o amor da jovem são enumerados como objetos ou acessórios masculinos usados pelos homens na época. A coisificação humana, devido à propagação da moda e do fetiche pela mercadoria, não passa despercebido aos olhos de Machado de Assis, que representa, à sua maneira, um momento de intenso consumismo, favorecido pelo capitalismo em ascensão. Bengalas, chapéus, lunetas, gravatas “andavam” pelas ruas da cidade confirmando a força da mercadoria sobre a alta sociedade.

A referência ao uso das bengalas está associada diretamente ao estilo da elite carioca da época. Símbolo de elegância e nobreza, a bengala ornamentava e significava o sujeito pelas ruas. Algumas personagens machadianas desfilam com esse objeto:

A cabeça de Santos apareceu logo, com as suíças curtas, o cabelo rente, o bigode rapado. Era homem simpático. Quietos, não ficava mal. A agitação com que chegou, parou e falou, tirou-lhe a gravidade com que ia no carro, as mãos postas sobre o castão de ouro da bengala, e a bengala entre os joelhos. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 36)

Portar uma bengala no século XIX mostrava de antemão o lugar ocupado pelo seu usuário naquela sociedade. De acordo com Renault, “a bengala é o arremate da nobreza e da elegância. Pode ser também uma arma de defesa ou de ataque. Como num passe de mágica, ela se torna uma arma mortal” (RENAULT, 1976, p. 167). A personagem Santos possui esse adorno com outras sutilezas de requinte em seu formato: o castão de ouro, o que o distinguia ainda mais dentre os outros portadores daquele acessório tipicamente masculino.

Além de ostentação e nobreza, a bengala pode ser usada em situações violentas como aponta Renault, tornando-se, por vezes, uma arma letal. Os eventos que tomaram as ruas da cidade com o advento da república trouxeram exaltações populares a favor e contra o novo regime:

Paulo era o mais entusiasta e convicto. Aos outros valia só a mocidade, que é um programa, mas o filho de Santos tinha frescas todas as idéias do novo regime, e possuía ainda outras que não via aceitar; bater-se-ia por elas. Trazia até o desejo de achar alguém na rua, que soltasse um grito, já agora sedicioso, para lhe quebrar a cabeça com a bengala. Note-se que esquecer a bengala ou perder a bengala. Não deu por falta dela; se desse, bastavam-lhe os braços e as mãos. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 156-157)

A utilização do adorno para fins de defesa ou luta parece realmente ter sido uma de suas finalidades na época. O objeto, tão vinculado à nobreza, poderia vir a transformar-se em símbolo de barbárie. A personagem Paulo, que possuía a tal bengala perdida ou

esquecida, é membro da elite e também se distingue dos outros homens por meio da posse do acessório e intenta usá-lo contra a cabeça dos opositores da república; é a outra utilidade da bengala, como explicou Renault: ser uma arma.

Há outros momentos da narrativa em que os homens também são valorizados pelos objetos que usam. Neste sentido, encontra-se o charuto, o qual se tornou símbolo de masculinidade no final do século XIX. De acordo com os estudos de Ana Luiza Andrade, o seu uso representa um signo de sedução e “se distingue por constituir-se em símbolo dos símbolos masculinos, ou selo de uma aliança masculina com a humanidade, cuja troca se economiza no limite do espaço de exclusividade dos homens” (ANDRADE, 1999, p. 81). Nessa narrativa, a personagem Santos demonstra toda sua grandeza através da qualidade dos charutos que possui:

- Não fale em morte, conselheiro.
 - A morte é uma hipótese, redargüiu Aires, talvez uma lenda. Ninguém morre de uma boa digestão, e os seus charutos são deliciosos.
 - Estes são novos. Parecem-lhe bons?
 - Deliciosos.
- Santos estimou ouvir este louvor; achava-lhe uma intenção direta à sua pessoa, aos seus méritos, ao seu nome, à posição que tinha na sociedade, à casa, à chácara, ao Banco, aos coletes. É talvez muito; seria um modo enfático de explicar a força da ligação dele aos charutos. Valiam pela tabuleta e pelo tinteiro, com a diferença que estes significavam só afeição e veneração, e aqueles, valendo pelo sabor e pelo preço, tinham a superioridade do milagre, pela reprodução de todos os dias. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 119)

A “veneração” masculina desse artefato gera uma estreita afinidade entre o objeto e seu dono, como se as qualidades de um estivessem refletidas no outro indistintamente. A ligação entre essa personagem, em particular, e seus charutos é fato. O elogio atribuído a estes parece ser, automaticamente, transferido àquele, de maneira que mercadoria e homem tornam-se um só ser, possuindo o mesmo valor perante tudo e todos, com atributos iguais, sem danos ou perdas a qualquer uma das partes. Em um período em que valores começam a ser corrompidos e os ritos do consumo parecem reger as atitudes humanas, a transformação do homem em objeto é uma entre tantas outras consequências desse novo modo de ver e pensar o mundo em ascensão na época.

O envolvimento das personagens com a moda é evidenciado até mesmo na escolha dos nomes dos filhos. O casal Santos, surpreso pelo nascimento dos gêmeos e sem opções para dois nomes masculinos, cogitou alguma nomenclatura em moda na época: “A mãe propunha franceses ou ingleses, conforme os romances que lia. Algumas novelas russas

em moda sugeriram nomes eslavos. O pai aceitava uns e outros, mas consultava a terceiros, e não acertava com opinião definitiva” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 31). A moda ultrapassa a questão do simples vestir-se e ruma para diferentes domínios, como o de nomear os seres humanos, por exemplo. Por estarem em voga, as novelas da Rússia traziam sugestões de nomes eslavos aos indecisos pais dos gêmeos e, por esta razão, estavam entre a lista de possibilidades.

Nessa mesma direção, estão os estudos de Ibáñez ao afirmar que “cada tipo de ciudad es creado por un tipo de hombre y genera, a su vez, ese mismo tipo humano [...]. Cada uno de estos tipos es el protagonista de un modo de vivir urbano y, en consecuencia, de un modo de vivir el arraigo urbano” (IBÁÑEZ, 1993, p. 26-27). Sendo assim, compreendemos o comportamento das personagens machadianas que, levadas pelas tendências e modismos (vindos, principalmente, da França), gerarão outros tipos citadinos semelhantes, como explica o pesquisador, e nos primeiros anos do próximo século, constituirão a população do Rio de Janeiro, cidade essa que será amplamente reconhecida sob outra insígnia: *Paris-sur-la-mer* (PESAVENTO, 2002, p. 173), devido ao olhar brasileiro tão voltado aos costumes, novidades e hábitos franceses.

O modismo é evidenciado principalmente pela elite dominante, que podia arcar com as despesas e gastos na aquisição de mercadorias, serviços modernos e novidades estrangeiras. O chapéu, a bengala e o charuto são artefatos simbólicos importantes, posto serem elementos indissociáveis dos universos masculino e feminino, os quais tornam homem e objeto equivalentes, chegando ao ponto das pessoas valerem por aquilo que possuem.

3 A CIDADE PARA ALÉM DA MATÉRIA

Cada mudança implica uma cadeia de outras mudanças [...] a cidade e o céu nunca permanecem iguais. (Ítalo Calvino, As cidades invisíveis)

Após uma reflexão acerca da cidade do Rio de Janeiro em sua materialidade imagética, ou seja, com suas ruas, prédios, pessoas, modismos, enfim, uma gama de aspectos concretos existentes na capital e exibidos em *Esau e Jacó*, faz-se necessário um olhar sobre os elementos imateriais e não menos citadinos que aqueles. Trata-se, neste instante, de voltarmos nossa análise a questões que vão, a nosso entender, para *além da matéria* como, a religiosidade, os costumes ou práticas dos habitantes, bem como o comportamento da elite carioca e dos novos ricos numa época favorável à acumulação de capitais, tópicos esses constitutivos da vida em cidades.

Contamos, novamente ou ainda mais, com o auxílio do conselheiro Aires, que nos dá pistas e detalhes acerca de cada personagem, apontando sutilezas de caráter de cada uma delas em particular, mostrando suas tendências religiosas; referindo-se ao seu passado e descrevendo suas rotinas. Através desse olhar de lince, que tenta “penetrar” a alma das personagens – que representam e refletem, em alguma medida, a sociedade carioca –, esse narrador se distancia, ao mesmo tempo em que toma parte dos eventos narrados, fazendo um rastreamento das atitudes cidadinas de uma sociedade que vive um turbilhão de eventos históricos e sociais que eclodiram na segunda metade do século XIX, permitindo-nos perceber, quiçá, o *invisível* também presente em seu texto.

As próprias palavras do conselheiro, bem como sua proposta ao escrever o romance, exibida no capítulo “A epígrafe”, no instante em que se refere à citação de Dante, nos transmite o seu esforço em deixar transparente cada situação narrativa que possa ser obscura para a compreensão do texto como um todo e, principalmente, no que concerne ao comportamento humano:

Dico, che quando l'anima mal nata...

Ora, aí está justamente a epígrafe do livro, se eu lhe quisesse pôr alguma, e não me ocorresse outra. Não é somente um meio de completar as pessoas da narração com as idéias que deixarem, mas ainda um par de lunetas para que o leitor do livro penetre o que for menos claro ou totalmente escuro. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 43-44)

Ao confessar que sua epígrafe serve como um auxílio e uma ferramenta de apoio ao leitor para compreender melhor as personagens de sua narrativa, Aires deixa evidente uma característica comum a todas elas: a condição malnascida. Por vezes, o conselheiro-narrador fará menção à classe social inferior em que estas nasceram; já em outros momentos será enfatizada a sua pobreza de caráter. Tanto no primeiro caso quanto no segundo, a referência emprestada de Dante vai ao encontro de sua sugestão narrativa, pois explicita uma característica negativa da personagem, corroborando as atitudes singulares exibidas por ela na cidade. Seguindo o conselho de Aires, nos apropriaremos das lunetas de Dante, para entendermos o comportamento cidadão permeado pela mistura de crenças, culto ao capital e imitação dos usos e costumes europeus ficcionalizados na narrativa.

3.1 Ascensão do capitalismo

Os pensadores e escritores, com sua sensibilidade aguçada, confirmando a ideia de Ezra Pound de que “os artistas são as antenas da raça” (POUND, 1970, p. 77), conseguem captar toda forma de alteração na fisionomia de sua cidade, além de nos costumes dos seus habitantes, provocada pelos mais variados fenômenos sociais, políticos ou econômicos. A atenção dispensada por Machado de Assis aos acontecimentos que alteravam a constância da sociedade da sua época está posta nas crônicas que escreveu, bem como em sua obra ficcional, demonstrando a preocupação do escritor em relação a tudo o que se passava naquele contexto. As pesquisas de Nicolau Sevcenko apontam esta sintonia do escritor com sua época:

Machado de Assis assistiu impávido ao súbito desabar dessa atmosfera de fervor pelo enriquecimento ilícito, quanto mais rápido mais admirável, que reformulou os quadros de valores da veneranda Corte imperial, impondo a febre aquisitiva, a fraude escancarada e a exibição ostensiva do luxo como os ideais mais elevados de uma nova horda de arrivistas. (SEVCENKO, 1998, p. 532)

Tendo isso em mente, percebemos o quanto o escritor estava a par de tudo o que acontecia ao seu redor, conhecendo as causas e origens das novidades estrangeiras transplantadas de imediato aos costumes do povo brasileiro, bem como as consequências danosas daquele novo comportamento imitado de culturas tão distintas das que aqui viviam. A intimidade e lucidez com que discernia assuntos tão delicados refletem-se em toda a sua obra, dando origem a um trabalho meticuloso no qual episódios, gentes e, até mesmo, a sua cidade

atuam como mensageiros das transformações vividas a partir da segunda metade do século XIX.

Os fatos relacionados à esfera econômica são enfatizados por Aires ao longo de seu texto. As insígnias de uma sociedade que está preocupada em ascensão social e as novas práticas comerciais que entram em cena no período são referidas pelo diplomata que, aos poucos, revela algumas atitudes que passam a ter lugar na cidade.

O principal acontecimento no campo econômico que atingiu proporções de escala global foi, sem dúvida, o avanço do capitalismo. Tal modelo de economia baseia-se na obtenção de lucro através do acúmulo de capital, na livre iniciativa competitiva, nos esforços do indivíduo isolado, na igualdade de direitos, oportunidades e liberdade (HOBBSAWN, 1982, p. 248).

O *Manifesto do partido comunista*, escrito em 1848 por Karl Marx e Friedrich Engels, revela a face obscura do capitalismo. Os autores evocam e retratam o andamento desesperado e o ritmo frenético que a ideologia capitalista impõe a todas as facetas da vida moderna. A fluidez do pensamento burguês baseado no capital está duramente exposta neste manifesto:

A burguesia rasgou o véu de emoção e de sentimentalidade das relações familiares e reduziu-as a mera relação monetária. [...] Tudo o que era estável e sólido desmancha no ar; tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas. (MARX; ENGELS, 2001, p. 28-29)

Uma nova forma de ver e pensar o mundo rege o comportamento humano com a alavancada da economia baseada no capital. Práticas que objetivam o lucro e a acumulação de bens materiais são a base desta nova ordem, que passa a dominar as leis de mercado. Entretanto, o pensamento marxista e engiliano aponta para a precariedade existente na constituição dessas relações de troca, tendo em vista que estas transformaram até mesmo o relacionamento interpessoal em simples “relação monetária”.

A avalanche desse processo econômico leva tudo e todos, invade os lares dos ricos e pobres em todos os continentes, sem oferecer chances ou meios de escapar, pois “as teias e ambiguidades do mercado são de tal ordem que a todos capturam e emaranham” (BERMAN, 1986, p. 136). Portanto, uma vez envolvidos nesse intrincado jogo, atuamos como coadjuvantes e mentores dessa prática. Somos, ao mesmo tempo, espectadores e artífices nesse universo burguês, no qual “a única atividade que de fato conta, para seus membros, é fazer dinheiro, acumular capital, armazenar excedentes; todos os seus

empreendimentos são apenas meios para atingir esse fim, não têm em si senão um interesse transitório e intermediário” (BERMAN, 1986, p. 107).

Em *Esau e Jacó*, um dos momentos que está em sintonia com essas novas tendências mundiais é a época intitulada *febre das ações*, ocorrida no ano 1855, como nos informa o próprio narrador. A apresentação do casal Santos inicia com detalhes sobre o seu passado que nos permitem compreender as origens da sua riqueza:

Também ele [Santos] foi pobre; também ele nasceu em Maricá. Vindo para o Rio de Janeiro, por ocasião da *febre das ações* (1855), dizem que revelou grandes qualidades para ganhar dinheiro depressa. Ganhou logo muito, e *fê-lo perder a outros*. Casou em 1859 com esta Natividade, que ia então nos vinte e não tinha dinheiro, mas era bela e amava apaixonadamente. A Fortuna os abençoou com a riqueza. Anos depois tiveram eles uma casa nobre, carruagem, cavalos e relações novas e distintas. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 23-24, grifos nossos)

O período nomeado *febre das ações* trouxe a inúmeras pessoas dinheiro e poder, como acontece com a personagem Santos, que deve a esse momento específico da economia a sua fortuna, e não a alguma herança de família, como esclarece o narrador na passagem. A habilidade nata da personagem para enriquecer rapidamente em uma época oportuna para isso parece, à primeira vista, ser um mérito. Todavia, Santos, ganhando muito dinheiro, também fez com que outros o perdessem, trazendo indícios de uma economia que vai ao encontro daquela máxima materialista da filosofia de Thomas Hobbes: “o homem é o lobo do homem”, pois suas atitudes estão em sintonia com as leis do mundo moderno, isto é, uma grande competição, onde impera a lei do mais forte.

Outra fase econômica favorável, impulsionada pela grande esperança nacional com o advento da república, proporcionou o enriquecimento de muitas outras pessoas que souberam usufruir do leque de oportunidades que afloraram no período. O encilhamento, como ficou conhecida a “febre de negócios e de especulação financeira” (FAUSTO, 1995, p. 252) ocorrido no primeiro ano republicano, foi a causa do surgimento de muitos patrimônios abastados. Nosso narrador discorre com certa ironia com relação a esse período econômico de grandes oportunidades e investimentos, não deixando de recorrer à literatura francesa com a finalidade de ilustrar-nos aquele “momento de deslumbramento” que tomou conta das pessoas no país:

Cândido e Cacambo, ia eu dizendo, ao entrarem no Eldorado, conta Voltaire que viram crianças brincando na rua com rodela de ouro, esmeralda e rubi; apanharam algumas, e na primeira hospedaria em que comeram quiseram pagar o jantar com duas delas. Sabes que o dono da casa riu às bandeiras despregadas, já por quererem pagar-lhe com pedras do calçamento, já porque

ali ninguém pagava o que comia; era o governo que pagava tudo. Foi essa hilaridade do hospedeiro, com a liberalidade atribuída ao Estado, *que fez crer iguais fenômenos entre nós, mas é tudo mentira*. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 170, grifos nossos)

A similaridade entre a ficção de Voltaire e a época do “Eldorado brasileiro” nos revela o olhar crítico sobre a ilusão criada para fazer crer ao povo um tempo de ganhos e lucros financeiros, mas que não passou de uma estratégia ardilosa do governo. Muitas dessas fortunas provinham de fraudes e enriquecimento ilícito, que se tornaram práticas comuns no período (SEVCENKO, 1998, p. 532).

Tal época de efervescência financeira em novos âmbitos comerciais deu origem à fortuna de muitos cidadãos que souberam aproveitar as oportunidades que dali emergiram. Com o fim da importação legal de escravos em 1850, em consequência da lei Eusébio de Queiroz, foi possível o desenvolvimento de um capitalismo mais avançado no país. Os capitais antes empregados naquela atividade passam a ser investidos em empresas e negócios, como nos explica Virgílio Noya Pinto:

com a cessação brusca do tráfico, que absorvia boa parte da burguesia urbana, o capital nele investido encontrou-se subitamente em disponibilidade. E o que se segue é uma diversificação na sua aplicação ativando vários setores da vida nacional. Não só o comércio se diversifica como também a indústria é impulsionada. Bastante significativo é o número de patentes industriais expedidas a partir de 1850. (PINTO, 1980, p. 137-138)

Para que a aplicação desses capitais fosse regulamentada, no mesmo ano foi aprovado o Código Comercial. Como desdobramento, a antiga Bolsa de Comércio do Rio virou Bolsa de Valores. Na bolsa antiga, eram negociadas mercadorias; na nova, títulos. Parte desses recursos vai financiar a realização de melhorias na cidade, como a iluminação a gás, a criação de sistema de transporte urbano e de limpeza pública, assim como a construção de estradas de ferro.

No capítulo que antecede o retorno triunfal do ex-irmão das almas ao Rio de Janeiro, intitulado “Um Eldorado”, há uma explicação desse momento histórico pelo qual o Brasil passava, e o sentido desumano das primeiras manifestações do sistema capitalista reflete-se no recurso estilístico empregado por Machado ao enumerar à exaustão os substantivos (CHAVES, 1976, p. 118):

A capital oferecia aos recém-chegados um espetáculo magnífico. Vivia-se dos restos daquele deslumbramento e agitação, epopéia de ouro da cidade e do mundo, porque a impressão total é que o mundo inteiro era assim mesmo. Certo, que não lhe esqueceste o nome, encilhamento, a grande quadra das

empresas e companhias de toda espécie. Quem não viu aquilo não viu nada. Cascatas de idéias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 169)

A forma jocosa com que foi explicado esse fenômeno econômico, com o auxílio da repetição, objetivando ilustrar de maneira mais precisa o que ocorreu de fato no país, dá mostras da corrida enlouquecida por capital no período. O crescimento e o investimento em todos os setores da economia indicavam o progresso desenfreado que tomava conta do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, alterava a vida de seus habitantes.

O individualismo exacerbado, provocado pelo advento do capitalismo moderno, perpassa o comportamento de quase todas as personagens do romance. A busca por ascensão social ou estabilidade financeira torna-se o principal interesse desses tipos sociais, que representam uma grande parcela da sociedade carioca do final do período. Aires relata um episódio corriqueiro que aponta para essa atitude individualista no momento em que os gêmeos estão numa loja de vidraceiro, na Rua da Carioca, que, além de espelhos, “também tinha retratos velhos e gravuras baratas” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 64). A atitude do lojista na ocasião aponta para uma conduta típica de obtenção de vantagem na negociação de uma mercadoria ofertada – prática rotineira nas cidades:

O freguês tirou tranqüilamente o dinheiro do bolso, enquanto o velho enrolava o retrato, e, trocados um por outro, despediram-se cortesemente e satisfeitos; o lojista, depois de ir até à porta, tornou à cadeira do costume. Talvez pensasse no mal a que escapara, se vendesse o retrato por dez tostões. Em todo caso, ficou a olhar para fora, para longe, para onde há justiça eterna... Três mil-réis! (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 67)

O retrato de D. Miguel – objeto da vantajosa transação – antes almejado por Pedro por meros seis tostões, preço este negado pelo comerciante que relutava na casa dos dez, fora, alguns minutos depois, vendido por três mil-réis a um novo freguês. A justiça aos olhos do vendedor fora feita, pois ganhara, ou melhor, lucrara com sua venda. Conforme os estudos de Alfredo Bosi, em seu livro *Machado de Assis: o enigma do olhar*, a palavra “logro” tem a mesma raiz da palavra “lucro” ou “*lucrum*” do latim; portanto, o lucro da venda do retrato é interpretado como justiça pelo vendedor, porém, nada mais é que uma forma de logro para com aquele cliente que pagara um valor exorbitante comparado ao valor recém proposto pelo mesmo lojista a um dos irmãos. Lucrar ou lograr são verbos comuns no universo capitalista, embora possuam diferentes significações, dependendo do local de onde se está falando em determinada situação. O capitalismo, norteador das atitudes humanas, é visível nessa situação

que vem a ser considerada e interpretada como “justa” aos olhos do vendedor, uma vez que a lógica desse sistema traz consigo a velha máxima maquiavélica na qual “os fins justificam os meios”.

Como no pôquer, o *bluff*²⁶ é uma tática utilizada com frequência no universo urbano e pode até ser lida como uma metáfora dentro da obra no que diz respeito às estratégias de compra e venda de produtos no comércio e também às demais atividades lucrativas da esfera econômica praticadas irrestritamente no período. Como afirma o próprio conselheiro, nas páginas do *Memorial de Aires*, “no poker, *bluff* é uma espécie de conto-dovigário” (MACHADO DE ASSIS, 2008, p. 1265). Blefar, esconder, lograr e enganar são palavras irmãs que vão ao encontro do comportamento de muitos novos ricos que adquiriram fortuna de maneira ilícita na época:

A casa dele era um palacete, os móveis feitos na Europa, estilo império, aparelhos de Sèvres e de prata, tapetes de Esmirna, e uma vasta câmara com dois leitos, um de solteiro, outro de casados. O segundo esperava a esposa.
[...]

Era maduro; trazia o rosto batido dos ventos da vida, a despeito das muitas águas de toucador; ao corpo faltava aprumo, e as maneiras não tinham graça nem naturalidade. Era o Nóbrega, aquele da nota de dois mil-réis, nota fecunda, que deitou de si muitas outras, mais de dois mil contos de réis. Para as notas recentes, a avó perdia-se na noite dos tempos. Agora os tempos eram claros, a manhã doce e pura. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 223)

A fim de demonstrar requinte e *status*, os bens materiais significavam o seu dono. É sabido que muitos novos ricos obtiveram fortuna e prestígio através de formas não muito honestas, beneficiados, sobretudo, pelas mudanças favoráveis na esfera econômica. Tomamos ciência de que a fortuna de Nóbrega provém de um ato ilícito. Contudo, após enriquecer por meio de uma ação censurável pelos ensinamentos divinos, porém coerente com as artimanhas do mercado capitalista vigente, a personagem não repete mais o mesmo gesto no presente:

Por mais que ele olhasse pela vida dentro, não achava igual obséquio do Céu, ou sequer do inferno. Mais tarde, se alguma jóia lhe levou os olhos, não lhe levou as mãos. Tinha aprendido a respeitar o alheio, ou ganhara com que o comprar. A nota de dois mil-réis... Um dia, ousando mais, chamou-lhe presente de Nosso Senhor. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 174)

O ex-pedinte, que adquirira sua fortuna por desviar as esmolas da missa das almas, jamais cometera o mesmo pecado no decorrer de sua vida, como nos assegura o narrador. É como se a atitude correta e ajustada de Nóbrega nos dias atuais pudesse, em

²⁶ Na época da escrita da obra em questão, o pôquer estava sendo inserido na sociedade brasileira. As formas aporuguesadas, portanto, ainda não existiam, sendo utilizadas por Machado as formas em inglês (*poker*, *bluff*) e não as em português (pôquer, blefe).

alguma medida, apaziguar aquele ato obscuro do passado. A necessidade de outrora, aliviada pelo furto da doação às almas, desaparece no presente e com ela a tentação de cometer outra falha, já que a situação confortável de hoje não requer a repetição do mesmo erro, este justificado pela carência dos tempos difíceis como andador das almas. Novas regras surgem a partir da nova ideologia capitalista, corrompendo valores morais e alterando os princípios de acordo com os ditames da vantagem e do lucro.

Com os olhos e ações voltados aos ganhos materiais estão também as personagens D. Cláudia e Batista que escolheram o campo político para dele adquirirem prestígio e, por consequência, o lucro atrelado às novas oportunidades:

Também ela [D. Cláudia] pensava no baile da ilha Fiscal, sem a menor idéia de dançar, nem a razão estética da outra. Para ela, o baile da ilha era um fato político, era o baile do ministério, uma festa liberal, que podia abrir ao marido as portas de alguma presidência. Via-se já com a família imperial. [...] E Batista conversaria com o imperador, a um canto, diante dos olhos invejosos que tentariam ouvir o diálogo, à força de os fitarem de longe. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 111)

Era a esposa que guiava e, muitas vezes, empurrava o marido em suas atitudes políticas. O baile da Ilha Fiscal tinha apenas uma razão de ser aos olhos de D. Cláudia: a porta que levaria seu marido a ser presidente de alguma província. De acordo com os estudos de Flávio Loureiro Chaves, “a personagem Batista, é outra figura freqüente na galeria machadiana – o político profissional em busca da ascensão social” (CHAVES, 1976, p. 50). O interesse particular fica evidente naquele pensamento da personagem explicitado pelo narrador, uma vez que o grande acontecimento serviria apenas como uma tentativa de aproximar Batista de pessoas influentes junto à família imperial que alavancariam a carreira política do marido e, por conseguinte, a situação financeira do casal.

O desajuste com os modelos impostos pelo capitalismo parece causar estranhamento àqueles habituados a um universo de interesses e ganhos. Casar-se no século XIX era uma das formas de ascender socialmente, atitude esta aceita pelas pessoas. A incompreensão de Nóbrega sobre a resposta negativa recebida por parte da personagem Flora ao seu pedido de casamento vantajoso, era coerente com o pensamento da época:

Quando Nóbrega recebeu as poucas linhas que D. Rita lhe mandou, ficou assombrado. Não contava com recusas.[...] Tinha imaginado que ela, ao ler a carta, devia ficar tão pasmada e agradecida, que nos primeiros instantes não pudera responder a D. Rita; mas logo depois as palavras saíam do coração às golfadas. [...] Talvez o pai lho fosse dar em pessoa. E nada, nada, nada, absolutamente nada, uma simples recusa, uma recusa atrevida, por que enfim quem era ela, apesar da beleza?

uma criatura sem vintém, modestamente vestida, sem brincos, nunca lhe vira brincos às orelhas, duas perolazinhas que fossem. E por que é que lhe furaram as orelhas, se não tinham brincos que lhe dar? Considerou que às mais pobres meninas do mundo furam as orelhas para os brincos que lhes possam cair do céu. E vem esta, e recusa os mais ricos brincos que o céu ia chover sobre ela...

Nóbrega respondia magnânimo:

- Não foi por mal; foi talvez por se julgar abaixo, muito abaixo da fortuna. Creia que é boa moça. Pode ser também, quem sabe?, por ter sido um mau conselho do coração. Aquela moça é doente. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 226-227)

No caso, a negação do fato é utilizada por Nóbrega com a finalidade de não querer enxergar a dura realidade que o cerca. Essa constatação parece não fazer sentido, uma vez que a realidade submersa nos ideais do capitalismo primava pelo lucro e acúmulo de bens, pondo sempre em segundo plano os sentimentos ou transformando-os em simples moeda de troca (MARX; ENGELS, 2001, p. 28). Vê-se que Nóbrega não entende a rejeição, pois estava em conformidade com o mundo capitalista, ao contrário da moça Flora, criatura “inexplicável”, que se encontrava na contramão do pensamento vigente.

Estar em concordância com esses padrões emergentes no século XIX era mais que uma opção, era uma consequência de todo um processo político-econômico que fugia do simples controle individual. Diferentemente da personagem Flora, age o secretário de Nóbrega, que está em sintonia com o pensamento burguês dominante, ao confirmar a provável “doença” da moça:

- Só a doença, disse ele, explicará a ingratidão, porque o ato é de pura ingratidão.

Aqui tornou a nota da indignação, nota sincera, como as outras. Nóbrega gostou de ouvi-la; era um compadecimento. No fim, cumpriu a idéia que trazia ao sair de casa; aumentou-lhe o ordenado. Podia ser a paga da simpatia; o beneficiado foi mais longe, achou que era o preço do silêncio, e ninguém soube de nada. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 228)

A sintonia na forma de pensar entre patrão e empregado está de acordo com a conduta partilhada socialmente. Não entender as razões da pobre moça ao recusar um pedido de casamento tão afortunado parece surpreender a ambos, pois como poderia alguém na condição econômica do patrão ser rejeitado?

Prejuízos e perdas são uma derrota no mercado capitalista. O pensamento voltado para o lucro tende a não aceitar despesas imprudentes ou mal planejadas, como foi a do padeiro Custódio ao repintar a velha placa com o antigo nome de sua confeitaria, que fazia apologia ao governo imperial:

- A república está proclamada.
- Já há governo?
- Penso que já; mas diga-me V. Excia.: ouviu alguém acusar-me jamais de atacar o governo? Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! Venha em meu socorro, Excelentíssimo. Ajude-me a sair deste embaraço. A tabuleta está pronta, o nome todo pintado. — “*Confeitaria do Império*”, a tinta é viva e bonita. O pintor teima em que lhe pague o trabalho, para então fazer outro. Eu, se a obra não estivesse acabada, mudava de título, por mais que me custasse, mas hei de perder o dinheiro que gastei? V. Excia. crê que, se ficar “*Império*”, venham quebrar-me as vidraças? (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 147)

A mudança política traz novos gastos ao comerciante, que não entende o duplo pagamento para um mesmo trabalho. A falha não era do pintor, que cumpriu sua tarefa, nem mesmo dele, que desconhecia as articulações políticas. Contudo, resta ainda a nova despesa com a repintura da tabuleta, interpretada como perda por aquele confeitoiro que, imerso no universo baseado no capital, calcula apenas os débitos e créditos de suas ações. O relativismo nas palavras do conselheiro na sequência desse diálogo ao afirmar que “as revoluções trazem sempre despesas” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 150) parece ainda não convencer Custódio acerca dos gastos inevitáveis em momentos singulares como aquele.

Desse modo, percebemos as relações capitalistas que reinavam soberanas nas interações sociais. Um comportamento que primava, acima de tudo, pelo favorecimento individual era a regra de vida das pessoas após a alavancada do capitalismo como atividade econômica mundial na segunda metade dos oitocentos. As atitudes das personagens passam a ser melhor compreendidas a partir desse modelo econômico e de sua lógica, baseada no acúmulo de bens e capital, que ditava as regras de mercado alterando hábitos e valores da sociedade.

3.2 Religião

A fé parece ser parte constitutiva do ser humano como criatura capaz de se arraigar e criar rituais sagrados. O historiador Lewis Mumford explica-nos que estão na origem da formação das cidades o culto a divindades e a prática de cerimônias espirituais. Essa relação ternária entre a cidade, o homem e a fé é explicada em seus estudos pois, segundo ele,

A cidade tomou forma primeiro como morada de um deus, um lugar onde os valores externos se achavam representados, e reveladas as possibilidades divinas. Embora os símbolos tenham mudado, permanecem as realidades que haviam por trás deles. [...] Sem as perspectivas religiosas incentivadas pela cidade, pode-se duvidar de que mais que uma pequena parte das capacidades de vida e saber do homem poderiam ter-se desenvolvido. O homem cresce na imagem de seus deuses e até a medida que eles hajam fixado. (MUMFORD, 1991, p. 621)

As cidades têm sua origem primeira como o local de culto a um deus e, de acordo com as pesquisas de Mumford, o homem reflete suas concepções e crenças religiosas, e pouco ou nada seria sem elas. Sem o apego a algum tipo de crença, nem elas seriam criadas, nem os homens desenvolver-se-iam enquanto seres sábios e aptos para a vida. Depreendemos então que a ligação do homem com algum tipo de fé o constitui como ser humano construtor de cidades.

Desde a colonização do Brasil, as questões de ordem religiosa assumem proporções de elevada importância que vão ao encontro dos interesses da Coroa portuguesa no século XVI ao ocupar o território brasileiro. É possível perceber como a fé tornou-se parte fundamental desse processo através da primeira nomeação dada ao país – Terra de Santa Cruz; a primeira missa mandada rezar logo após a chegada dos portugueses; os nomes das primeiras vilas e sesmarias – São Vicente e Santos –; e o singular planejamento na construção das cidades, que tinham como centro a praça, com um lugar de destaque para a igreja (SILVA, 2000, p. 19). Da mesma forma que acontecem transições políticas, econômicas e sociais, há mudanças de ordem espiritual. Novas seitas e crenças²⁷ surgem derivadas, em grande parte, da necessidade gerada pelo inconsciente coletivo (PIERI, 2002, p. 245) da população. Sabemos que a orientação religiosa do brasileiro é legatária, principalmente, da cultura negra e portuguesa. Contudo, no século XIX, algumas religiões novas sofreram influência das então recentes descobertas da área científica. Segundo a pesquisadora Ana Luiza Andrade, “Machado de Assis questiona as cambiantes crenças de sua época e seus códigos de verdade” (ANDRADE, 1999, p. 121) ao longo de sua produção literária.

O catolicismo – religião oficial do país – é seguido, principalmente, pela alta sociedade carioca, descendente, em sua maioria, de portugueses. A figura do representante da Igreja católica era uma presença constante na vida familiar:

²⁷ O medo do escuro, por exemplo, torna o homem sujeito a uma impotência contra aquilo que não é capaz de ver, portanto, de conhecer. Isso talvez explique a necessidade da religião como fato universal de qualquer cultura em toda a história do homem, como forma de tornar neutro o que se desconhece, através da proteção de divindades. (MESTRE; PINOTTI, 2004, p. 4)

“Natividade e um Padre Guedes que lá estava, gordo e maduro, eram as únicas pessoas interessantes da noite. O resto insípido, mas insípido por necessidade, não podendo ser outra coisa mais que insípido.” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 43)

As palavras do conselheiro, nas primeiras páginas do seu *Memorial*, revelam-nos esse mensageiro da Igreja, o qual participa das reuniões dentro das casas dos membros da elite. O elogio à pessoa do padre por parte de Aires diferencia-o dos demais convidados, elevando-o. As pesquisas de Renault revelam que os rituais religiosos eram muito respeitados no período e, dentre eles, destacavam-se as tradições católicas herdadas de Portugal:

a religião cristã está nas raízes de nossa formação. Aos domingos e dias santos a família assiste à missa, quase sempre acompanhada da famulagem. O clero, na pessoa do sacerdote, exerce ponderável influência nas mais importantes decisões da casa. [...] Os dogmas da Igreja têm profunda influência na vida da população. (RENAULT, 1976, p. 138)

Percebemos, então, que a convivência próxima com os padres era comum naquele contexto. Os sacerdotes eram tratados com a mais alta estima pelas famílias de posses, uma vez que reforçavam os ensinamentos católicos entre os familiares, tornando-se parte integrante da casa.

O apego a tradições e costumes tem raízes profundas e é, por vezes, mantido por muitas gerações. O hábito religioso e os costumes dessa ordem eram transmitidos e conservados pelas famílias:

Ao pé de cada um dos castiçais acharam um bilhete de Natividade. Aqui está o que ela dizia: “Alguém de vocês quer ir comigo à missa, amanhã? Faz anos que seu avô morreu, e Perpétua está adoentada.” Natividade esquecera de lhes falar antes, e, aliás, andava bem sem eles, mormente de carruagem; mas gostava de os ter consigo.

Pedro e Paulo riram do convite e da forma, e um deles propôs que, para agradar à mãe, fossem ambos à missa. A aceitação da proposta veio pronta; já não era harmonia, era uma espécie de diálogo na mesma pessoa. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 201)

Há casos em que não é a devoção que leva as pessoas a seguirem determinados costumes religiosos, mesmo sendo estes praticados fervorosamente por parentes e familiares. Dificuldades momentâneas, agradecimentos por uma meta alcançada, pedidos pelo restabelecimento de um amigo ou familiar enfermo, enfim, ocorrências isoladas podem relembrar o ser humano de seus antigos hábitos religiosos, sem que estes façam parte da rotina de suas vidas. Agradar a mãe é a motivação dos irmãos para acompanhá-la na missa e não a fé de cada um naquela prática religiosa de Natividade. Talvez a forma daquele singular

convite – escrito em um bilhete de papel – teria ajudado na aceitação do pedido, contudo, a devoção religiosa dos irmãos a rituais daquele tipo não interferiu no aceite à proposta.

A obrigatoriedade ou a tradição levam, algumas vezes, as pessoas a dirigirem-se a um templo religioso, bem mais que a própria fé. Esse processo de cumprimento de regras preestabelecidas faz parte do cotidiano das cidades e da vida dos que nela habitam. A missa mandada rezar a um parente pobre do banqueiro Santos possui todas as características da obrigação para com condutas esperadas pelo ser humano numa ocasião como essa:

Voltavam de uma missa de defunto, na Igreja de São Domingos...
 “Na Igreja de São Domingos diz-se hoje uma missa por alma de João de Melo, falecido em Maricá.” [...] A igreja escolhida deu ainda menos relevo ao ato; não era vistosa, nem buscada, mas velhota, sem galas nem gente, metida ao canto de um pequeno largo, adequada à missa recôndita e anônima. [...]
 A missa foi ouvida sem pêsales nem lágrimas. [...]
 A missa foi mandada dizer por aquele senhor, cujo nome é Santos, e o defunto era seu parente, ainda que pobre. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 22-23)

A discrição do ato, o lugar recôndito em que se encontrava a igreja, a forma contida daqueles que mandaram rezar a missa, enfim, traduzem um comportamento quase mecânico diante da morte de um parente de sangue. O importante mesmo era que “a missa em si mesma bastava que fosse sabida no céu e em Maricá. Propriamente vestiram-se para o céu. O luxo do casal temperava a pobreza da oração; era uma espécie de homenagem ao finado” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 25). O casal encontra uma forma singular para homenagear o defunto: rezam numa igreja bem afastada e vão vestidos para a ocasião, com toda a pompa e circunstância, para não se ligarem àquele parente pobre, dão uma esmola significativa ao sacristão local e, por fim, sentem-se livres daquele “dever social”.

Ser devoto de um santo em particular tornou-se tradição entre os católicos praticantes. Espelhar-se no seu exemplo de vida é parte da crença e confiança do fiel que segue os ensinamentos e preceitos da Igreja católica. Apesar da sua má-fé para com a alta esmola recebida, o pobre irmão das almas, cujo ofício antigo era rezar aos mortos daqueles que caridosamente lhe ofertavam um donativo para tanto, também era devoto de uma santa em particular:

Outras lhe teriam vindo às mãos por maneiras assim fáceis, mas nunca lhe esqueceu aquela graciosa folha gravada com tantos símbolos, números, datas e promessas, entregue por uma senhora desconhecida, sabe Deus se a própria Santa Rita de Cássia. Era a sua particular devoção. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 173)

Apegar-se em momentos difíceis ao seu santo ou agradecer a este por alguma graça alcançada são rituais característicos de muitos católicos praticantes. No caso de Nóbrega, que pedia esmolas para a missa das almas, dirigia suas orações para Santa Rita de Cássia e, em um momento de grande felicidade, o ex-pedinte chega a cogitar aquela doação extraordinária às graças de sua protetora.

Os nomes dos protagonistas do romance e o título da obra estão em sintonia com assuntos de ordem religiosa. A opção por nomes de santos era costume entre os católicos ao batizarem seus filhos. A dificuldade para escolhê-los ao descobrirem-se dois meninos gerou certo rebuliço na família. A tia dos gêmeos é que os batiza com os nomes de apóstolos, tomados da oração do Credo (segundo a narrativa), feita durante uma missa na qual atentou aos dos santos São Pedro e São Paulo:

Geralmente, os consultados traziam outro nome, que não era aceito em casa. Também veio a antiga onomástica lusitana, mas sem melhor fortuna. Um dia, estando Perpétua à missa, rezou o *Credo*, advertiu nas palavras: "...os santos apóstolos São Pedro e São Paulo", e mal pôde acabar a oração. Tinha descoberto os nomes; eram simples e gêmeos. Os pais concordaram com ela e a pendência acabou.

A alegria de Perpétua foi quase tamanha como a do pai e da mãe, se não maior. Maior não foi, nem tão profunda, mas foi grande, ainda que rápida. O achado dos nomes valia quase que pela feitura das crianças. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 31-32)

A religião católica predominava entre os habitantes da capital. Através de seus rituais característicos, compreendemos alguns dos hábitos religiosos das personagens. Assistir missas, crer em santos, bem como as orações praticadas pelos seus fiéis podem ser vislumbrados nas atitudes da personagem Perpétua – símbolo do cerimonial católico no romance, tão difundido entre a elite do período.

Para os católicos praticantes, a tradição de possuir um pequeno oratório dentro das casas era uma prática comum naquele período. Assim, a oração poderia ser feita de maneira reservada dentro dos lares, o que não substituíra, em absoluto, as idas à igreja:

Flora, no quarto, não cuidava então de bilhetes nem camarotes; também não acudia à dor de cabeça, que não tinha. [...] Não suponhas que está rezando, embora tenha ali um oratório e um crucifixo. Não viria pedir a Jesus que lhe livrasse a alma daquela inclinação desconhecida. Posta à beira da cama, os olhos no chão, pensava naturalmente em alguma coisa grave, se não era nada, que também agarra os olhos e o pensamento de uma pessoa. Mordeu os beiços sem raiva; meteu a cabeça entre as mãos, como se quisesse concertar os cabelos, mas os cabelos estavam e ficavam como dantes. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 209-210)

Os oratórios são “pequenos retábulos de uso particular”, e “têm sua origem nos primórdios da Idade Média. Esses utensílios religiosos chegaram à Colônia pelas mãos do colonizador português e se espalharam pelas fazendas, senzalas e residências, tornando-se parte do cotidiano brasileiro”, conforme informações do Museu do Oratório²⁸. A personagem Flora, apesar de possuir o seu próprio altar de oração, não recorre muito a ele, mesmo em momentos de aflição e angústia como aquele. Essa atitude talvez queira evidenciar o distanciamento das pessoas em relação a algum tipo de fé num período invadido por interesses outros, valores estes bem mais terrenos que espirituais. Todavia, em outra circunstância, a moça tem uma atitude diferente e, desta vez, ela vai ao seu oratório a fim de obter alguma ajuda:

Certamente, já lhe havia pedido que a livrasse daquela complicação de sentimentos, que não acabavam de ceder um ao outro, daquela hesitação cansativa, daquele empuxar para ambos os lados. Não foi ouvida. [...] Flora não formulou a súplica. Pôs os olhos na imagem e esqueceu-se de si, para que a imagem lesse dentro dela o seu desejo. Era demais; requerer o favor do céu e obrigá-lo a adivinhar o que era... (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 214-215)

Mesmo recorrendo ao seu altar particular de oração, a personagem não consegue expressar seu pedido, ou por ser imensa sua dor ou por envergonhar-se do sentimento ambíguo que nutria pelos irmãos, que a impedia de escolher entre um e outro. Uma vez mais ela hesita no instante de exercitar a sua fé, atitude que se mostra recorrente não apenas em assuntos de ordem religiosa, mas em muitos outros aspectos de sua vida.

Quanto às crenças de origem africana, estas eram veneradas pelos escravos e populares do período. Algumas pessoas da alta sociedade carioca aderiram a elas atribuindo-lhes milagres, fazendo crer no fato de que essas crendices estavam por demais arraigadas naquele universo religioso e não apenas ligadas a uma parcela da sociedade. Em sintonia com essa questão, a subida ao morro do Castelo, logo no início do romance, tem por finalidade a consulta com uma tal cabocla, famosa por suas predições:

Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castelo. [...] Natividade e Perpétua conheciam outras partes, além de Botafogo, mas o morro do Castelo, por mais que ouvissem falar dele e da cabocla que lá reinava em 1871, era-lhes tão estranho e remoto como o clube. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 13)

²⁸ Inicialmente, a capela concebida para o rei – na época acreditava-se que ele possuía dons divinos – era o local adequado para se fazer orações. Ao longo do tempo, essas capelas evoluíram para o uso particular e passaram a ser frequentadas por associações leigas. Inspirando-se nos costumes da realeza, as famílias mais abastadas também passaram a possuir seus próprios altares. Esse costume acabou por se estender até o povo. Revela-se, a partir de então, o desejo de posse de relíquias ou outros objetos de piedade que conferiam aos seus donos segurança e intimidade com o mundo do sagrado (Museu do oratório, dados em meio eletrônico).

A crença cega nas palavras ditas pela vidente será a regra de vida de Natividade, que, mesmo recebendo uma resposta imprecisa sobre o futuro de seus filhos, passará a crer piamente no brilhantismo vindouro dos meninos, interpretando à sua maneira as palavras da adivinha. Talvez a origem humilde da personagem seja a causa da identificação com essa religião, que tinha por seguidores, em sua maioria, os escravos e seus descendentes, além de pessoas menos favorecidas. Como muitos membros da elite, Natividade também está inserida nesse imaginário popular tão característico de contextos singulares como era o Rio de Janeiro.

O nome “Bárbara” – alcunha da cabocla do Castelo – aparece escrito sete vezes ao longo de toda a narrativa, número cabalístico e significativo no que concerne a superstições e crenças sobrenaturais, atraindo, assim, a atenção para esse fato em particular. Numa obra repleta de simbologias, pois sabemos que há “no simbolismo de *Esau e Jacó* uma constante oscilação entre a sátira, o mito e a metafísica” (MAROBIN, 1963, p. 93), não poderíamos deixar de nos deter mais cuidadosamente nesse nome posto, quase que proposital e estrategicamente, pelo narrador nas sete aparições da palavra.

A religião representada pela adivinha era rechaçada na época, já que trazia consigo princípios e costumes cultivados entre os negros da África. Sevcenko explica que, no final do século XIX, “foram proibidos os rituais religiosos, cantorias e danças, associadas pelas manifestações rítmicas com as tradições negras e, portanto, com a feitiçaria e a imoralidade” (SEVCENKO, 1998, p. 21). Por se tratar de uma religião mensageira de ritos provenientes dos escravos africanos, percebemos que o nome dado a uma praticante dessa crença – Bárbara – desvela, de maneira sutil, um valor atribuído àquela fé pelos habitantes da época e perpetuado até os dias atuais. A etimologia da palavra “bárbara”, em sua variante masculina – “bárbaro”²⁹ –, revela-nos sua origem grega, que significa “não-civilizado”. O substantivo pode ser interpretado ou associado de imediato com a *barbarie* que se opõe à *civilização* e, portanto, o nome serviria como metáfora de uma crença que estaria longe da preconizada modernidade aspirada no período em questão, mas que seduzia tanto pobres como a elite do período.

Esses rituais teimavam em coexistir, apesar do severo controle do governo, e, muitas vezes, eram realizados às escondidas ou até mesmo com o consentimento de membros da autoridade local. A elite carioca, pela convivência com escravos e subalternos os quais traziam arraigados consigo aqueles valores próprios de sua cultura, tinha algum conhecimento

²⁹ Fonte: *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*.

ou aproximação com tais credences populares e, algumas vezes, tendia a crer em tais ritos, seja por necessidade, seja por influência do meio:

A outra ama confirmou as notícias e acrescentou novas. Conhecia pessoas que tinham perdido e achado jóias e escravos. A polícia mesma, quando não acabava de apanhar um criminoso, ia ao Castelo falar à cabocla e descia sabendo; por isso é que não a botava para fora, como os invejosos andavam a pedir. Muita gente não embarcava sem subir primeiro ao morro. A cabocla explicava sonhos e pensamentos, curava de quebranto... (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 33)

O convívio diário com os escravos fazia com que alguns membros da elite se inteirassem das tradições e crenças seguidas por eles e, por vezes, simpatizassem com aquelas práticas. Desse modo, a convivência entre os mais diferentes rituais sagrados acontecia de maneira espontânea, através do contato e da convivência plural vivida pelas pessoas. A prática de mais de um credo deve-se, em grande parte, à miscigenação cultural de que somos produto. Em *Esau e Jacó*, a personagem Natividade recebe, através das amas-de-leite de seus filhos, as informações acerca da cabocla Bárbara e surpreende-se com os poderes da vidente, o que se percebe ao fazer a consulta.

O espiritismo, por sua vez, tem seus ensinamentos difundidos no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Os reclames de jornais com divulgação de fenômenos chamados de “mesas girantes” ou dançantes, noticiados pela primeira vez por volta de 1853, aguçaram o interesse da imprensa nacional. Contudo, apenas em 1862 é que essa doutrina começa a chegar efetivamente em nossas terras (FERNANDES, 2008, p. 23). O esposo de Natividade – Santos – é adepto do espiritismo. Após saber da previsão da cabocla, o banqueiro quer consultar Plácido – o seu chefe e mestre espiritual – para confirmar ou desmentir a predição: “Santos pensou em fazer sobre isso uma consulta espírita. Começava a ser iniciado nessa religião, e tinha a fé noviça e firme” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 30). Devido à posição social de Santos, ele se inteirava dos assuntos de ordem científica e atualidades em geral, demonstrando, assim, requintes culturais. A moderna doutrina espírita, inspirada na ciência, por possuir todos estes atributos, passou a interessar-lhe vivamente.

Por se tratar de uma religião nova para os habitantes da capital, certas dúvidas permaneciam não resolvidas para muitos leigos. O pensamento de Aires acerca do espiritismo, que pode ser visto na conversa com Santos e Plácido, mostra esse desconhecimento:

- Fique, fique, conselheiro, disse Santos apertando a mão ao diplomata. Aprenda as verdades eternas.

- Verdades eternas pedem horas eternas, ponderou este, consultando o relógio.

Um tal Aires não era fácil de convencer. Plácido falou-lhe de leis científicas para excluir qualquer mácula de seita, e Santos foi com ele. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 44-45)

A novidade que cercava tal doutrina fica evidente na tentativa de explicitação de seus ensinamentos, o que se nota no diálogo acima. A resposta do velho diplomata parece demonstrar certa ironia a respeito das “verdades eternas” propagadas pelo espiritismo e tidas como absolutas por Santos e Plácido. Sob seu ponto de vista, tais “verdades” demandariam também “horas eternas” para serem explicadas e, mais do que isso, para serem acreditadas pelo conselheiro, que se afirma não ser um sujeito fácil de convencer. A conexão entre a doutrina espírita e os seus pressupostos de bases científicas era um dos meios de consolidar tal religião nova.

O convívio entre pessoas de raízes e crenças tão diversas deixa marcas no cotidiano de uma época e tende a influenciar ideias e juízos de valor. Aires confessa que tolerava todas as religiões, fato este que condiz com sua conduta cordata, além de evidenciar uma característica cidadina comum em se tratando de fê:

Natividade olhou para ele, como receando se teria adivinhado então a consulta que ela fez à cabocla. Pareceu-lhe que não, sorriu e chamou-lhe incrédulo. Aires negou que fosse incrédulo; ao contrário, sendo tolerante, professava virtualmente todas as crenças deste mundo. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 89)

O conhecimento de algo sobre uma nova religião ou seita integra a sabedoria popular. A personagem diz professar “todas as crenças deste mundo” com o intuito de não discordar de ninguém ou, menos ainda, tender para um dos lados naquele momento. Contudo, além de viver naquela sociedade de origens tão diferentes, suas viagens pelo exterior também lhe permitiram ampliar seu conhecimento acerca de outras culturas, bem como das religiões atreladas a elas.

A ênfase dada às questões de ordem religiosa mostra como tais assuntos faziam parte do cotidiano das pessoas. A mescla de etnias que compunha os habitantes da capital trazia consigo diferentes seitas e crenças. Wagner Martins Madeira no tocante a esse romance mostra que

a principal causa da forte aparição religiosa é o receio da incerteza do futuro. Para completar o quadro escapista, pratica-se o misticismo, uma forma de ausência da religião institucional, e possível solução do problema da salvação, o que assevera um procedimento típico de religiosidade pessoal, contemplativa e solitária, para a qual toda e qualquer atividade e as próprias

relações entre os homens se revelam estranhas e insignificantes. (MADEIRA, 2001, p. 126)

Os estudos de Madeira afirmam que a significativa presença religiosa deve-se às incertezas a respeito do futuro, que tem como consequência a busca por rituais sagrados e, às vezes, por mais de um deles. As crenças religiosas das personagens constituirão o alicerce para a compreensão da forma de ver e pensar o mundo de cada uma delas, já que cada doutrina em particular contém princípios e origens diferenciados, que identificam e singularizam o seu simpatizante.

Diferentes opiniões dividiam o pensamento da elite carioca acerca dessas crendices populares. O debate a respeito dos mais variados assuntos era uma das práticas que preenchiam a vida da sociedade, e a crença em poderes extraterrenos era um entre tantos outros temas que permeavam as palestras dos encontros nos salões, nas visitas entre as famílias abastadas, nos clubes, entre outros. A irmã de Natividade recorre ao conselheiro Aires para saber o que este pensava da cabocla do Castelo e, por conseguinte, sua opinião sobre esse tipo de fé em particular:

- Chega a propósito, conselheiro, disse Perpétua. Que pensa o senhor da cabocla do Castelo?

Aires não pensava nada, mas percebeu que os outros pensavam alguma coisa, e fez um gesto de dois dedos. Como insistissem, não escolheu nenhuma das opiniões, achou outra, média, que contentou a ambos os lados, coisa rara em opiniões médias. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 42)

As figuras portadoras de poderes sobrenaturais eram motivo de discussões e polêmicas entre os habitantes da cidade. Aires, seguidamente consultado quanto aos mais variados tópicos e questões, também o é quanto à cabocla. Haja vista a sua atitude na ocasião, depreendemos sua total indiferença para com a pitonisa, tópico de discussão naquela circunstância. Apenas por perceber que havia uma discordância sobre o assunto, e que ela era relevante para a prosa, o diplomata encontra um meio-termo entre as opiniões demonstradas até ali, com a finalidade de não discordar de ninguém.

Embora muito diferentes em suas concepções originais, a convivência de variadas crenças religiosas fazia-se presente naquele variado universo. O pesquisador Renault afirma que

a crendice, a superstição, a curiosidade pelas coisas extraterrenas – observadas em outros povos – vão ficar entre os traços predominantes do *ethos* fluminense. [...] Ansioso por informar-se dos acontecimentos que o aguardam – a exemplo do que se passa com a sociedade de nossos dias – o

fluminense recorre também às cartomantes para a leitura da mão. (RENAULT, 1976, p. 139-140)

O desejo de conhecer o futuro parece ser um anseio demonstrado pela população em geral desde épocas primordiais. O conto intitulado “A cartomante”, do livro *Várias histórias*, de 1896, dá indícios de ser esse anseio sobre o conhecimento do destino algo comum na sociedade. Sendo assim, entendemos que o interesse pelo sobrenatural era parte constituinte do imaginário carioca.

Em *Esau e Jacó*, a curiosidade pelos feitos da vidente do Castelo torna-se comentário nas altas rodas da sociedade carioca, que também se deixara levar por superstições e mistérios como forma de encontrar respostas às questões que transcendiam a razão humana.

Nem sempre as tradições conseguem ser perpetuadas ao longo de todas as gerações de uma família. No que concerne à opção religiosa não é diferente, uma vez que a fé tem relação direta com as concepções de cada indivíduo, enquanto sujeito capaz de questionar e discernir o que crê ser certo ou errado para si próprio. A diferença de crenças dentro de uma mesma família fica explícita no decorrer do romance e ressalta a multiplicidade de credos que coabitavam a cidade no século XIX:

Às nove horas da manhã seguinte, Natividade estava pronta para ir à missa que mandava dizer na Matriz da Glória; nenhum dos filhos se lhe apresentou. [...]

A missa era aniversária, como dizia o bilhete. Uso velho; o pai tinha a sua missa, a mãe outra, os irmãos e parentes outras. Não lhe esqueciam datas obituárias, como não lhe esqueciam natalícias, quaisquer que fossem, amigas ou parentas; trazia-as todas de cor. Doce memória! (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 202)

Na casa da família Santos, cada um parece possuir a sua própria fé: a mãe ia à igreja católica e acreditava nas predições da adivinha do Castelo; o pai frequentava as missas católicas, entretanto, começava a estudar os princípios do espiritismo; a tia era católica fervorosa, porém, confiava nas palavras da vidente; os irmãos seguiam cegamente a concepção política, deixando de acompanhar a mãe nas missas, apesar dos nomes de santos que receberam. A mistura de crenças está dentro das famílias, na concepção das próprias personagens que tendem a diferentes doutrinas em um momento que propiciava justamente a divisão interior do ser humano (BERMAN, 1986, p. 175), alteração esta que mexia com as opiniões e valores do homem.

A alienação ou o desconhecimento da fé professada pelo próximo era uma das atitudes comuns em um tempo no qual a individualidade começava a tomar proporções

gigantescas. Respeitar ou interessar-se pela crença do seu semelhante parecia não ser fundamental para o convívio harmonioso dos seres humanos:

- Mas você é espírita, ponderou a mulher.
 - Perdão, não confundamos, replicou ele com gravidade.
 Sim, podia consentir numa consulta espírita; já pensara nela. Algum espírito podia dizer-lhe a verdade em vez de uma adivinha de farsa... Natividade defendeu a cabocla. Pessoas da sociedade falavam dela a sério. Não queria confessar ainda que tinha fé, mas tinha. Recusando ir outrora, foi naturalmente a insuficiência do motivo que lhe deu a força negativa. Que importava saber o sexo do filho? Conhecer o destino dos dois era mais imperioso e útil. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 13)

Até mesmo entre as famílias, o desinteresse acerca das crenças do outro fazia-se presente. O interesse única e exclusivamente em sua própria fé bastava ao simpatizante de determinado credo religioso, não importando o que os preceitos do outro tivessem a ensinar. O casal Santos é o retrato dessa indiferença frente à doutrina alheia.

Em contrapartida, o amor consanguíneo parece ser o elo que apaga ou ameniza as diferenças. Através desse sentimento tão afeito à natureza humana, capaz de dissipar pensamentos opostos, bem como de acalantar os que dele necessitam, é que uma possível unidade floresce dentre as divergências. O amor parece ser aproximado a um tipo de “religião universal” que a todos pertence, como nos assevera o próprio narrador:

Daí a pouco, Santos pegou na mão da mulher, que a deixou ir à toa, sem apertar a dele; ambos fitavam os meninos, tendo esquecido a zanga para só ficarem pais.
 Já não era espiritismo, nem outra religião nova; era a mais velha de todas, fundada por Adão e Eva, à qual chama, se queres, paternalismo. Rezavam sem palavras, persignavam-se sem dedos, uma espécie de cerimônia quieta e muda, que abrangia o passado e o futuro. Qual deles era o padre, qual o sacristão, não sei, nem é preciso. A missa é que era a mesma, e o evangelho começava como o de São João (emendado): “No princípio era o amor, e o amor se fez carne”. Mas venhamos aos nossos gêmeos. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 13)

Na passagem, percebemos a menção ao Gênesis através das figuras de Adão e Eva – patriarcas da raça humana e pais dos irmãos Caim e Abel. O amor aos seus descendentes é mais antigo do que a passagem bíblica que o menciona. O afeto que une os progenitores a seus filhos supera toda a forma de desavença ou discórdia familiar no que diz respeito a assuntos de ordem religiosa, uma vez que o pai era espírita e a mãe acreditava nos oráculos místicos.

A referência ao livro do Gênesis é, desde o título provisório – *Ab Ovo* – até o definitivo – *Esau e Jacó* –, repetida diversas vezes ao longo do romance. A história dos

protagonistas Pedro e Paulo também apresenta analogias com a escritura sagrada, que retrata a desavença entre os irmãos gêmeos filhos de Isaac e Rebeca. Outro livro bíblico é mencionado na sequência do relato: o Evangelho segundo São João, ratificando, assim, a relevância da questão religiosa nesta obra.

O crescimento econômico de um período histórico pode ter suas origens nas mais variadas fontes. O jogo e as fraudes são exemplos comuns de enriquecimento rápido na época do chamado “Eldorado brasileiro”, como já referimos anteriormente. Entretanto, até mesmo alguns raros casos de abusos com a fé religiosa podem servir de meio ao enriquecimento ilícito, como é o caso do ex-pedinte Nóbrega:

Chamava-se então Nóbrega; outrora não se chamava nada [...] a recente mãe deitou uma nota de dois mil-réis à bacia do andador. A nota era nova e bela; passou da bacia à algibeira, no fundo de um corredor, não sem algum combate.

Poucos meses depois, Nóbrega abandonou as almas a si mesmas, e foi a outros purgatórios, para os quais achou outras opas, outras bacias e finalmente outras notas, esmolas de piedade feliz. Quero dizer que foi a outras carreiras. Com pouco deixou a cidade, e não se sabe se também o país. Quando tornou, trazia alguns pares de contos de réis, que a fortuna dobrou, redobrou e tresdobrou. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 171)

Rezar para as almas do purgatório era o ofício desse andador que, em troca de algum dinheiro, ofertava suas preces aos parentes e amigos mortos das pessoas. No entanto, uma generosa esmola destinada à missa das almas fora surrupiada por esse irmão das almas que, a partir de então, adquirira fortuna e largara seu antigo trabalho. O ato anticristão aparece aqui como um degrau na escalada para obter riqueza entre as inúmeras oportunidades que se apresentavam naquela fase favorável pela qual o país vinha passando na esfera econômica.

No século XIX, uma variedade de crenças religiosas rondava o imaginário popular brasileiro. Entre elas, o catolicismo, as derivadas dos escravos de África, como o candomblé, e a nova doutrina em ascensão no período: o espiritismo. O apego a uma ou mais crenças é prática comum na segunda metade do século XIX. A fé como parte fundamental e integrante do ser humano não deixa de ser enfatizada nesse romance que desvela singularidades, como, por exemplo, o misticismo do período. A miscigenação e o convívio com culturas diferentes propiciava a mistura de credos e favorecia a inserção de novas práticas religiosas naquele contexto plurirracial. Até o aproveitamento financeiro através de atos ditos puros e sagrados é posto em evidência numa época em que o capitalismo passa a reger o comportamento humano sobrepondo-se mesmo à própria fé e aos valores espirituais.

3.3 Costumes

Passeios, visitas a amigos e parentes, idas ao teatro, jogos de cartas, jantares são apenas algumas das atividades que faziam parte da rotina de vida da sociedade carioca. A vinda da família Real para o Brasil, em 1808, traz mudanças ao pacato cotidiano dos 60 mil habitantes da capital do Império. Segundo Renault,

Os costumes da Corte recém-chegada aos poucos se transmitem ao habitante fluminense e se introduzem na sua vida cotidiana. Seus hábitos se transformam: no *comer*, no *vestir*, nas *maneiras*. Os nobres da Corte dão o exemplo do luxo, se bem que de um luxo pesadão e de mau gosto. Essa insistência em copiar o luxo das Cortes européias vai ser uma constante no decorrer da monarquia. (RENAULT, 1976, p. 121, grifos do autor)

Embora seja de “mau gosto” o luxo da Corte portuguesa, o exemplo não deixa de ser seguido pela elite. Após a abertura dos portos às nações amigas, mercadorias da França, Itália, Inglaterra etc. invadem o comércio do Rio de Janeiro, variando ainda mais as tendências e hábitos locais.

Os costumes da sociedade são assunto bastante enfatizado ao longo da narrativa. Parece que o narrador Aires, por estar mais distante e ser recém-chegado àquele meio, consegue vislumbrar as ocupações e afazeres dos novos ricos, tendo o olhar privilegiado de um *outsider*, já que, há pouco tempo, tinha ele retornado da Europa, possuindo o distanciamento necessário para avaliar as mudanças da sua terra natal.

De modo a esquecer problemas ou aborrecimentos de qualquer natureza, a busca por afazeres prazerosos e distrações são alguns dos meios encontrados pelas pessoas para fugirem das preocupações. Naquele tempo, isso parece não ser muito diferente. O pai dos gêmeos, tentando não pensar sobre a suposta briga dos seus filhos ainda no ventre materno, encontra no jogo uma fuga àquela ideia fixa: “Santos [...] quis esquecê-la. Jogou essa noite, como de costume; na seguinte, foi ao teatro; na outra a uma visita; e tornou ao voltarete do costume, e a briga sempre com ele. Era um mistério” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 39). O estudioso Renault assevera que a presença do jogo nas sociedades como modalidade de distração tem sua origem em tempos remotos e na segunda metade do século XIX:

o voltarete é então muito apreciado. [...] O *gamão*, o *poquer* [*sic*], o *solo*, o *uiste* [*sic*] são outros jogos ou passatempos caseiros já conhecidos e praticados. O *jogo-de-dama* está entre esses; o *xadrez* começa a ser

divulgado. O gosto pelo jogo pode ser avaliado pela existência de uma sala apropriada aos jogos nas residências de recursos. (RENAULT, 1976, p. 152, grifos do autor)

Ter um local destinado especialmente aos jogos era comum nas casas das famílias mais abastadas, o que se deve ao estabelecimento daquela atividade entre os costumes masculinos, como nos explica o estudioso. Mesmo num período de grandes transformações por que passava a capital, sua prática não é deixada de lado:

Quis resistir; não era bonito que, no próprio dia em que o regímen caíra ou ia cair, entregasse o espírito a recreações de sociedade... Acharia um pretexto para resistir, se buscasse algum, mas amigos e cartas não deixavam buscar nada. Santos acabou aceitando. Provavelmente era essa mesma a inclinação íntima. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 156)

O voltarete – distração típica dos homens oitocentistas – não foi desprezado por essa personagem, mesmo diante do turbilhão de mudanças que se passavam principalmente no campo político e que tinham reflexos em diversas outras áreas, como no plano econômico, que lhe dizia respeito em particular. Há uma conservação da rotina daquelas pessoas que, de alguma maneira, não foi suspensa ou quebrada. O exercício constante do jogo e o seu enraizamento nos costumes diários tornam-no tão essencial ao seu cotidiano que o banqueiro sequer consegue suspendê-lo, ainda que soubesse da tensa situação. Num primeiro momento, Santos tenta não aceitar os apelos atrativos daquela distração, mas cede ao passatempo. Seus instintos e a insistência dos amigos levam-no a jogar até num tempo de incertezas.

O apreço a tal costume entre o sexo masculino está expresso nas palavras do narrador que exacerba a sua relevância:

Não foi preciso aceitar nem recusar o convite de Santos; chegaram dois habituados do jogo, e com eles Batista, que estava na saleta próxima, Santos foi ao recreio de todas as noites. Um daqueles era o velho Plácido, doutor em espiritismo; o segundo era um corretor da praça, chamado Lopes, que amava as cartas pelas cartas, e sentia menos perder dinheiro que partidas. Lá se foram ao voltarete. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 77)

Num momento de agitação financeira, no qual as leis do capitalismo imperam e regem as atitudes das pessoas passando por cima de escrúpulos, o voltarete parece ter uma tradição consagrada. A metáfora “sentia menos perder dinheiro que partidas” mostra o quanto esse jogo é importante.

Alguns ambientes são muito prestigiados pelas personagens, tais como o teatro, os restaurantes, as salas de recepções, os clubes, as lojas, entre outros. O costume de frequentar cada um desses lugares fazia parte de um ritual característico de toda uma época que oferecia

opções de lazer e entretenimento. Alguns dos locais que faziam parte da rotina de vida das pessoas estão presentes na narrativa e são contemplados pelas personagens:

Vejam os que é que estes ajustaram. Vinham de estar com Aires no teatro, uma noite, matando o tempo. Conheceis este dragão; toda a gente lhe tem dado os mais fundos golpes que pode, ele esperneia, expira e renasce. Assim se fez naquela noite. Não sei que teatro foi, nem que peça, nem que gênero; fosse o que fosse, a questão era matar o tempo, e os três o deixaram estirado no chão.

Foram dali a um restaurante. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 197)

A busca por companhia em diversões de todo o gênero parece ir ao encontro da necessidade do ser humano de aproximar-se do seu próximo. Compartilhar momentos de regozijo junto àqueles que nos fazem bem parece, de alguma forma, duplicar a intensidade daqueles instantes. É o que percebemos com os gêmeos e o conselheiro (este considerava-se pai postiço dos irmãos), que estendem a programação primeira da ida ao teatro, finalizando a noite num restaurante – outro hábito da elite carioca.

Renault enumera alguns entretenimentos comuns entre os membros da elite em meados dos oitocentos: “a sociedade fluminense se distrai e se descontraí no teatro, nas festas religiosas, nas corridas do Prado Fluminense, nos passeios a cavalo ou a pé pelos arredores do Rio” (RENAULT, 1976, p. 155). Notamos que o teatro está entre as principais distrações das pessoas no período. O pesquisador explica que “já em 1815 o teatro é apreciado pela reduzida população letrada, [...]. O Regente D. João procura incentivar a arte cênica e o teatro passa a ser mais frequentado. Uns iam para ver o espetáculo; outros, porque lá estariam o monarca e sua Corte” (RENAULT, 1976, p. 144). Também era de lá que surgiam os flertes e, na maioria das vezes, era ali que os jovens marcavam seus encontros amorosos:

Todo esse dia foi inquieto e complicado. Flora pensou em ir ao teatro para que os gêmeos não a achassem à noite. Iria cedo, antes da hora da visita. A mãe mandou comprar o camarote, e o pai aprovou a diversão, quando veio jantar, mas a filha acabou com dor de cabeça, e o camarote ficou perdido. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 208-209)

O ajuste entre rapazes e moças para se encontrarem no teatro era prática corriqueira. Levar a filha ao teatro também era costume dos pais quando chegava a hora desta encontrar casamento. Nesse caso, o teatro serviria de vitrine àquela jovem que lá seria observada pelos olhos dos rapazes interessados no matrimônio. Os pais de Flora aprovam de imediato a ideia da filha de irem juntos ao teatro, demonstrando o gosto das pessoas por tal diversão.

A rotina dos “moçoilos” daquele tempo que cursavam uma faculdade tem presença notória na narrativa e mostra o ritual típico de muitos rapazes membros da elite burguesa: “A verdade é que Pedro tinha seus companheiros de escola, os namoros de rua e de aventura, os partidos de teatro, os passeios à Tijuca e outros arrabaldes” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 85). Além das novas amizades que faziam no ambiente escolar, esses jovens divertiam-se com eventuais namoros de rua; com as peças de teatro e os flertes que de lá surgiam; com as idas a outros bairros da cidade, enfim, a rotina de um estudante, a qual pôde ser muito bem ilustrada por um dos gêmeos, não passa imune aos olhos do narrador.

Contrariamente do que vemos nos dias atuais, no século XIX percebe-se uma diferença marcante entre o universo feminino e o masculino, de modo que era possível separar o que pertencia a um e a outro campo sem muita dificuldade. Homens e mulheres desempenhavam funções diferentes na sociedade e possuíam interesses opostos, uma vez que a educação dada a cada sexo em particular era, por assim dizer, totalmente distinta.

Nos momentos de reuniões e encontros familiares, era comum as mulheres formarem pequenos grupos entre si, e o mesmo acontecia com os homens. A diferenciação no que diz respeito aos interesses particulares de homens e mulheres, pode ser vista no capítulo intitulado “Noite de 14”, no qual o tema dos diálogos entre damas e cavalheiros distingue-se por completo:

Quando a maioria saiu, ficou só a porção mais íntima, três ou quatro homens a um canto da sala, falando e rindo de ditos e anedotas. Não conversavam de política, e aliás não faltaria matéria. As moças, pela segunda ou terceira vez, trocavam as impressões do grande baile recente. Também falavam de músicas e teatros, das festas próximas de Petrópolis, da gente que ia naquele ano, e da que só iria em janeiro. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 139)

Jantares e recepções desse tipo eram práticas comuns àquele meio e, esta recepção, em especial, diferenciava-se por ser a última do ano oferecida pela família Santos. Porém, ao final do jantar, a separação entre homens e mulheres torna-se evidente, bem como os respectivos assuntos, que apontam, com alguma tenacidade, para os interesses e pensamentos distintos dos dois universos em questão. Elas falavam sobre as impressões do último baile – o famoso Baile da Ilha Fiscal –, das festas ainda por acontecer em Petrópolis, das gentes que lá estariam, além de mencionarem os teatros e as músicas; enquanto isso, os homens faziam piadas e divertiam-se às custas de anedotas, negando, por completo, as questões de âmbito político, que, para o narrador, seria uma temática rica.

Percebemos a importância do convívio em sociedade, seja nas reuniões familiares, seja na frequência ao teatro. No entanto, contrariando as convenções, nos primeiros tempos de seu regresso à capital, Aires leva uma vida introspectiva e isolada:

A princípio, Aires cumpriu a solidão, separou-se da sociedade, meteu-se em casa, não aparecia a ninguém ou a raros e de longe em longe. [...] Assim foi a princípio. Às quintas-feiras ia jantar com a irmã. Às noites passeava pelas praias, ou pelas ruas do bairro. O mais do tempo era gasto em ler e reler, compor o *Memorial* ou rever o composto, para relembrar as coisas passadas. [...] Mas tudo cansa, até a solidão. Aires entrou a sentir uma ponta de aborrecimento; bocejava, cochilava, tinha sede de gente viva, estranha, qualquer que fosse, alegre ou triste. A gente estranha tinha a vantagem de lhe tirar a solidão, sem lhe dar a conversação. As visitas de rigor que ele fazia eram poucas, breves e apenas faladas. E tudo isso foram os primeiros passos. A pouco e pouco sentiu o sabor dos costumes velhos, a nostalgia das salas, a saudade do riso, e não tardou que o aposentado da diplomacia fosse reintegrado no emprego da recreação. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 80-81)

Todavia, os velhos costumes são novamente desejados pela personagem, sua natureza clama por uma rotina de distração junto às pessoas. O homem, como as demais espécies animais, é um ser social por natureza³⁰ e, por essa razão, procura estar onde os seus iguais estiverem.

Algumas das regras sociais arraigadas são, na maioria das vezes, impostas pela repetição dos mesmos costumes. Era de bom-tom a aceitação de convites de qualquer natureza, o que se torna um hábito, devido à recorrência e prática desse ato na sociedade. Em muitos casos, conceder em fazer algo está mais de acordo com os códigos socialmente firmados que com o gosto de realizá-lo:

- A outra é pedir-lhe um obséquio de amizade.
 - Peça.
 - Não, agora não, já nos vamos embora; mamãe e papai estão fazendo as despedidas. Só se for na rua. Quer vir conosco a São Clemente?
 - Com o maior prazer.
 Entenda-se que não. Não era com prazer maior nem menor. Era imposição de sociedade. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 125)

A simples recusa de um convite pode vir a ser interpretada como intolerância ou falta de educação aos olhos dos outros. Aires aceita o convite de Flora num gesto quase mecânico, pois assim ditavam as regras impostas por aquela sociedade, como nos revela o narrador. Além do mais, a própria natureza do conselheiro fazia-o concordar com tudo e com todos: “Era cordato [...]. Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 42). Tal

³⁰ Ver os estudos de Lewis Mumford em seu livro *A cidade na história*.

tendência empurrava o diplomata e fazia-o estar em consonância com os tão prezados códigos sociais.

Falar línguas estrangeiras, tocar música, saber desenhar e coser estavam entre as habilidades requeridas às mulheres que viviam no século XIX. Alguns dos prerequisites para se arrumar um bom casamento naquela sociedade demandaria da moça o domínio de um segundo ou até um terceiro idioma, saber as tarefas do lar, além de ser conhecedora de música ou artes, enfim qualidades que toda a mulher deveria ter:

Bateu paternalmente na palma da mão de Flora, e perguntou pelos estudos. Os estudos iam bem; como é que não iriam bem os estudos? E sentando-se ao pé dele, a mocinha confessou que tinha idéia justamente de aprender desenho e pintura, mas se havia de pôr tinta de mais ou de menos, e acabar não pintando nada, melhor seria ficar só na música. A música ia bem com ela, o francês também, e o inglês.

- Pois só a música, o inglês e o francês, concordou Aires. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 82-83)

O ajuste aos padrões impostos socialmente era obrigatório às moças da elite ou de famílias que galgavam esse posto. A demonstração do enorme interesse de Aires para com as aptidões de Flora aponta para os aprendizados esperados das jovens. O desempenho satisfatório da moça na área da música e línguas dispensava o dom para a pintura, aos olhos do conselheiro.

Outro aspecto revelador dos costumes de uma sociedade está nos bens por ela ostentados. Alguns objetos podem ser característicos de toda uma época, por carregarem consigo uma simbologia que desvelará, *a posteriori*, padrões e hábitos típicos de um determinado momento da história. Um dos objetos indispensáveis nas casas das nobres famílias era o piano:

Em vão eles mudavam da esquerda para a direita e da direita para a esquerda. Flora mudava os nomes também, e os três acabavam rindo. A familiaridade desculpava a ação e crescia com ela. Paulo gostava mais de conversa que de piano; Flora conversava. Pedro ia mais com o piano que com a conversa; Flora tocava. Ou então fazia ambas as coisas, e tocava falando, soltava a rédea aos dedos e à língua. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 84)

Esse instrumento foi símbolo de elegância e estilo, como nos mostra Renault: “o gosto imobiliário é uma questão essencial para uma família de posse. [...]. Na sala de visitas se acha o invariável piano, que passa a ser mania nas residências desde os idos de 1810” (RENAULT, 1976, p. 153). A música do piano divertia e animava os encontros e festas, completando as distrações da sociedade.

Há até mesmo um capítulo, que recebe o título “Ao piano”, no qual Flora liberta-se dos seus problemas ao tocar uma sonata. Nesse caso, ele servia como um meio de fuga, propiciando-lhe o esquecimento daquilo que a atormentava:

Flora não era avessa à piedade, nem à esperança, como sabeis; mas não ia com a agitação dos pais, e meteu-se com o seu piano e as suas músicas. Escolheu não sei que sonata. Tanto bastou para lhe tirar o presente. A música tinha para ela a vantagem de não ser presente, passado ou futuro; era uma coisa fora do tempo e do espaço, uma idealidade pura.

- Lá, lá, dó, ré, sol, ré, ré, lá, ia dizendo o piano da filha, por essas ou por outras notas, mas eram notas que vibravam para fugir aos homens e suas dissensões. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 160-161)

O esmero com que aprimorava sua capacidade musical, além de encaixá-la nas exigências ditadas pelas regras sociais, trazia paz em momentos de extrema agitação ou desordem à alma daquela jovem. A total entrega ao piano e à música fazia com que esquecesse a ambição dos pais com o advento da república. A serventia do instrumento para aliviar a angústia em que vivia o faz merecedor de um capítulo especial, destacando ainda mais sua importância.

Além do tradicional piano, outros artefatos característicos de uma época podem ser vistos e lembrados em *Esau e Jacó*. A caneta-tinteiro, por exemplo, foi de grande valia nas últimas décadas do século XIX e atribuía valores elevados aos seus usuários:

D. Perpétua aprovou os sentimentos do confeiteiro. Citou, a propósito, o tinteiro de Evaristo. A irmã sorriu para o marido, e este para a mulher, como se dissessem: “lá vem ele!” Era um tinteiro que servira ao famoso jornalista do primeiro reinado e da Regência, obra simples, feita de barro, igual aos tinteiros que a gente chã comprava nas lojas de papel daquele e deste tempo. O sogro de D. Perpétua, que lho dera em lembrança, tivera um da mesma idade, massa e feição.

- Veio assim de mão em mão parar às minhas. Não chega aos tinteiros do mano Agostinho nem de Natividade, que são luxuosos, mas tem grande valor para mim.

- Sem dúvida, concordou Aires, valor histórico e político.

- Meu sogro dizia que dele saíram os grandes artigos da Aurora. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 118)

O valor sentimental outorgado pela personagem Perpétua a um tipo de tinteiro inferior, feito de barro, contrasta com os tinteiros “luxuosos” usados pelo rico casal Santos. O surgimento da caneta-tinteiro, por volta de 1869, causou grande novidade entre a população letrada (RENAULT, 1976, p. 133).

Outro costume da época que convém ressaltar é a amamentação dos filhos por amas-de-leite. Esta prática foi largamente empregada nos oitocentos, tanto na Europa quanto na América do Norte e também no Brasil. Segundo Alencastro, “o hábito do aleitamento

materno seguia a escala inversa da renda familiar. Assim, o aluguel de amas-de-leite representava uma atividade econômica importante nas cidades” (ALENCASTRO, 1998, p. 63). Assunto polêmico no período, o aleitamento materno vinha sendo amplamente discutido na Europa, com relação aos inúmeros benefícios decorrentes da sua prática à criança, pois se acreditava que era possível transmitir ao bebê, através do leite, as qualidades culturais da mãe. Em *Esau e Jacó*, os protagonistas do romance são amamentados por amas-de-leite:

Os gêmeos, não tendo que fazer, iam mamando. Nesse ofício portavam-se sem rivalidade, a não ser quando as amas estavam às boas, e eles mamavam ao pé um do outro; cada qual então parecia querer mostrar que mamava mais e melhor, passeando os dedos pelo seio amigo, e chupando com alma. Elas, à sua parte, tinham glória dos peitos e os comparavam entre si; os pequenos, fartos, soltavam afinal os bicos e riam para elas. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 50)

Por vezes, a dedicação dispensada aos meninos causava rivalidade entre as amas. O apego dessas figuras com a criança amamentada podia ser interpretado de duas maneiras: afeição verdadeira ou interesse em gratificações por parte da família. Em caso de aluguel de uma ama-de-leite, esta nutria uma esperança de valorização dentro daquela família, como nos mostra os estudos do médico Ferreira Pinto: “a ama escrava é muitas vezes seduzida e embalada pela esperança de distinção, amizade, bom passadio, recompensas ou alforria da parte dos senhores ou dos pais das crianças, quando são alugadas” (FERREIRA PINTO *apud* ALENCASTRO, 1998, p. 66). Era na hora da despedida que reações demasiadamente exageradas surgiam por parte dessas mulheres contratadas para amamentar, como acontece com as amas de Pedro e Paulo:

A operação de desmamar podia fazer-se em meia linha, mas as lástimas das amas, as despedidas, as bichas de ouro que a mãe deu a cada uma delas, como um presente final, tudo isso exigia uma boa página ou mais. Poucas linhas bastariam para as amas-secas, porquanto não diria se eram altas nem baixas, feias ou bonitas. Eram mansas, zelosas do ofício, amigas dos pequenos, e logo uma da outra. Cavalinhos de pau, bandeirolas, teatros de bonecos, barretinas e tambores, toda a quinquilharia da infância ocuparia muito mais que o lugar de seus nomes. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 51)

Tal ofício parece ter sido praticado da forma mais amável e dócil possível no século XIX, uma vez que a espera por uma grande retribuição àqueles serviços prestados apareceria somente no momento do desmame. A fim de substituir essas mulheres, brinquedos e presentes variados eram dados às crianças como forma de compensação. No romance, vemos claramente a resistência das amas-secas a largarem suas crias postíças. O dinheiro não

é suficiente, pois a esperança de receber uma valorização maior era nutrida por essas escravas que, em alguma medida, se doavam para alimentar os filhos dos senhores.

Uma das práticas sociais mais comuns era a subida a Petrópolis entre os meses de dezembro e fevereiro: “ia chegando o tempo de ir para Petrópolis; propriamente, chegara. Natividade cuidava de subir com os filhos. Sempre haveria lá no alto damas elegantes, diversões, alegria” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 190). Diferentes atividades aguardavam as pessoas naquela cidade serrana, bem como descanso e renovação de ares, o que satisfaria todos os gostos.

A necessidade de uma rotina diária parece ser essencial e benéfica aos seres humanos. Em razão disso, as pessoas organizam suas vidas de modo a administrar eventos e tomar parte no círculo social a que pertencem:

Natividade ponderou que eles podiam fazer tudo entre as duas barcas de Petrópolis; desciam, almoçavam, trabalhavam, e às quatro horas subiriam, como a demais gente. Em cima achariam visitas, música, bailes, mil coisas belas, sem contar as manhãs, a temperatura e os domingos. Eles defenderam o estudo, como sendo melhor por muitas horas seguidas. [...] Chegaram a acordo. Eles subiriam aos sábados e desceriam às segundas; o mesmo por ocasião de dias santos e festas de gala. Natividade contava com o costume e as atrações. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 204-205)

A alteração dos hábitos na época das férias em Petrópolis exigia uma reprogramação baseada nos antigos costumes já conhecidos. Percebemos que as famílias burguesas deixavam a capital e mudavam-se para aquela cidade, na qual possuíam uma residência para os dias quentes do verão. Os inúmeros atrativos que lá existiam – como, por exemplo, os bailes, a música, as visitas aos novos vizinhos e a temperatura agradável – atrelavam-se à necessidade de encontrar naquela nova morada, uma espécie de vida regrada, porém, muito mais prazerosa, naqueles meses de descanso e lazer. Natividade, como os outros membros da elite carioca, tinha, nos tradicionais eventos já arraigados daquele lugar, um artifício para a persuasão da subida diária dos seus filhos.

Além de um local de descanso e lazer, Petrópolis tornou-se, na segunda metade do século XIX, a cidade abrigo das epidemias que assolavam a capital nos meses de verão:

O ambiente epidemiológico da corte levou a família imperial a tornar regulares, a partir de 1847, os veraneios em Petrópolis, vila promovida a cidade dez anos mais tarde [...]. Nesse contexto, Petrópolis surgia como uma solução de sanitarismo urbanístico, como uma medida profilática em benefício da família real e da elite da corte: dado que era impossível sanear o Rio no verão, tempo de todos os perigos, o imperador e seus próximos batiam em retirada, mudavam-se para a montanha. (ALENCASTRO, 1998, p. 68)

Muito mais que um local de repouso e lazer, Petrópolis era um refúgio aos habitantes abastados do Rio de Janeiro que se mudavam, literalmente, para as montanhas durante o quente verão carioca. A alteração na rotina com o período de férias em Petrópolis, deixa evidente um cotidiano de poucas obrigações e uma atmosfera de tranquilidade:

Natividade vivia agora enamorada dos filhos. Levava-os a toda parte, ou guardava-os para si [...]. Notícias e boatos do Rio de Janeiro eram objeto de conversação nas casas a que estes iam, sem os convidar a sair da abstenção voluntária. As recreações pouco a pouco os tomaram, algum passeio de carro ou a cavalo, e outras diversões os traziam unidos. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 139)

Todavia, os assuntos e problemas da capital não eram esquecidos pelos que lá veraneavam. Um roteiro de entretenimento diferenciado, afastado das agitações do Rio, parecia trazer uma energia nova aos que para lá viajavam. As inúmeras e variadas distrações como visitas, passeios de carro, montaria em cavalos, entre outras diversões próprias daquele lugar, enriqueciam o repertório de atividades que atraía os membros da elite, além de lhes possibilitar a fuga do calor excessivo do verão tropical do Rio de Janeiro.

O final da temporada de férias em Petrópolis também encontra espaço na narrativa deste Aires que desbrava os sentimentos desencontrados do casal Santos com o retorno à capital:

Assim chegaram ao tempo em que a família Santos desceu, ainda que a contragosto de Natividade. Ela temia que, mais perto do governo, a discórdia política acabasse com a recente harmonia dos filhos, mas não podia lá ficar. A outra gente vinha descendo. Santos queria os seus velhos hábitos, e deu algumas razões boas, que Natividade ouviu depois ao próprio Aires. [...] O tempo trouxe o fim da estação, como nos outros anos, e Petrópolis deixou Petrópolis. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 237)

No caso de Santos, a falta de seus hábitos antigos falava mais alto e, aos poucos, foi modificando o pensamento hostil da esposa (em sintonia com o costume serrano e seus próprios interesses), até que “Petrópolis deixou Petrópolis”, ou melhor, as famílias abastadas, uma a uma, retornavam ao Rio de Janeiro e abandonavam a outra cidade, que era representativa de um estilo de vida singular exibido pelos ricos. Por mais que lá existisse um roteiro com atividades predefinidas e por demais conhecidas de seus apreciadores, Petrópolis era uma cidade de veraneio e lazer àqueles poucos privilegiados que para lá subiam. E, por essa razão, no final de cada temporada acontecia a mesma e já conhecida prática.

Através deste panorama sobre os costumes da sociedade carioca *fin-de-siècle*, percebemos o ritual que guiava a vida daquelas pessoas e as regras sociais a que estavam

atreladas. Visitas, recepções, teatro, jogo de cartas e passeios eram algumas das distrações que preenchiam o tempo dos indivíduos há dois séculos. Alguns objetos singulares de outrora caracterizam as necessidades distintas por que passamos ao longo do tempo. Por sua vez, os afazeres masculinos e femininos, tão diferenciados naquele período, deixam marcas do processo de transformação ocorrido através dos anos em ambos os universos. Esses hábitos e costumes, tão característicos de uma época, passam a ser reveladores de sutilezas acerca do modo de viver, pensar e agir oitocentista, o que nos leva a compreender algumas atitudes das personagens no decorrer da trama, bem como a atentar para a evolução ou permanência de muitos deles em nosso próprio tempo.

4 MODERNIDADE E PRIMITIVISMO NO RIO DE JANEIRO

O olho do homem serve de fotografia ao invisível como o ouvido serve de eco ao silêncio. (Machado de Assis, *Esau e Jacó*)

O período histórico retratado em *Esau e Jacó* refere-se a um dos mais conturbados da história do Brasil. Inúmeras transformações nas mais diversas esferas sucederam-se, tais como, mudança de regime político, alterações na fisionomia da cidade, implementação de novos valores interpessoais baseados em práticas e modelos estrangeiros, meios de enriquecimento rápido em virtude das novas tendências econômicas, enfim, uma gama de acontecimentos que surgiram no período e estão contemplados nesse romance.

O advento de meios mais modernos que têm como objetivo facilitar a vida nas cidades acarreta uma necessidade de adaptação do ser humano. Nem sempre o aceite às novidades ocorre de maneira instantânea. Refletindo sobre as transformações vividas pela cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento afirma que

Barbárie e civilização se sucedem, sem maior problema. Todavia, a especificidade da vivência urbana em ritmo de modernização não é a sucessão da barbárie à civilização, como etapas de uma evolução, mas a sua convivência e permanência lado a lado, a acentuar a perversidade do processo de modernização urbana. (PESAVENTO, 2002, p. 225)

Com esta consideração em mente, iniciaremos uma leitura de aspectos específicos de *Esau e Jacó* que deixem clara esta questão de coexistirem lado a lado barbárie e civilização. Numa época em que novas descobertas nas áreas científicas, novos modelos político-econômicos, recentes teorias adentram o universo humano, as antigas concepções e hábitos não serão de imediato dispensados, mas sofrerão uma mudança lenta e gradual como parte do processo sócio-histórico. Por isso, entendemos que a existência concomitante do velho (primitivo) e do novo (moderno) faz parte do processo natural de transformação e metamorfose das cidades com a passagem do tempo.

Neste capítulo, pretendemos esboçar uma leitura guiada, sobretudo, na crença numa escrita de ordem simbólica e/ou metafórica do romance que expõe *le tourbillon*³¹ de mudanças ocorrido na capital brasileira. As próprias palavras do narrador em um de seus

³¹ ROUSSEAU *apud* BERMAN, 1986, p. 18. Imagem de Rousseau em seu livro *Emile, ou De l'éducation*, 1762.

característicos diálogos com seu leitor – “Falo por imagem, sabes que tudo aqui é verdade pura e sem choro” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 105) –, ao representar imageticamente eventos e a própria sociedade, nos fizeram rumar por esse norte tão arriscado e fascinante ao mesmo tempo.

A fim de contextualizar os termos aqui empregados, recorreremos a estudos sobre a significação ou ressignificação das expressões *civilização* e *barbárie*, para que possamos aproximá-las a situações narrativas que nos evidenciam ou desvelam tais aspectos. O estudioso Joël Birman afirma que

nous ne pouvons douter que l’opposition entre civilisation et barbarie ait été constitutive de la modernité en Occident. [...] Aux XIXe siècle, la barbarie fut reconfigurée autour de la figure du *primitif*, et ce dernier fut alors considéré comme une modalité privilégiée de barbarie, dans la mesure où ça façon d’être ne s’accordait pas aux présupposés de la civilisation européenne. (BIRMAN, 2002, p. 169-170, grifo do autor)³²

Em seus estudos, o pesquisador nos mostra a utilização dos dois termos ao longo do tempo e explica que, no século XIX, mais especificamente, o sentido de *barbárie* passou a ser associado com a “figura do *primitivo*” e, portanto, apontaria o desacordo sobre os pressupostos da civilização europeia. Sendo assim, as ideias progressistas vindas da Europa eram tidas como modernas e civilizadas, ao passo que tudo aquilo que ia na contramão daquele modelo seria bárbaro ou primitivo.

Assim, dividimos este capítulo em três subitens. Primeiramente, veremos em que medida os transportes podem ser lidos como símbolos de modernidade e primitivismo no romance. Em seguida, analisaremos pelo mesmo viés as tabuletas do padeiro Custódio e, por fim, atentaremos ao fato de serem os gêmeos representantes centrais desse período de transição de práticas arcaicas para ações mais modernas.

³² Tradução: “Nós não podemos duvidar que a oposição entre civilização e barbárie foi constitutiva da modernidade no Ocidente. [...] No século XIX, a barbárie foi reconfigurada ao redor da figura do *primitivo*, e este último foi então considerado como uma modalidade privilegiada de barbárie, na medida em que seu jeito de ser não estava de acordo com os pressupostos da civilização europeia” (BIRMAN, 2002, p. 169-170, grifo do autor, tradução nossa)

4.1 Os transportes

Um dos aspectos recorrentes ao longo do romance são os inúmeros deslocamentos das personagens. Essas travessias são detalhadamente descritas pelo narrador, que nos informa com precisão minúcias como, por exemplo, o local de partida, o destino, o meio de locomoção utilizado, a companhia da personagem em questão, além das paisagens e dos acontecimentos urbanos percebidos durante o percurso.

Entendemos que essa riqueza de detalhes não seja transcrita em vão por Aires nas páginas de seu livro. Ao abordarmos o meio de transporte utilizado pelas personagens nesses percursos, acreditamos serem os veículos que por elas trafegam portadores dos signos do primitivismo e da modernidade na narrativa. Através da evolução dos meios de locomoção, percebemos o estado da sociedade, a decadência de certas camadas sociais, bem como o surgimento de outras (FAORO, 1976, p. 42).

O capítulo intitulado “Caso do burro” apresenta um dos episódios mais interessantes da narrativa que deixa subentendido as transformações pelas quais passava o Rio de Janeiro no período. A cidade vista como espaço plural que permite a coexistência de contradições e simetrias torna-se, dessa forma, um ambiente singular:

Foi o caso que uma carroça estava parada, ao pé da Travessa de S. Francisco, sem deixar passar um carro, e o carroceiro dava muita pancada no burro da carroça. Vulgar embora, este espetáculo fez parar o nosso Aires, não menos condoído do asno do homem. [...] Já havia algumas pessoas paradas, mirando. Cinco ou seis minutos durou esta situação; finalmente o burro preferiu a marcha à pancada, tirou a carroça do lugar e foi andando. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 97)

O progresso, no que se refere aos meios de locomoção da época, pode ser inferido a partir desse episódio inusitado, que chega até a ganhar um capítulo à parte no romance, atraindo o olhar de Aires e de outras pessoas que ali estavam. O carro só é parado devido ao incidente com uma carroça ao pé da Travessa de S. Francisco. Esse fato coloca em evidência dois transportes utilizados na época e o enorme contraste entre eles: o carro rápido – símbolo, portanto, do progresso; e a carroça, imóvel, vista então como um “obstáculo”, significando assim, um empecilho à chegada da modernização. Vemos, com isso, a modernidade sendo representada através do carro (sinônimo de civilização, portador do desenvolvimento) e o primitivismo pela carroça puxada por um burro (sinônimo de barbárie, prestes a desaparecer).

Dialogando com este episódio de *Esau e Jacó* está o conto “A cartomante”, no qual situação semelhante se passa entre um tálburi e uma carroça:

Camilo ia andando inquieto e nervoso. [...] e seguia, picando o passo, na direção do Largo da Carioca, para entrar num tálburi. Chegou, entrou e mandou seguir a trote largo. [...] Quase no fim da rua da Guarda Velha, o tálburi teve de parar; a rua estava atravancada com uma carroça, que caíra. Camilo, em si mesmo, estimou o obstáculo, e esperou. (MACHADO DE ASSIS, 2008, p. 450)

Da mesma forma que no romance, há uma carroça impedindo o avanço do veículo em que está uma das personagens centrais do conto. Nesse caso, Camilo aprecia a interrupção causada pela carroça, pois temia o encontro com seu amigo Vilela. Entretanto, a recorrência desses acontecimentos e a evidência dada a cada um deles, tanto no conto, como no romance, nos faz refletir sobre o simbolismo presente em tais sugestões narrativas, que evidenciam o bloqueio feito por aquele meio de transporte arcaico e vagaroso aos mais modernos e rápidos que trafegavam pelas ruas.

As palavras de Pesavento acerca da convivência da barbárie e da civilização como partes do processo de modernização são, de alguma maneira, esclarecidas com esses dois veículos que permitem a compreensão da coexistência de elementos bárbaros e civilizados na cidade. A carroça interrompe o trajeto do carro no começo da tal travessa, o que mostra a utilização de ambos os veículos no período, reforçando a eficiência de um, em contraponto com a lentidão do outro.

De volta a *Esau e Jacó*, irônico seria tirarmos proveito da hipotética “fala” de um burro. Entretanto, é do pensamento daquele animal que surge uma possível confirmação sobre a permanência de civilização e barbárie no Rio em ritmo de modernização. O burro roubou algum tempo precioso da vida agitada e corrida da cidade e, quem sabe, seja a chave do problema instaurado nesse capítulo. A cena desperta verdadeiro interesse no conselheiro, que até um monólogo cria ao reparar nos olhos de tal animal que lhe pareciam “o gesto largo de espírito invencível” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 97):

Anda, patrão, atulha a carroça de carga para ganhar o capim de que me alimentas. Vive de pé no chão para comprar as minhas ferraduras. Nem por isso me impedirás que te chame um nome feio, mas eu não te chamo nada; ficas sendo sempre o meu querido patrão. Enquanto te esfalfas em ganhar a vida, eu vou pensando que o teu domínio não vale muito, uma vez que me não tiras a liberdade de teimar... (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 97)

O “pensamento” do burro representa a barbárie que circula pela cidade e parece não querer desaparecer tão facilmente daquele espaço. A liberdade de teimar que não se

acaba, e o enfrentamento do animal ao mando de seu dono pode ser entendido como a presença do primitivismo mesmo em frente ao ímpeto de aceleração e progresso almejado pelo patrão. Este, desejoso da velocidade, alia-se ao moderno; enquanto o outro, com sua lentidão, porquanto não deseja o movimento, está em sintonia com o primitivismo, que é reforçado por sua conclusão que aponta para a ineficácia do mando ou imposição da ordem por parte do seu dono. As duas personagens retratam os acontecimentos que não se sucedem, mas convivem e coexistem lado a lado mostrando a perversidade da chegada da modernização nas grandes cidades (PESAVENTO, 2002, p. 225).

Esse romance mostra uma grande variedade de conduções utilizadas pelas personagens. Uma das vantagens de *Esau e Jacó* é o período histórico avançado de sua trama em relação às demais narrativas do autor, o que favorece o aparecimento de novos carros (como, o *landau*, por exemplo), bem como a decadência de outros. Diversos deles são citados no romance e distinguem-se como veículos particulares ou de transporte coletivo. As famílias abastadas possuíam carros particulares que as levavam de uma parte a outra da cidade. Algumas vezes, membros da elite encontravam-se na rua e utilizavam as carruagens de praça ou até mesmo o bonde, transporte novo e moderno recém implantado na capital.

Símbolo de avanço e rapidez no que concerne aos meios mais modernos de locomoção nos grandes centros urbanos, o bonde é apenas uma vez mencionado em toda a narrativa. Duas personagens o utilizam: Natividade, que vai às compras, e o conselheiro Aires, que entra “de um salto” em tal condução:

Quando, às duas horas da tarde do dia seguinte, Natividade se meteu no bonde, para ir a não sei que compras na Rua do Ouvidor, levava a frase consigo. A vista da enseada não a distraiu, nem a gente que passava, nem os incidentes da rua, nada; a frase ia diante e dentro dela, com o seu aspecto e tom de ameaça. No Catete, alguém entrou de salto, sem fazer parar o veículo. Adivinha que era o conselheiro; adivinha também que, posto o pé no estribo, e vendo logo adiante a nossa amiga, caminhou para lá rápido e aceitou a ponta do banco que ela lhe ofereceu. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 88-89)

A implantação de bondes na cidade data do ano de 1868 e, a partir de então, tornam-se a sensação em termos de transporte coletivo, pois é por meio da utilização de tal veículo que acontece o convívio entre todas as classes sociais (FAORO, 1976, p. 51). Apesar de possuir carros próprios, Natividade passeia de bonde, mostrando a universalidade desse transporte, que era apreciado tanto por membros da elite quanto por populares. Aires utiliza diversos veículos de aluguel em suas travessias e, nessa ocasião, faz uso do bonde.

O deslumbramento de grande parte da população ao ver uma parelha requintada pertencente aos nobres causava falatórios àqueles menos acostumados com esses veículos. O aprimoramento de tais meios de transporte vinha trazendo a eles, aos poucos, beleza e velocidade:

Às oito horas parou um *coupé* à porta; o lacaiio desceu, abriu a portinhola, desbarretou-se e perfilou-se. Saiu um senhor e deu a mão a uma senhora, a senhora saiu e tomou o braço ao senhor, atravessaram o pedacinho de largo e entraram na igreja. Na sacristia era tudo espanto. A alma que a tais sítios atraía um carro de luxo, cavalos de raça, e duas pessoas tão finas não seria como as outras almas ali sufragadas. [...] Já então havia na igreja meia dúzia de crianças maltrapilhas, e, fora, alguma gente às portas e no largo, esperando. O senhor, chegando à porta, relanceou os olhos, ainda que vagamente, e viu que era objeto de curiosidade. A senhora trazia os seus no chão. E os dois entraram no carro, com o mesmo gesto, o lacaiio bateu a portinhola e partiram.

A gente local não falou de outra coisa naquele e nos dias seguintes. Sacristão e vizinhos lembravam o *coupé*, com orgulho. Era a missa do *coupé*. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 23)

As pessoas que viviam naquelas cercanias não estavam acostumadas com a passagem de veículos tão requintados por suas ruas. A chegada do casal Santos no bairro causa exaltação e gera comentários acerca da razão de tão refinadas pessoas rezarem a um parente defunto naquela modesta igreja. O *coupé* é objeto de veneração aos olhos dos populares que espreitavam de longe o seu luxo. Segundo Raymundo Faoro, “o *coupé* [...] seria a carruagem dos sonhos de grandeza futura, [...] associa-se ao luxo, à nobreza e à grandeza” (FAORO, 1976, p. 46), tal era a pompa do veículo. Essa visita chega a ser nomeada de “a missa do *coupé*” e fica sendo assunto entre os moradores locais por meses – como nos informa o narrador poucas linhas depois –, devido à impressão causada pelo carro e por seus donos, de forma que sentiram até orgulho por terem estado tão próximos a pessoas de um nível social superior.

O momento econômico favorável propiciava a proliferação de inúmeros tipos de transportes. Carros privados e de aluguel cruzavam-se demonstrando outra vez a diversidade característica dos grandes centros urbanos:

No cais Pharoux esperavam por eles três carruagens, — dois *coupés* e um *landau*, com três belas parelhas de cavalos. A gente Batista ficou lisonjeada com a fineza da gente Santos, e entrou no *landau*. Os gêmeos foram cada um no seu *coupé*. A primeira carruagem tinha o seu cocheiro e o seu lacaiio, fardados de castanho, botões de metal branco, em que se podiam ver as armas da casa. Cada uma das outras tinha apenas o cocheiro, com igual *libré*. E todas três se puseram a andar, estas atrás daquela, os animais batendo rijo e compassado, a golpes certos, como se houvessem ensaiado, por longos dias, aquela recepção. De quando em quando, encontravam outros trens,

outras *librés*, outras parelhas, a mesma beleza e o mesmo luxo. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 168-169)

A descrição dos detalhes de cada veículo em particular aponta para o refinamento de cada modelo, bem como distingue o seu proprietário. O *landau* era a representação daquela economia crescente chamada de encilhamento, singularizando-se por possuir tração de quatro cavalos, ao invés de apenas dois do *coupé* (FAORO, 1976, p. 48). O encontro dos carros da família Santos com trens, *librés* e demais parelhas em circulação pela cidade nos mostra a diversidade dos meios de locomoção³³.

A família Santos possuía além daquelas, outro tipo de carruagem: a vitória. Este veículo era mais modesto em relação aos outros dois modelos e equivalia ao tálburi, tornando-se, com o passar do tempo, um carro de aluguel (FAORO, 1976, p. 49):

Tinham chegado ao Largo da Carioca, era uma hora da noite. Uma vitória da Santos esperava ali os rapazes, a conselho e por ordem da mãe, que buscava todas as ocasiões e meios de os fazer andar juntos e familiares. Teimava em emendar a natureza. Levava-os muita vez a passeio, ao teatro, a visitas. Naquela noite, como soubesse que iam ao teatro, mandou aprestar a vitória que os conduziu para a cidade, e ficou à espera deles.

- Entre, conselheiro, disse Pedro, o carro dá para três; eu vou no banquinho da frente.

Entraram e partiram. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 199)

Percebemos a variedade de carros pertencentes àquela família. Os gêmeos tinham seus próprios carros separados – dois *coupés*; o banqueiro Santos ia ao trabalho de vitória (carro mais simples e menor); a esposa foi ao morro do Castelo com um dos *coupés* da família; foi emprestado ao casal Batista um *landau*. O fato de cada membro da família possuir o seu próprio veículo aponta para a segregação cidadina discutida por Sennett (1997, p. 295).

O tálburi é outro veículo encontrado no Rio de Janeiro e, segundo Faoro, ele “acompanha a obra de Machado de Assis até o fim” (FAORO, 1976, p. 51). Caracterizava-se por ser uma condução de pequeno porte, possuindo um só animal e provida de apenas um lugar, não merecendo o nome de carro (TATI, 1961, p. 71). Esse meio de transporte exerceu bem sua função, devido à sua velocidade:

Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. Voltou ao largo, onde três tálburis o disputaram; ele entrou no que lhe ficou mais à mão, e mandou tocar para o Catete. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 142)

³³ *Esau e Jacó* é o único romance machadiano em que o *landau* é mencionado.

Três cocheiros, que estavam parados no largo à espera de fregueses, interceptam Aires. Os tálburis, guiados por esses profissionais, eram veículos de aluguel, ocupação rentável no período. A variedade desses transportes aponta para a efervescência do campo econômico que multiplicava o número de carros pela urbe. Nesse caso, eles não serviam como propriedade particular apenas das pessoas da elite, pois eram utilizados como transporte público e possuíam como proprietários homens comuns que ganhavam a vida “levando as pessoas de um lado para outro” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 143):

Cocheiros e lacaios, barbeados e graves, esperando tesos e compostos, davam uma bela idéia do ofício. Nenhum aguardava o patrão, deitado no interior dos carros, com as pernas de fora. A impressão que davam era de uma disciplina rígida e elegante, aprendida em alta escola e conservada pela dignidade do indivíduo. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 170-171)

Uma profissão bastante difundida com a boa fase da economia era a de cocheiro de praça. Esses profissionais não trabalhavam para os nobres, pelo contrário, eles mesmos possuíam suas próprias carruagens e as colocavam enfileiradas em largos e praças centrais, para levarem seus clientes a um simples passeio ou ao destino que estes desejassem por um valor previamente ajustado. Em 1846, por mil-réis a hora e mais a gorjeta, andava-se de tálburi por toda a cidade (FAORO, 1976, p. 50).

Naquela sociedade, acredita-se que “pelo carro se conhece o homem: símbolo de opulência, da mediania e da pobreza” (FAORO, 1988, p. 62). A opinião de D. Rita parece ir ao encontro desse pensamento, pois, a seu ver, havia um pretendente de Flora que se destacava entre os demais, em virtude da carruagem que possuía: “Um deles valia mais que todos pela carruagem, – tirada por uma bela parelha de cavalos, – capitalista do bairro” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 223). O carro dizia muito de seu proprietário e dobrava-lhe as qualidades aos olhos dos outros. A distinção entre os vários rapazes que pleiteavam o amor da jovem em Andaraí fora feita pelo belo veículo que um deles possuía. Apesar de tal atributo roubar a opinião de D. Rita, que repetia ser tal moço o “prêmio grande da loteria de Espanha” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 224), a carruagem e seu dono não conseguiram dobrar a “inexplicável” Flora.

Não poderíamos deixar de mencionar outro meio de locomoção que acelerou o deslocamento de pessoas entre cidades distantes: o trem. Apesar de não fazer parte do fluxo urbano, especificamente, ele representa a chegada da modernização ao país. As marcas do progresso e a alusão à velocidade deste transporte em particular está presente em dois momentos do romance. A viagem de Paulo da capital até São Paulo é realizada de trem: “Era

o gêmeo Paulo, que chegara pelo trem noturno, e sabendo que elas andavam a compras, viera procurá-las” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 134). A utilização desse meio de transporte era essencial para a realização de viagens mais longas entre cidades e estados brasileiros. Paulo é a personagem que mais o utiliza, devido ao fato de estudar em São Paulo.

Imagens de rapidez e velocidade associam-se ao trem de Mauá e ao carro da família Santos após o enterro da jovem Flora: “Assim como o carro veio voando do cemitério, assim voará este capítulo [...]. Voe este capítulo, como o trem de Mauá, serra acima, até à cidade do repouso, do luxo e da galanteria. Vá Natividade com os filhos, e Aires com os três” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 236). A subida até Petrópolis é realizada por meio do trem de ferro, obra do Barão de Mauá, ligando o Porto de Mauá à Raiz da Serra, facilitando, assim, o acesso àquela cidade de férias. Os alemães tiveram participação fundamental na construção da primeira estrada de ferro brasileira, em 1854, contribuindo para a modernização e alargamento dos meios de locomoção no país. Percebemos que o progresso e as ideias de agilidade no que diz respeito aos transportes do período têm modelos europeus, os quais ditavam o que era ser civilizado ou primitivo ao resto do mundo.

A quantidade e a variedade no que se refere aos meios de transporte da segunda metade do século XIX apontam para questões urbanas importantes que revelam o processo de modernização dos veículos. Na medida em que percebemos a diversidade de carros que transitavam pelas ruas, também distinguimos quem era quem naquele universo. O carro define, de certa maneira, aquele que o possui, singularizando-o, assim, aos olhos das personagens imersas naquela ardente atmosfera capitalista. O surgimento do bonde revela uma maior aproximação entre as diferentes camadas sociais (talvez antes não tão próximas em suas travessias), embora não consiga apagar as diferenças de classe. Um olhar mais atento sobre essas referências citadinas revela, em alguma medida, o primitivismo e a modernidade andando lado a lado. A convivência de transportes ultrapassados com veículos de última geração denota, ao mesmo tempo, transformação e processo, barbárie e civilização, numa época de efervescente mutação nas mais diversas esferas da urbe.

4.2 As tabuletas

Objeto de análise de renomados críticos, sendo mencionado em muitos estudos, o episódio da “troca de tabuletas” ilustra um dos momentos mais significativos da história brasileira e deixa mostras do comportamento de indecisão que toma conta do ser humano perante mudanças importantes das quais não consegue escapar.

Em *Esau e Jacó*, Machado de Assis representou de forma magistral a queda do império e a proclamação da república. Velho e novo, primitivismo e modernidade, passado e presente encontram-se representados na trajetória do padeiro Custódio e sua tabuleta e no espaço das ruas da cidade do Rio de Janeiro naquele turbulento mês de novembro de 1889. A velha placa, a pintura nova, o nome antigo, a madeira nova, um outro nome ainda não escolhido, a repintura, enfim, uma miscelânea que traz consigo permanência e mutação, conservadorismo e variação a um só tempo, como se pudéssemos viajar do passado ao presente, ter o arcaico e o moderno numa mesma e única ilusão temporal nascida de instantes singulares como o vivido pela população.

Através da análise pormenorizada das alusões sobre esta “troca de tabuletas”, intentamos mostrar os signos modernos e primitivos percebidos nesse episódio em particular. A indecisão do padeiro Custódio sobre a reforma da tabuleta, a troca do nome de seu estabelecimento comercial, a dúvida sobre o novo regime trazem consigo sinais do primitivismo e da modernidade que passam a coexistir na cidade.

A interessante história de Custódio tem início no capítulo intitulado “Tabuleta velha”, no qual a personagem busca uma saída para o problema que o perturba: a reforma da tabuleta de sua confeitaria com letras e cores mais vivas. Contudo, o pintor contratado responde ser impossível apenas uma simples reforma devido ao estado deplorável do objeto e garante ser necessária uma tabuleta nova para realizar o serviço. Eis então, que o padeiro recorre de imediato à personagem mais requisitada do romance quanto a aconselhamentos para os mais diversos fins: o conselheiro Aires. Com vistas a desabafar seu sentimento de apreensão, Custódio conta ao diplomata o apego que tinha pela tabuleta:

Agora que ia trocar de tabuleta sentia perder algo do corpo, – coisa que outros do mesmo ou diverso ramo de negócio não compreenderiam, tal gosto acham em renovar as caras e fazer crescer com elas a nomeada. São naturezas. Aires ia pensando em escrever uma Filosofia das Tabuletas [...]. Custódio saiu recuando, como era o seu costume, e desceu trôpego as escadas. Diante da confeitaria deteve-se um instante, para ver o lugar onde

estivera a tabuleta velha. Deveras, tinha saudades. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 117)

A afeição de Custódio àquela velha tábua pode significar a simpatia do comerciante ao regime monárquico, pois aquele acontecimento se passou no dia posterior ao famoso baile da Ilha Fiscal, que seria o último daquele regime. O estado da tabuleta lembrava as características da monarquia: “a tábua está velha, e precisa outra; a madeira não agüenta tinta. Lá fui às carreiras. Não pude convencê-lo de pintar na mesma madeira; mostrou-me que estava rachada e comida de bichos” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 116). Notamos, então, um paralelismo entre a sua deterioração e “a deterioração interna do Império” (SARAIVA, 1989, p. 100). As semelhanças entre a condição da tabuleta do confeitiro e a política da monarquia demonstram uma analogia que deixa expostos os signos de primitivismo *versus* modernidade por meio de um acontecimento urbano aparentemente banal, mas que exhibe um momento de transição política: de um regime ultrapassado para um outro mais moderno.

Num primeiro instante, poderíamos supor mesquinhez por parte do comerciante, que não quer nem mesmo reformá-la por medo dos gastos com tal melhoria. Entretanto, se pensarmos no ano de 1889, ano posterior à abolição da escravatura, fato este que abalou enormemente as estruturas do regime monárquico, além das diversas revoltas populares contra o Império, vemos que Machado lançou mão de um artefato simbólico – a tabuleta – para de alguma maneira classificar o estado deplorável em que tal regime se encontrava no mês de novembro do referido ano, pois “a mudança das tabuletas equivale à mudança dos regimes” (SARAIVA, 1989, p. 100).

Se esta leitura está correta, temos então mais um sinal da convivência do passado e do presente num mesmo tempo histórico, o moderno e o arcaico que persistem em ocupar o mesmo espaço, o velho não cedendo lugar ao novo numa época de transformações nas mais diversas áreas política, econômica e social.

Para aumentar ainda mais a aflição de Custódio e dar continuidade à sua história trágico-cômica, com o espaçamento de exatos treze capítulos, sabemos de mais um percalço na vida do padeiro. A manhã era a da proclamação da república, e o pavor parecia ter tomado conta do comerciante ao lembrar-se de sua tabuleta:

Custódio leu: “*Confeitaria do Império*”. Era o nome antigo, o próprio, o célebre, mas era a destruição agora; não podia conservar um dia a tabuleta, ainda que fosse em beco escuro, quanto mais na Rua do Catete...

- O senhor vai despintar tudo isto, disse ele.

- Não entendo. Quer dizer que o senhor paga primeiro a despesa. Depois, pinto outra coisa.

- Mas que perde o senhor em substituir a última palavra por outra? A primeira pode ficar, e mesmo o *d*... Não leu o meu bilhete?
- Chegou tarde.
- E por que pintou, depois de tão graves acontecimentos?
- O senhor tinha pressa, e eu acordei às cinco e meia para servi-lo. Quando me deram as notícias, a tabuleta estava pronta. Não me disse que queria pendurá-la domingo? Tive de pôr muito secante na tinta, e, além da tinta, gastei tempo e trabalho. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 146)

A novíssima tabuleta ainda trazia consigo resquícios de um passado recente e mostrava sinais arcaicos, tornando-se agora quase que uma ameaça à vida de Custódio e ao seu comércio, situado justamente na Rua do Catete, que sediava o palácio do governo. A beleza exterior da placa, as ricas e vivas cores de suas letras e a perfeição da forma não conseguiram esconder as marcas primitivas que emanavam de sua mensagem: “Confeitaria do Império”! A apologia à monarquia e ao antigo regime estava exposta naquela bela tabuleta que, de imediato, tornara-se tão ultrapassada e velha como a anterior. No mundo moderno, a alternância e dissolução de ideias e valores antes sólidos evaporam-se rapidamente, concordando com a máxima marxista e engeliana segundo a qual “tudo o que era estável e sólido desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 2001, p. 29). A mudança política trazia a necessidade imediata de uma alteração no nome da confeitaria, tarefa ainda mais penosa ao padeiro. Este não sabia que nome dar ao seu estabelecimento sem ter prejuízos maiores dos que já teria com a repintura da tabuleta. A preocupação econômica também inquietava o comerciante que, guiado pelo espírito capitalista da época, receava quanto às despesas implicadas naquela segunda alteração.

A próxima visita ao conselheiro Aires em “Tabuleta nova” mostra o desespero de Custódio com o advento do regime republicano e como esta mudança de governo tinha influência direta em sua vida profissional:

Custódio confessou tudo o que perdia no título e na despesa, o mal que lhe trazia a conservação do nome da casa, a impossibilidade de achar outro, um abismo, em suma. Não sabia que buscasse; faltava-lhe invenção e paz de espírito. Se pudesse, liquidava a confeitaria. E afinal que tinha ele com política? Era um simples fabricante e vendedor de doces, estimado, afreguesado, respeitado, e principalmente respeitador da ordem pública... (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 147)

Inúmeras foram as razões que o levaram novamente à casa do diplomata. A revolta com os assuntos de ordem política fica explícita nas palavras do padeiro, e o desabafo dessa personagem demonstra o pavor quanto ao futuro e às novidades que o aguardavam. A freguesia estaria comprometida com a troca do nome de sua confeitaria, além das novas despesas surgidas com a inesperada repintura. Percebemos através da declaração de Custódio

o predomínio dos interesses pessoais sobre os coletivos, além do alheamento em relação às decisões que envolvem assuntos da esfera política (SARAIVA, 1989, p. 100). Em um período em que a ideologia capitalista impera sobre as atitudes humanas, entendemos estar essa personagem em sintonia com o pensamento baseado no capital (HOBSBAWM, 1982, p. 312), ao mesmo tempo em que sofre com a separação dos antigos valores imperialistas.

O primitivismo e a modernidade surgem com mais evidência em momentos limítrofes, como o que foi a passagem da monarquia para a república nas últimas décadas do século XIX. Custódio é um comerciante capitalista – adepto da *moderna* prática econômica ditada pelo mercado europeu – e sofre com a troca do nome de sua confeitaria reconhecida pela freguesia há anos por “Confeitaria *do Império*” – denominação que conservava as características do *antigo* regime. Primitivismo e modernidade, monarquia e república, velho e novo, passado e presente podem ser vislumbrados no simbolismo das tabuletas. Nesse período de transição, torna-se impossível dissolver, de imediato, as marcas de um passado tão vivo no cotidiano daquela sociedade, implantando, subitamente, ideias “modernizadoras”.

Na Europa, a dissolução de regimes monárquicos para a instauração de repúblicas sinalizava para uma prática civilizadora repleta de promessas de modernização. Nos oitocentos, *ser primitivo* era não estar de acordo com esses modelos ditados pela Europa, e *ser moderno* era seguir essas novas tendências com o intuito de civilizar-se (BIRMAN, 2002, p. 170). Desse modo, entendemos que o episódio das “tabuletas” exhibe, de certa maneira, elementos arcaicos e civilizados e sua convivência lado a lado em um tempo propício a tal fenômeno, metaforizado também nessa passagem da narrativa.

4.3 Os gêmeos e o universo da política

Os protagonistas do romance – Pedro e Paulo – parecem evidenciar uma vez mais a dicotomia modernidade *versus* primitivismo no Rio de Janeiro, pois acreditamos materializar-se nessas duas personagens a coexistência e permanência da civilização e da barbárie.

No capítulo “Fusão, difusão, confusão...” temos, a começar pelo título, uma referência, ainda que velada, à difusão da monarquia, ou seja, a situação de permanência e

transferência de velhas práticas daquele modelo para a república; em suma, o novo permanece o velho *de novo*. A convivência do primitivo e do moderno está como que expressa nesta fusão dos gêmeos vista por Flora: “Nenhuma revolução se faz como a simples passagem de uma sala a outra; as mesmas revoluções chamadas de palácio trazem alguma agitação que fica por certo prazo, até que a água volte ao nível” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 181). Entendidos aqui como arquétipos do arcaico e do moderno, os irmãos fundidos em um parecem ser o resultado de um momento conturbado vivido pelo país em que o presente mesclava-se ao passado, numa confusa transição de valores e princípios que se assemelham aos velhos conhecidos e, ao mesmo tempo, almejam ser inéditos aos olhos do povo.

Se a modernidade é “a presença do passado no presente” (STAROBINSKI *apud* AUGÉ, 1994, p. 71), a permanência dos gêmeos e o sucesso de ambos na carreira política ao final do romance nos faz depreender que passado e presente são partes do processo de modernização, que teve seu apogeu na segunda metade dos oitocentos. Pedro era conservador e Paulo, revolucionário, contudo, os dois adaptam-se às circunstâncias, alterando e modificando ideologias com a mesma e única finalidade: estar no poder. O capitalismo regia o comportamento humano, não podendo deixar de se fazer presente nas atitudes dos protagonistas, que, apesar de todo o antagonismo que demonstraram desde a barriga de sua mãe³⁴, foram enlaçados pelo ritmo ditado pela “era do capital” (HOBSBAWM, 1982, p. 21), revelando a unidade dos gêmeos a partir do interesse capitalista em ascensão no período.

Na Europa, após 1848, ano este marcado por muitas revoluções que eclodiram simultaneamente em diversos países devido à insatisfação popular com os governos absolutistas autoritários (HOBSBAWM, 1982, p. 44), novas formas de fazer política entraram em vigor e trouxeram mudanças significativas nesse campo antes tão bitolado à regra do direito divino. No século XIX, os modelos europeus é que ditavam a forma de ver e pensar o mundo nos países periféricos e rotulavam suas atitudes como sendo civilizadas ou primitivas (BIRMAN, 2002, p. 170), de acordo com seus próprios conceitos e entendimentos e com o pioneirismo a esse respeito. Tais padrões baseados em modelos estrangeiros surgem em *Esau e Jacó* associados à figura dos gêmeos e, cada um à sua maneira, retrata ora o atraso, ora o moderno na capital naquele *fin-de-siècle*:

Tanto cresceram as opiniões de Pedro e Paulo que, um dia, chegaram a incorporar-se em alguma coisa. [...] Iam descendo pela Rua da Carioca. Havia ali uma loja de vidraceiro, com espelhos de vários tamanhos, [...]

³⁴ Vide capítulo primeiro de *Esau e Jacó*, “Coisas futuras”, o qual mostra a consulta de Natividade com a cabocla do Castelo que a questiona sobre a possibilidade dos filhos terem brigado antes de nascer.

Logo depois, Pedro viu pendurado um retrato de Luís XVI, entrou e comprou-o por oitocentos réis; era uma simples gravura atada ao mostrador por um barbante. Paulo quis ter igual fortuna, adequada às suas opiniões, e descobriu um Robespierre. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 64)

Como assevera o narrador, as divergências entre os irmãos tomaram forma em “alguma coisa” e essa “coisa” foi a política. A compra dos retratos demonstra outra vez o antagonismo, agora no campo político e com modelos franceses de governo distintos. Paulo – adepto das ideias liberais – leva um Robespierre, um dos principais líderes da Revolução Francesa em 1789. Em contrapartida, Pedro – simpático à monarquia – adquire um retrato de Luís XVI, que foi o último representante do Antigo Regime, o regime monárquico francês anterior à Revolução, sendo tal rei deposto e decapitado pela Revolução Francesa³⁵. Através da busca por ideais europeus, eles reiteram suas adesões ao primitivo e ao moderno.

Flora e a paixão pela política eram os elos entre os gêmeos. Entretanto, com a moça no pensamento, o silêncio imperava entre os irmãos (talvez por saberem de sua concordância neste assunto em particular) e fazia-os divagar sobre questões completamente outras e diversas que, coincidentemente, rumavam para o plano político – campo que interessava aos dois, contanto que observado de perspectivas opostas:

A imaginação os levou então ao futuro, a um futuro brilhante, como ele é em tal idade. Botafogo teria um papel histórico, uma enseada imperial para Pedro, uma Veneza republicana para Paulo [...]. Talvez o doge fosse ele mesmo. Esta possibilidade, apesar dos anos verdes, enfunou a alma do moço. Paulo viu-se à testa de uma república, em que *o antigo e o moderno, o futuro e o passado se mesclassem*, uma Roma nova, uma Convenção Nacional, a República Francesa e os Estados Unidos da América.

Pedro, à sua parte, construía a meio caminho como um palácio para a representação nacional, outro para o imperador, e via-se a si mesmo ministro e presidente do conselho. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 86, grifos nossos)

A referência direta ao antigo e ao moderno, ao passado e ao futuro expressa pelo pensamento do jovem Paulo, o qual estava em sintonia com o espírito civilizador europeu – pioneiro na promoção de repúblicas como a francesa, a romana e a veneziana, inspirando outra grande potência do século seguinte, a república norte-americana – nos remete ao cuidado dispensado na composição dessas duas personagens que funcionam, a nosso ver, como símbolos da coexistência do primitivo e do civilizado nas últimas décadas do século XIX. Pedro, apegado aos ideais monárquicos, representava o primitivismo, visto a decadência daquele regime no mundo e, principalmente, na Europa. Entretanto, no Brasil, a derrocada do

³⁵ Informações site: <www.machadodeassis.net>, concebido e coordenado pela pesquisadora Marta de Senna.

Império acontece apenas em 1889, fato que talvez tenha feito com que velhos hábitos políticos daquele regime fossem copiados ou ainda seguidos na república.

Desse modo, antigos costumes ainda em prática com a ascensão do novo regime; novidades nem tão novas assim, pois já eram conhecidas no continente europeu; o moderno que buscava apoiar-se no passado recente, enfim, uma mescla entre os signos de primitivismo e modernidade não se sucedem, mas justapõem-se (PESAVENTO, 2002, p. 225) na transição da monarquia para a república.

O desacordo entre os irmãos e a lealdade pelos ideais que perseguiram estão denunciados a todo instante ao longo da narrativa insistindo, por um lado, em fazê-los desiguais e, por outro, ressurgem a verdadeira essência baseada nos ideais capitalistas vigentes:

Praticamente, seria exigir muito de Pedro e Paulo que cuidassem mais da Constituição de 24 de fevereiro que da moça Batista. Pensavam em ambas, é verdade, e a primeira já dera lugar a alguma troca de palavras acerbas. A Constituição, se fosse gente viva e estivesse ao pé deles, ouviria os ditos mais contrários deste mundo, porque Pedro ia ao ponto de achar um poço de iniquidades, e Paulo a própria Minerva nascida da cabeça de Jove. Falo por metáfora para não descair do estilo. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 193)

O emprego de metáforas míticas com o objetivo de ratificar a dissonância entre os irmãos é afirmado pelo próprio narrador. Pedro, contrário à Constituição de 24 de fevereiro de 1891 (a primeira constituição do país), e Paulo, classificando-a como um presente dos deuses, reforçam, assim, suas características relacionadas à barbárie, no caso do primeiro (avesso ao padrão europeu e norte-americano de governo), e à civilização, no caso do segundo (filiado às tendências civilizatórias, vindas sobretudo da Europa).

A não solidez das ideias pregadas pelos protagonistas do romance é provada logo depois da instauração da república no país, e essa opacidade tão reiterada por alguns críticos acerca do comportamento dos irmãos é ilustrada desde o nome do capítulo, “Troca de opiniões”, que dá ênfase à mudança provocada nos discursos de Pedro e Paulo. Os gêmeos passam cada um a ter julgamentos diversos aos de outrora, evidenciando a alma malnascida dos irmãos e trazendo as marcas de primitivismo e modernidade novamente em suas atitudes, além das características de um impregnadas no outro e vice-versa. Paulo agora fazia oposição à república ou, ao menos, a muitas de suas imposições; em contrapartida, Pedro tolerava o regime republicano, do qual tinha aversão há tempos atrás:

Senão quando, viu Natividade os primeiros sinais de uma troca de inclinação, que mais parecia propósito que efeito natural. Entretanto, era naturalíssimo. Paulo entrou a fazer oposição ao governo, ao passo que Pedro

moderava o tom e o sentido, e acabava aceitando o regime republicano, objeto de tantas desavenças.

A aceitação por parte deste não foi rápida nem total; era, porém, bastante para sentir que não havia entre ele e o novo governo um abismo. Naturalmente o tempo e a reflexão consumaram este efeito no espírito de Pedro, a não admitir que também nele vingasse a ambição de um grande destino, esperança da mãe. [...]

A oposição de Paulo não era ao princípio, mas à execução. Não é esta a república dos meus sonhos, dizia ele; e dispunha-se a reformá-la em três tempos, com a fina-flor das instituições humanas, não presentes nem passadas, mas futuras. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 243)

A partir do advento da república, a natureza ambígua dessas duas personagens é reforçada ainda mais. Paulo é, ao mesmo tempo, revolucionário e conservador; possui aspirações modernas, mas com fundamentos arcaicos; pensa no presente mesclado ao passado. Já Pedro é conservador e começa a simpatizar com as ideias republicanas; pregava os propósitos monárquicos, porém substituía-os gradualmente pelas propostas da república. Esse novo pensamento nos leva a questionar a solidez das opiniões e crenças dessas personagens. Outra vez ressoa aqui a epígrafe de Dante, uma vez que ao refletirem os impulsos civilizadores da Europa e visarem ao interesse particular, galgando o poder, deixam mostras de suas *anime mal nate*.

Talvez seja mesmo através de Flora que consigamos desvelar a coexistência de passado e presente num mesmo tempo histórico. A moça parece vislumbrar o que os outros ao seu redor não conseguem: o convívio de campos opostos. Sua enfermidade passa a ser interpretada de formas diversas por Natividade e Aires:

Pedro era médico, propôs-se a ir ver a enferma; Paulo, não podendo entrar também, ponderou que seria desagradável ao médico assistente; além disso, faltava-lhe prática. Um e outro queriam assistir ao passamento de Flora, se tinha de vir. A mãe, que os ouviu, saiu à sala, e, sabendo o que era, respondeu negativamente. Não podiam entrar; era melhor que fossem chamar o médico.

- Quem é? perguntou Flora, ao vê-la tornar ao quarto.

- São os meus filhos que queriam entrar ambos.

- Ambos quais? perguntou Flora.

Esta palavra fez crer que era o delírio que começava, se não é que acabava, porque, em verdade, Flora não proferiu mais nada. Natividade ia pelo delírio. Aires, quando lhe repetiram o diálogo, rejeitou o delírio. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 232)

É neste capítulo que ocorre o auge da suposta alucinação ou do delírio de Flora, que pode também representar ou nos informar o contrário, isto é, um maior alcance dos fatos que ocorrem ao seu redor. O tempo histórico em que se passa tal fenômeno diz respeito aos primeiros anos de vigência da república no país. O ápice das visões de Flora mostra a

inseparável condição de Pedro e Paulo ou também uma mescla de resquícios do velho Império, bem como as poucas mudanças efetivas à vida dos cidadãos que esperavam avanços e modernidade com a chegada da república ao país. Aqui a fusão ocorre de fato: modernidade e primitivismo tornam-se um, fundem-se, uma vez que seus fundamentos são idênticos. Monarquia e república tinham revestimentos ou aparências diversas, mas, intrinsecamente, eram iguais, ou ambas permeadas das características da outra. Tal fato parece à primeira vista improvável de acontecer, porém, o discernimento a esse respeito só ocorre por intermédio de um “delírio” da jovem “inexplicável”, diagnóstico esse não aprovado por Aires, o que nos leva a pensar sobre uma possível nitidez antevista por Flora em suas visões.

A aproximação da figura de Pedro, o representante da monarquia com o primitivismo, e do gêmeo Paulo, que retrata a república ou o novo regime, com o advento do progresso no país tornou-se inevitável em nosso estudo. Se aquela fusão antevista por Flora tem fundamento para a compreensão da narrativa, poderia alertar também para o objetivo comum de ambos os protagonistas, isto é, a força motriz que os guiava: alcançar o poder a qualquer custo. E, para terem êxito nessa escalada, não importam os meios de obtê-lo: seja através da manutenção ou transformação do regime, os gêmeos “desejam o poder autoritário” (SARAIVA, 1989, p. 101). Além das desavenças e divergências entre eles, há instantes em que algumas afirmações do narrador nos deixam divisar o interesse por detrás de suas atitudes:

- Você crê de veras que venhamos a ser grandes homens? perguntara Pedro a Paulo, antes da queda do império.
 - Não sei; você pode vir a ser, quando menos, primeiro ministro.
- Depois de 15 de novembro, Paulo retorquiu a pergunta, e Pedro respondeu como o irmão, emendando o resto:
- Não sei; você pode vir a ser presidente da República.
- Já lá iam dois anos. Agora pensavam mais em Flora que na subida. A boa moral pede que ponhamos a coisa pública acima das pessoas, mas os moços nisto se parecem com velhos e varões de outra idade, que muita vez pensam mais em si que em todos. (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 192-193)

O que unia os gêmeos era o individualismo e o interesse meramente particular, independente dos meios de chegarem a ele. De acordo com o pensamento maquiavélico, no qual “os fins justificariam os meios”, estão as atitudes e o pensamento de Pedro e Paulo em suas trajetórias de vida. Um conservador, apegado ao passado; o outro, irrequieto, aberto às novas tendências da modernidade e ao progresso, porém, com um único e semelhante desejo: o sucesso pessoal. Por terem ambos escolhido o campo político como carreira, o exemplo trazido por suas condutas é o oposto do que se espera de pessoas que seguem tal posição

pública com vistas ao social (SARAIVA, 1989, p. 101). O caráter individualista dos irmãos deixa mostras de um tempo em que o coletivo passa a ser relegado a segundo plano em favor do pessoal. Em convergência com esse ponto de vista, os estudos do pesquisador Tocqueville apontam que o século XIX foi a idade do individualismo:

Cada pessoa age como se fosse estranha à sorte dos demais [...] Nas transações que estabelece, mistura-se aos seus concidadãos, mas não os vê; toca-os mas não os sente; existe apenas em si mesmo e somente para si mesmo. Assim, sua mente guarda um senso familiar, não um senso social. (TOCQUEVILLE *apud* SENNETT, 1997, p. 264)

A mescla entre primitivismo e modernidade acontece no instante em que percebemos a característica comum que perpassa o comportamento de grande parte das personagens de *Esau e Jacó* e, sobretudo, dos protagonistas: o individualismo. As modernas práticas econômicas que objetivam o acúmulo de capital e o favorecimento pessoal, associadas à antiga regra do benefício de poucos em detrimento de muitos, revela hábitos já conhecidos e praticados pela monarquia, que permanecem em vigor com a ascensão da república no país, os quais culminam em atitudes individualistas propagadas indiscriminadamente nas grandes cidades.

A conformidade para com o perfil do *fin-de-siècle* faz dos gêmeos ícones de uma era em que o objetivo das pessoas visava ao bem particular em detrimento do bem coletivo. Entendê-los como metáfora da convivência do primitivismo e da modernidade no Rio de Janeiro oitocentista só se tornou possível por meio de uma leitura de ordem simbólica dessas personagens de *Esau e Jacó*, as quais fazem parte da “floresta de símbolos” (MAROBIN, 1963, p. 181) que compõe a narrativa. O contexto em que estavam inseridos Pedro e Paulo e os fenômenos que incidiram sobre a população no período – representados significativamente pelas personalidades cambiantes dos irmãos – dialogam com a sensação de vazio e imprecisão característicos daquele representativo momento histórico em que “tudo o que é sólido desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 2001, p. 29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Machado de Assis é o líder da passagem para a modernidade (ANDRADE, 1999, p. 19). Concordamos e rubricamos esta assertiva após visualizarmos as metamorfoses citadinas ficcionalizadas em *Esau e Jacó*. Sua publicação no início do século XX e sua ambientação na segunda metade do século XIX tornam mais significativos tanto os efeitos de transição presentes no discurso das personagens como as diversas modificações na fisionomia do Rio de Janeiro.

Perceber, apreender as modificações no contexto urbano, atentar aos detalhes, enfim, são atributos daqueles que enxergam a cidade de uma forma especial e, a partir disso, tentam compreendê-la, qualidades estas presentes no arguto olhar machadiano. De acordo com os estudos de Willi Bolle (2000), Walter Benjamin, a partir dos textos de Charles Baudelaire, aprendeu a ver a cidade como um corpo humano e utilizar a técnica da superposição (artifício capaz de fazer com que a percepção da cidade e do próprio corpo se confundam pelo viés mítico). Desse modo, Bolle apresenta uma estreita aproximação entre Baudelaire e Benjamin pois, segundo ele,

cada um à sua maneira, tentaram flagrar esse momento em que o sujeito se inteira da fisionomia da cidade e ao mesmo tempo de si mesmo, em que rosto e corpo se assemelham mimeticamente à cidade que ele habita, como se ela fosse a constelação que define sua identidade, a estrela de sua vida inteira (BOLLE, 2001, p. 43).

Uma tentativa de interação entre o observador e seu objeto de análise (neste caso, a sua cidade) é fundamental para apreender o espaço que o circunda, como também para entender a importância dessa relação para a constituição do ser humano e do *habitat* a que pertence. Assim como Baudelaire e Benjamin, Machado de Assis percebe a cidade do Rio de Janeiro de maneira singular e retrata nesse romance a vida urbana.

O distanciamento necessário para se avaliar um momento significativo para a história nacional, como o que foi a queda do império e instauração da república, parece ter sido fundamental ao escritor, que voltou seu olhar para o passado, retratando as mudanças por que passou a capital.

Diversos estudiosos³⁶ chamam a atenção para a riqueza da narrativa dos gêmeos. Muitas dessas análises foram, para nosso estudo, como aquelas lunetas tomadas de Dante e esclareceram, em muitos instantes, o que ficou “menos claro ou totalmente escuro” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p. 44). *Esau e Jacó* é um convite à realização de muitas travessias, entre elas a que acabamos de realizar: aquela pela cidade. Viajantes que somos, embarcamos nessa aventura, juntando os fragmentos e recompondo as pistas deixadas naquele percurso. Como consequência desse exercício, percebemos as redes simbólicas atreladas à fisionomia urbana e compreendemos um pouco mais o texto que emanava daquela cartografia, pois, como definiu o estudioso Angel Rama,

As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. (RAMA, 1984, p. 53)

Ao decodificarmos a linguagem da capital, perseguindo, num primeiro momento, sua “materialidade imagética” e, em seguida, as nuances de um universo extrafísico, características singulares da própria cidade foram a nós reveladas. As descrições físicas das ruas, das lojas, das paisagens, dos atores sociais e da moda seguida no período deslindaram um universo que, em alguma medida, ultrapassa o plano histórico e nos faz refletir sobre o processo de transição e mudança ao qual todos estamos expostos, pois somos produtos do meio em que estamos inseridos. A mistura étnica e as diferentes classes sociais ali retratadas delineiam o contingente humano que circulava nas veias e artérias da urbe. Burguesia, comerciantes, religiosos, estrangeiros e trabalhadores em geral são apenas alguns dos atores descritos e evidenciados ao longo dessa narrativa, os quais integravam a multidão. A cada mudança urbana há, por consequência, a tentativa de sobreviver e adequar-se ao novo. Submersos nessas variações, as personagens são como que forçadas à adaptação, uma vez que “a modernização da cidade simultaneamente inspira e força a modernização da alma dos seus cidadãos” (BERMAN, 1986, p. 168).

Os aspectos entendidos aqui como pertencentes ao campo intitulado “além da matéria”, isto é, o capitalismo – prática econômica expandida em larga escala no século XIX –, que trouxe consigo diferentes modos e comportamento nas cidades; a religiosidade, tão discutida pelas personagens, a propagação de novas crenças, além dos costumes e hábitos típicos de uma época esboçam muito mais que um simples retrato da vida oitocentista, mas

³⁶ Ver estudos de Eugênio Gomes, Henriqueta Valladares, Antonio Sanseverino, entre outros.

retomam questões basilares e sempre atuais que constituem o processo de desenvolvimento mutacional do ser humano.

A partir dessa percepção mais atenta sobre tais aspectos, realizamos uma leitura que procurou desbravar as metáforas associadas à vida urbana. Encontramos, então, signos da modernidade e primitivismo que emanavam do texto e teimavam em conviver no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX, significando o espaço, além de moldar o comportamento humano. A análise desenvolvida sobre os transportes da capital, os quais têm lugar de destaque ao longo de toda a narrativa, aponta para o convívio de meios de locomoção arcaicos – como as carroças puxadas por burros, que atravancavam ou interrompiam o trânsito pelas ruas – e outros mais modernos – como a diversidade de carros e carruagens nomeadas pelo narrador. Segundo Pesavento, esse fenômeno de coexistência e permanência do antigo e do novo, do passado e do presente faz parte do processo de modernização urbana (PESAVENTO, 2002, p. 225), tão comum nas grandes cidades. O episódio da troca de tabuletas foi interpretado aqui como outro símbolo do primitivismo e da modernidade. O comerciante Custódio precisa desfazer-se de sua velha tabuleta, devido ao péssimo estado em que se encontrava. A renovação desta entra em cena, porém ainda trazendo consigo sinais do passado. Percebemos, neste caso, que a persistência do primitivo em tempos de modernidade também está expressa na trajetória de Custódio e suas tabuletas (metáfora do período de transição vivido por aquela sociedade). Os gêmeos e suas atitudes ao longo da narrativa também são símbolos do moderno e do primitivo que coexistem em meados do século XIX. As diferenças exibidas nos seus discursos não são o bastante para que se mostrem os mesmos em sua natureza mais íntima e profunda, tal qual as convicções políticas por eles defendidas: opostas em suas cascas modernas e inéditas, mas com o mesmo cerne arcaizante e retrógrado já conhecido.

A atitude individualista de grande parte das personagens dialoga com o contexto histórico permeado pelo capitalismo, que deixa mostras de sua face obscura através de medidas econômicas como, por exemplo, o encilhamento, o qual favoreceu a ascensão social e a escalada ao poder, tornando o homem um predador nesse universo, onde os fracos perecem ante aos mais fortes.

Conscientes da incompletude da nossa travessia, convencidos de que algumas questões urbanas não foram devidamente investigadas, entendemos que o romance está, pois, aberto para novas leituras. Este é o caso da *flânerie* do conselheiro Aires, apenas tangenciada neste estudo. Sabemos que ele ama a cidade, mas teme a multidão que lhe dá vida. No

entanto, muitos dos acontecimentos retratados se passam durante os passeios do diplomata que, à moda de um verdadeiro *flâneur*, torna-se um “coleccionador de sensações da grande cidade” (BOLLE, 2000, p. 71). Não foi possível demonstrar tais aproximações ou divergências nesta pesquisa, mas se trata de assunto produtivo, assim como tantos outros ainda sem investigação acadêmica, a exemplo dos inúmeros adágios e frases feitas relacionados ao universo urbano empregados pelo narrador, muitas vezes distorcidos, que são imediatamente ressignificados, dando origem a um amplo leque de interpretações e diferentes possibilidades de leitura.

Certos de não termos esgotado as infinitas possibilidades de interpretações acerca da presença cidadina no romance, mas envolvidos pela esperança de termos contribuído para os estudos sobre *Esau e Jacó* e também ter instigado a sede por novas pesquisas que voltem seu foco a esse texto, fomos levados por um caminho outro, norteado, sobretudo, por aquele “tecido urbano camaleônico” (SENNETT, 1997, p. 292), repleto de significações a cada leitura. Tentamos, pois, demonstrar que a cidade tem sim papel de destaque e chega, por si mesma, a servir como veículo gerador de questões sempre atuais como, por exemplo, sobre o universo de transformações ao qual estamos expostos tanto física como espiritualmente; sobre o avanço do individualismo atrelado ao materialismo; sobre a construção e enraizamento dos costumes e hábitos; enfim, tópicos pertinentes gerados a partir de reflexões a respeito dos aspectos urbanos que possibilitaram interpretar a “sociedade ao ler o mapa de uma cidade” (RAMA, 1985, p. 26).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Machado de Assis:

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Esau e Jacó*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

_____. *Obra completa*. v. I-IV, .Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

Obras sobre Machado de Assis:

ANDRADE, Ana L. *Transportes pelo olhar de Machado de Assis: passagens entre o livro e o jornal*. Chapecó: Grifos, 1999.

ARAÚJO, Homero. *Esau e Jacó: os irmãos quase siameses e Flora. Nonada: Letras em revista*. Porto Alegre, v. 2, p. 91-105, jan-jul. 1999.

BARBIERI, Ivo. Machado e a história: um tempo de longa duração. *Espelho: revista machadiana*. Porto Alegre, n. 1, p. 19-29, 1995.

BASTOS, Alcmemo. O almoço do Conselheiro: ficção e história no mesmo cardápio. In: SECCHIN, Antônio Carlos; ALMEIDA, José Maurício Gomes de; MELO E SOUSA; Ronaldo de. (Org.). *Machado de Assis: uma revisão*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998, p. 135-146.

BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: _____. *Vários escritos*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CARBONERA, Ildo. *A emboscada machadiana* (1993). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 1999.

CHALOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Flávio Loureiro. Romances para estudo: *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. *História e literatura*. 3. ed. ampl. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

CHAGAS, Wilson. *A fortuna crítica de Machado de Assis*. Porto Alegre: Movimento, 1994.

COSTA LIMA, Luiz. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

- CUNHA, Patricia L. F. da. *Machado de Assis: um escritor na capital dos trópicos*. Porto Alegre: Iel, 1998.
- FACIOLI, Valentim A. Aires: a consciência crítica do artista criador. *Língua e Literatura*, São Paulo, n. 2, 1973.
- FAORO, Raymundo. *A pirâmide e o trapézio*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- GAI, Eunice Piazza. *Sob o signo da incerteza: o ceticismo em Montaigne, Cervantes e Machado de Assis*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997.
- GLEDSOON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Eugênio. *Aspectos do romance brasileiro*. Salvador: Aguiar & Souza, 1958.
- _____. O testamento estético de Machado de Assis. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras completas*. v. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.
- MACHADO DE ASSIS. Disponível em: <www.machadodeassis.net>. Acesso em: 5 dez. 2008.
- MACNICOLL, Murray G. Narrative and style: *Esau e Jacó*. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, n. 1-2, 1983, p. 191-209.
- MADEIRA, Wagner M. *Machado de Assis: homem lúdico: uma leitura de Esau e Jacó*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.
- MAGALHÃES, Pedro Armando A. Vozes da narração em *Esau e Jacó*. In: ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.). *A roda de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006, v.1, p. 247-269.
- MAROBIN, Luiz. *Símbolos, arquétipos e mitos em Machado de Assis*. Porto Alegre: EMMA, 1963.
- MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis: 1839-1870: ensaio de biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MEYER, Augusto. *Machado de Assis*. Porto Alegre: Corag, 2005.
- OLIVEIRA, José Marcos R. Cartografias. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, abr. 2005.
- PASSOS, Gilberto Pereira. *As sugestões do conselheiro: a França em Machado de Assis: Esau e Jacó e Memorial de Aires*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

PEREIRA, Astrojildo. Machado de Assis: romancista do Segundo Reinado. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

PEREIRA, Lucia S. *O conto machadiano: uma experiência de vertigem*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 2008.

PEREIRA, Tania Vieira. *O diário e a ficção: proposta para uma leitura de Esaú e Jacó e Memorial de Aires de Machado de Assis*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 1993.

PERROT, Andrea C. *Machado de Assis e a ironia: estilo e visão de mundo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 2006.

SARAIVA, Juracy Assmann. *O circuito das memórias em Machado de Assis*. São Paulo: EDUSP; São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1993.

_____. Machado de Assis: o absenteísmo político do escritor e a realidade ficcional da república brasileira em *Esaú e Jacó*. *Verso & Reverso*, São Leopoldo, v. 3, n. 5, p. 91-103, 1989.

SCHÜLER, Donald. *A prosa fraturada*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1983.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

SILVA, José Maria e. Machado de Assis: o escritor que superou Shakespeare. *Usina de letras*. Disponível em: <www.usinadeletras.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2009.

TATI, Miécio. *O mundo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: São José, 1961.

TEIXEIRA, Ivan. *Apresentação de Machado de Assis*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

TELLES, Sérgio. Pare no D.: algumas idéias sobre *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*, de Machado de Assis. *Revista de Cultura*, Fortaleza, São Paulo, n. 25, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/ag25assis.htm>>. Acesso em: 10 maio 2009.

TETTAMANZY, Ana Lúcia L. *Metamorfoses no espelho: uma leitura dos “vícios” nacionais no conto machadiano*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Porto Alegre, 1999.

VALLADARES, Henriqueta do Coutto Prado. Encenações em *Esaú e Jacó*: a grande noite de Flora. In: ROCHA, João Cezar de Castro. (Org.). *À roda de Machado de Assis: ficção, crônica e crítica*. Chapecó: Argos, 2006, v.1, p. 231-248.

ZILBERMAN, Regina. Machado de Assis e o cotidiano da violência: revisitando duas cenas de Brás Cubas e Aires. In: *Línguas & Letras* (UNIOESTE), Cascavel, v. 6, n. 10, p. 9-23, 2005.

_____. Sertão e memória na ficção de Guimarães Rosa. In: Regina Zilberman (Org.). *Machado de Assis & Guimarães Rosa: da criação artística à interpretação literária*. Porto Alegre; Erechim: Edelbra, 2008, v. 1, p. 308-320.

Demais obras:

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BENJAMIN, Walter. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: _____. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985. p. 44-122.

_____. Paris, capital do século XIX. In: _____. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221. (Original de 1936, publicado sob o título “Der Erzähler: Betrachtungen zum Werk Nikolai Lesskows”.)

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIRMAN, Joël. Aux frontières de la barbarie. In: *Civilisation et barbarie: réflexions sur le terrorisme contemporain*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARONE, Edgar. *A primeira república*. São Paulo: DIFEL, 1969.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DELLE DONNE, Marcella. *Teorias sobre a cidade*. Lisboa: Edições 70, 1990.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaios acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

FILHO, Walter Fraga. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Salvador: Ed. da UFBA, 1996.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1999. p. 225-314.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. *A era dos impérios: 1875-1914*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

IBÁÑEZ, Enrique D. A. *Sociología de la ciudad occidental*. Argentina: Editorial Claridad, 1993.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LYPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

_____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MESTRE, Marilza; PINOTTI, Rita de Cássia. As representações sociais e o inconsciente coletivo: um diálogo entre duas linhas teóricas. *Revista eletrônica de psicologia*, Curitiba, n. 04, jul. 2004. Disponível em: <http://www.utp.br/psico.utp.online/site4/repres_sociais.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2009.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MUSEU DO ORATÓRIO. Disponível em: <<http://www.museudooratorio.com.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

_____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas do século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Difel, 1975-1981.

PIERI, Paolo Francesco. *Dicionário junguiano*. São Paulo: Paulus, 2002.

POUND, Ezra. *ABC da literatura*. São Paulo: Cultrix, 1970.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998.

RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão, sociedade: uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL: 1976.

ROMERO, José L. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. *História da vida privada no Brasil: da Belle époque à era do rádio*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Vagner G. *Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WISSENBACH, Maria Cristina C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: da Belle époque à era do rádio*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 49-131.

ZILBERMAN, Regina. Sertão e memória na ficção de Guimarães Rosa. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). *Machado de Assis & Guimarães Rosa: da criação artística à interpretação literária*. Porto Alegre; Erechim: Edelbra, 2008, v. 1, p. 308-320.

Referências normativas:

ABNT. NBR 6023:2002 – Informação e documentação – Referências – Elaboração.

ABNT. NBR 6024:2005 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação.

ABNT. NBR 6027:1989 – Sumário – Procedimento.

ABNT. NBR 6028:1990 – Resumos – Procedimento.

ABNT. NBR 10520:2002 – Informação e documentação – Apresentação de citações em documentos.

ABNT. NBR 14724:2005 – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação.